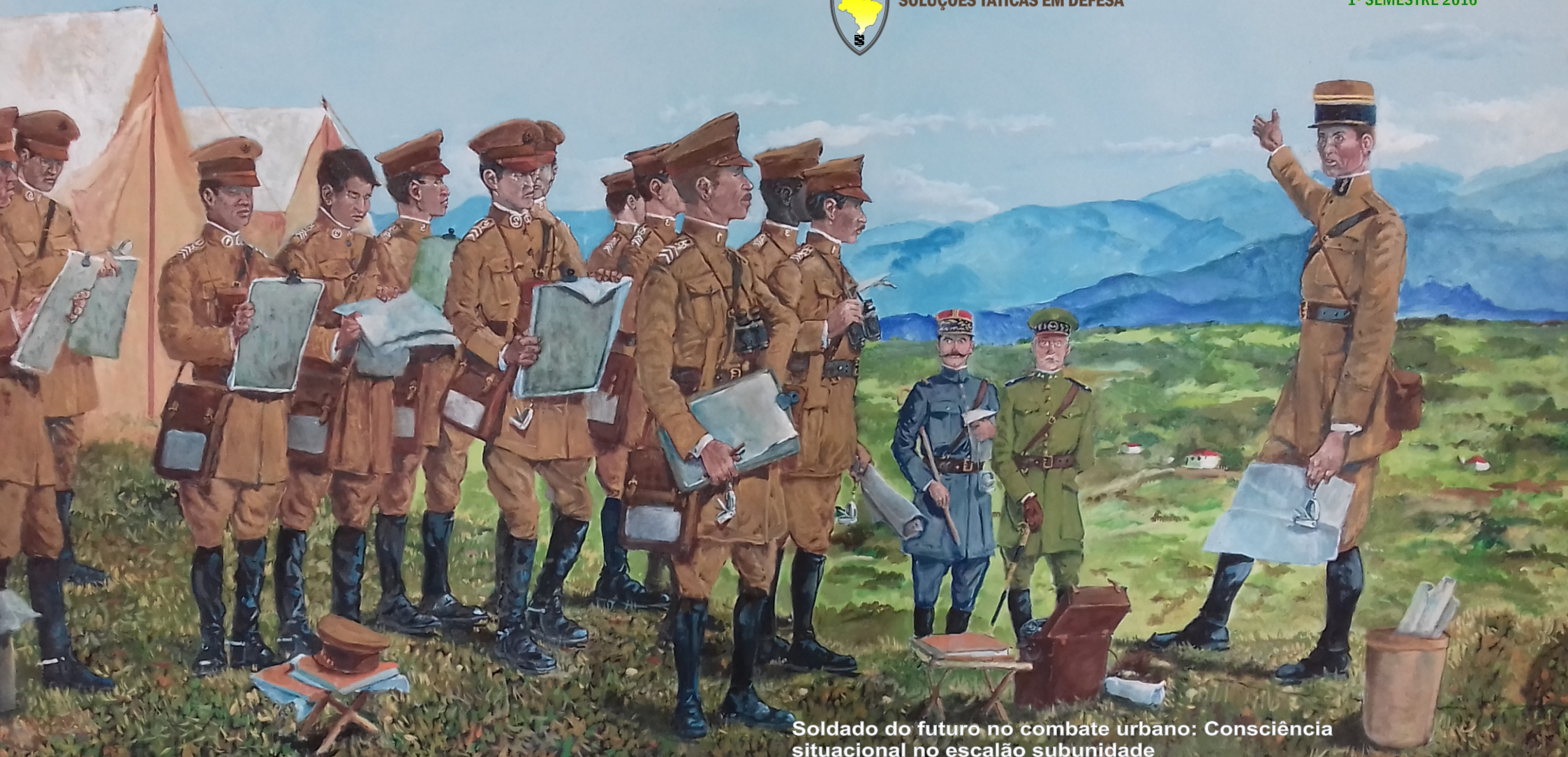


GIRO DO HORIZONTE



SOLUÇÕES TÁTICAS EM DEFESA

1º SEMESTRE 2016



Soldado do futuro no combate urbano: Consciência situacional no escalão subunidade

Operação de evacuação de não combatentes: Uma proposta de normatização da área de reunião de evacuados

O controle interno das unidades gestoras do Exército Brasileiro: Análise da contribuição da seção de conformidade de registros de gestão para a administração militar

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Av. Duque de Caxias, 2.071. Vila Militar
Rio de Janeiro-RJ CEP 21.615-220
http://esao.ensino.eb.br/giro_do_horizonte



Conselho Editorial

Presidente

Gen Bda Altair José Polsin

Membros

Cel Com Alexandre Cardoso Nonato

Comissão Editorial

Cel Inf Manoel Márcio Gastão

Cel Com Luiz Carlos Enes de Oliveira

Cel Inf Eraldo Francisco dos Santos Filho

Cel Inf Carlos Alberto Lins Reis

Cel Inf Júlio de César Sales

Cel Mat Bel Nelson de Souza Júnior

Cel Com Carlos Henrique Nascimento Barros

TC QCO Sérgio Luiz Augusto de Andrade

TC Art Peter Melo da Silva

Maj Inf Domingos Pinto da Silva Júnior

Cap Inf Henrique de Oliveira Mendonça

Editor

Cel Com Carlos Henrique Nascimento Barros

Diagramador

Cb Com Filipe Simões Fraga

Projeto Gráfico

Cap Art Pedro Henrique Luz Gabriel



GIRO

DO HORIZONTE

Eis a nova edição da Revista Giro do Horizonte, a primeira de 2016 e a quinta desde a sua revitalização! Neste exemplar, estão incluídos oito Artigos Científicos (AC) elaborados entre 2013 e 2015 pelos concludentes do Curso de Pós-Graduação nível Strictu Sensu de Mestrado Profissional em Ciências Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (a EsAO). Aqui, o leitor travará contato com o estado da arte quanto às Linhas de Pesquisa (LP) desenvolvidas na Escola, relacionadas à Doutrina Militar Terrestre, à Educação e Cultura Militares, e à Administração Militar. Diante das inúmeras transformações pelas quais o Exército Brasileiro vem passando, trata-se de um salutar exercício de atualização recomendado especialmente aos ex-integrantes da Casa do Capitão e aos pesquisadores de todos os rincões. Dois artigos da presente edição versam sobre a crescente preocupação relacionada ao trato com o pessoal civil nas Operações de Manutenção da Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Outros quatro abordam aspectos concernentes a Organizações Militares (OM) ou Funções de Combate específicas: Companhia de Precursores (Cia Prec) da Brigada de Infantaria Leve (Bda Inf Lv), Subsistema Observação da Artilharia de Campanha, Polícia do Exército (PE) e Batalhão de Comunicações de Selva (B Com SI). Além disso, aponta-se para uma atividade logística do presente (conformidade do registro de gestão das Unidades Gestoras-UG) e uma atividade operacional do futuro (o soldado do futuro no combate urbano). Deste modo, a publicação continua em franco crescimento, afirmando-se no cenário da produção e da divulgação do conhecimento referente às Ciências Militares em nosso País. Agradecemos a todos os leitores por voluntariamente se tornarem parte desse nobre processo.

Boa leitura!

SOLDADO DO FUTURO NO COMBATE URBANO: Consciência situacional no escalão subunidade

Henrique de Oliveira Mendonça^a
Moacyr Antonio Rodrigues Caldas^b

RESUMO

Diversas inovações bélicas surgem como soluções para melhorar a eficiência das pequenas frações e constata-se uma notória desatualização dos militares combatentes acerca do tema, apesar de entenderem como essencial para o sucesso das operações. A consciência situacional constitui uma das bases para o aperfeiçoamento do militar e pode ser traduzida como a percepção precisa da situação e pode ser dividida em 3 dimensões: observação, sensoriamento e georreferenciamento.

Este trabalho surge como uma proposta para aproximar os engenheiros que desenvolvem os materiais e os combatentes da linha de frente e, assim, servir como subsídio para projetos de desenvolvimento de tecnologias, apresentando uma distribuição de materiais coerente com as necessidades dos principais interessados: os combatentes.

Foram selecionados para responderem a um instrumento de coleta de dados oficiais de infantaria, que comandaram pelotão de fuzileiros (Pel Fuz) na MINUSTAH (Haiti), tendo em vista sua experiência no ambiente urbano e seu contato com exércitos de outros países. Os dados obtidos, confrontados com a revisão de literatura realizada, permitiram compreender que a amostra entende que o grupo de combate (GC) é o menor escalão a processar informações.

O georreferenciamento constitui a maior necessidade para os militares da linha de frente, disponível a partir de um computador portátil, de posse dos comandantes de companhia (Cmt Cia) e de Pel Fuz. Sobre a dimensão observação, destaca-se a imagem transmitida por um vetor aéreo, que deve ser disponibilizada apenas ao Cmt Cia, e a substituição gradativa do sistema de intensificação de luz residual pela tecnologia termal. Acerca do sensoriamento, destacam-se os equipamentos que identificam a direção de origem dos tiros e os detectores de explosivos, cuja posse deve ser priorizada para os menores escalões.

Palavras-chave: Consciência situacional no ambiente urbano. Tecnologia. Observação. Sensoriamento. Georreferenciamento.

^a Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2013.

^b Coronel da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 1976. Especialista em Política, Estratégica e Alta Administração do Exército pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 2002. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1985. Doutor em Ciências Militares pela ECEME em 1992.

ABSTRACT

Several war innovations arise as solutions to improve the efficiency of small fractions, and we see a noticeable downgrade of military combatants about the subject, although they consider as essential to the success of operations. The situational awareness is one of the bases for the improvement of the military and can be defined as the accurate perception of the situation and should be divided into three dimensions: observation, sensing and geo-referencing.

This study should be approach the engineers who develop the materials and frontline combatants, and thus serve as a basis for technology development projects, with a distribution of materials consistent with the needs of key stakeholders: the combatants.

Infantry officers, with experience commanding infantry platoon in MINUSTAH, were selected to respond a data collection instrument, because their experience in the urban environment and their contact with the officer from foreign countries. The data obtained and the literature review helped to understand that the officers believe that the squad platoon is the small group to process information.

Geo-referencing is the greatest need for the military front line, available from a laptop computer, in possession of the company and platoon commanders. Regarding the observation, the mais highlights are: the company commander is the smallest level that should use images from drones, and the gradual replacement of the system of residual light intensification by thermal technology. Concerning sensing, the equipments that detect the direction of the shots and explosive detectors are the most important ones and should be prioritized for the smaller groups.

Keywords: Situational awareness in the urban environment. Technology. Observation. Sensing. Georeferencing.

1. INTRODUÇÃO

No século XXI, com o advento da evolução tecnológica em escala exponencial, a adequação do sistema de armas torna-se imprescindível. A ciência e tecnologia (C&T), cada vez mais, constituem fatores preponderantes para o sucesso das operações militares¹.

Nesse contexto, diversos países vêm anunciando programas de modernização das suas forças armadas. As pesquisas, cujo foco é equipar o combatente tradicional com um sistema de armas, são conhecidas internacionalmente como “Soldado do Futuro”².

Dentre as bases dos projetos, destaca-se a consciência situacional: percepção exata do que ocorre ao seu redor³. Essa capacidade aumenta a eficiência das decisões e já vem sendo desenvolvida com sucesso no escalão estratégico, como observa-se em centros de comando e operações.

No nível tático, talvez pelas peculiaridades da linha de frente e pela “cultura militar”, as pesquisas sobre consciência situacional ainda não se encontram tão desenvolvidas, caracterizando um baixo aproveitamento das vantagens que a tecnologia pode proporcionar.

Em contrapartida, com o crescimento vertiginoso de possibilidades tecnológicas há uma preocupação iminente: o excesso de informações. A tendência é que as gerações futuras estejam cada vez mais ambientadas com as inovações tecnológicas, mas o processamento das informações, principalmente na frente de combate, ainda deve constituir um fator limitador. Assim, o acesso às soluções tecnológicas no escalão SU deve ser seletivo.

Relativo ao ambiente operacional, é inegável o crescimento de conflitos em áreas urbanas, o que remete às novas preocupações dos combatentes: danos colaterais, opinião pública e aspectos jurídicos. A geometria e as perspectivas do combate urbano também são muito diferentes do combate em áreas abertas, sendo a verticalização um bom exemplo dessa diferença⁴. Dessa forma, a doutrinária análise do terreno feita pelo EB, na qual se observa o teatro de operações em duas dimensões: largura e profundidade, torna-se obsoleta, principalmente no campo tático das pequenas frações⁵.

Além do ambiente, os conflitos contemporâneos se diferenciam pelos atores. Seja pelo impacto na economia⁶ ou temor de conflitos nucleares⁷, as forças estatais

raramente são observadas como iniciadoras dos conflitos. Assim, observa-se o surgimento de atores não-estatais com poderes bélicos muitas vezes semelhantes aos de uma nação, aproveitando-se de financiamentos escusos, do conhecimento do terreno e do respeito a regras éticas e legais por parte dos oponentes oficiais⁷.

Nesse contexto, a “guerra cirúrgica” é cada vez mais uma necessidade. Para isso, os combatentes da linha de frente precisam dispor de informações precisas e oportunas. Assim, é imperioso avaliar quais e para quem devem ser disponibilizados os equipamentos no âmbito de uma companhia de fuzileiros (Cia Fuz) e nos seus escalões subordinados: Pelotão de fuzileiros (Pel Fuz), Grupo de combate (GC) e Esquadra (Esq)^c.

Desta forma, no intuito de compreender as necessidades dos combatentes da linha de frente no que tange à consciência situacional, foi formulado o seguinte problema:

Em que medida as soluções tecnológicas dos próximos 10 anos podem favorecer a consciência situacional dos combatentes, no escalão subunidade (SU/Cia) de infantaria, em operações no ambiente urbano?

A resposta a tal questionamento permitirá um direcionamento de pesquisas tecnológicas mais alinhadas com a opinião dos militares que a empregarão diretamente. Além disso, possibilitará um escalonamento mais eficaz das soluções bélicas nos diversos escalões de uma SU.

É inegável a lacuna existente entre engenheiros e combatentes e, em um mundo cada vez mais tecnológico, torna-se indispensável a interação entre esses dois vetores de suma importância para as forças militares.

Neste sentido, o presente estudo se justificou por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual e de suma importância para a evolução do poderio bélico das pequenas frações do EB até o escalão SU, do qual se espera um importante papel no cenário dos conflitos urbanos. Como consequência do estudo, espera-se uma economia de recursos, haja vista o maior embasamento para o desenvolvimento de tecnologias.

^c No Exército Brasileiro as funções de comando de Cia Fuz, Pel Fuz, GC e Esq são prioritariamente exercidas por capitão, tenente, sargento e cabo, respectivamente.

2. METODOLOGIA

A fim de solucionar o problema e evitar a subjetividade comum em pesquisas futuristas, este estudo iniciou-se com pesquisas documentais e bibliográficas, onde foram analisados textos sobre a definição de consciência situacional, perspectivas de combates futuros e equipamentos, empregados nos conflitos mais recentes ou em fase de desenvolvimento.

Na sequência, visando obter a percepção dos combatentes da linha de frente sobre o tema, foi selecionada uma amostra com experiência de comando de Pel Fuz no Haiti, para responder a um questionário abordando as soluções tecnológicas mais viáveis e eficientes, a partir do entendimento de engenheiros.

Com relação às variáveis envolvidas na investigação, **“as soluções tecnológicas de defesa para os próximos 10 anos”** apresentaram-se como variável independente, porque a sua manipulação exerceria efeito significativo sobre a variável dependente que foi definida como a **“consciência situacional dos combatentes”**.

Por fim, foi operacionalizada a análise dos dados obtidos, sendo os mesmos submetidos a um tratamento estatístico e criticados, externa e internamente, antes de serem tabulados e apresentados de forma clara, objetiva e sintética.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica possibilitou:

- Caracterizar e definir ambiente operacional urbano, bem como identificá-lo como principal palco de operações militares nos próximos anos;
- Identificar a “guerra no meio do povo” como uma tendência e avaliar a sua influência para as pequenas frações^{8,9};
- Apresentar as principais lições aprendidas das forças estatais em confronto com atores não-estatais nos últimos conflitos, especialmente da Rússia na luta contra os rebeldes chechenos¹⁰; e
- Apresentar e descrever os principais equipamentos disponíveis nos programas de modernização de soldados das potências bélicas mundiais, notadamente o projeto francês (*Felin*)¹¹ ou em catálogos de empresas do setor bélico.

A entrevista com os especialistas possibilitou aprofundar o conhecimento sobre as possibilidades tecnológicas para os próximos 10 anos, bem como compreender a viabilidade de adequação de algumas inovações com as necessidades dos combatentes.

A análise dos dados obtidos com o questionário confirmou a existência de uma lacuna na interação entre engenheiros e combatentes. Em uma auto-avaliação, 74% dos capitães/tenentes entrevistados se consideraram desatualizados acerca das soluções tecnológicas utilizadas nos últimos conflitos ou em desenvolvimento.

Ademais, nota-se que os projetos desenvolvidos pelos engenheiros, em sua maioria, encontram-se embasados nas tecnologias já empregadas por outros exércitos ou empresas, ou seja, as carências específicas do combatente brasileiro são desconhecidas ou são utilizadas opiniões pessoais muito restritas.

Ao avaliar se a percepção dos combatentes está alinhada à dos especialistas sobre a tendência de crescimento dos combates em áreas urbanas, foram levantadas algumas possibilidades de emprego e observou-se que as operações cujo palco é notadamente urbano foram consideradas muito mais prováveis que as demais, desenvolvidas em ambientes rurais (80,1% contra 42,5%, em média).

Uma reflexão doutrinária sobre a posição do comandante (Cmt) de SU se fez necessária e, assim, 76,11% dos oficiais apresentaram uma percepção de que o Cmt SU deve progredir à esteira de seus subordinados, mesmo abdicando de uma maior quantidade de informações, o que pode ocorrer caso este acompanhe e coordene a operação a partir de uma central de comando.

Outro aspecto investigado foi a influência das capacidades tecnológicas, relacionadas à consciência situacional, no poder relativo de combate. A intenção neste caso era identificar, na percepção dos combatentes, qual deveria ser a prioridade de desenvolvimento ou aquisição de equipamentos. Sobressaiu neste item, com 59,3% da amostra atribuindo-lhe prioridade “1”, “2” ou “3”, a dimensão georreferenciamento, que se caracteriza pela possibilidade de orientar-se e acompanhar, através de um computador portátil, o posicionamento dos subordinados durante a progressão.

Uma das principais inovações, e diretamente relacionada ao georreferenciamento, é o computador portátil. A respeito das imagens digitais, e considerando o acesso seletivo das informações, foi verificado, pela significância (acima de 66,67%) das opiniões, que o menor escalão a conduzir um computador

portátil é o Cmt Pel Fuz, o qual deve ter acesso a imagens de câmeras dos subordinados e de um mapa digital com diversas possibilidades, entre elas a atualização de informações, conforme observado nos maiores percentuais da Tabela a seguir:

TABELA 1 - Entendimento dos combatentes sobre quais informações/imagens devem estar disponíveis nos computadores portáteis dos comandantes nos diversos níveis das pequenas frações

Imagens/Informações	Cmt Esq		Cmt GC		Cmt Pel		Cmt SU	
Frequência (fi) / %de n								
Foto de satélite com possibilidade de zoom	31	27%	56	50%	88	78%*	91	81%*
Mapa com Relevo, Vegetação e Hidrografia	34	30%	65	58%	81	72%*	88	78%*
Imagens aéreas, em tempo real, a partir de helicópteros ou aeronaves remotamente pilotadas	21	19%	37	33%	78	69%*	97	86%*
Posição de forças adversas e locais de origem de tiros atualizados por uma central de comando	51	45%	85	75%*	93	82%*	81	72%*
Imagens de câmeras conduzidas por subordinados	25	22%	44	39%	79	70%*	87	77%*
Localização, em tempo real, dos subordinados e elementos das frações vizinhas, por meio de pontos coloridos no mapa digital.	30	27%	54	48%	92	81%*	97	86%*
Possibilidade de atualizar o mapa e transmitir informações sobre posição de inimigo, obstáculos, feridos entre outras, através de toques na tela	42	37%	69	61%	84	74%*	83	73%*
Esquema de manobra, com alertas quando da transposição de limites de frações vizinhas	25	22%	44	39%	83	73%*	94	83%*
Banco de dados com informações para reconhecimento de elementos por biometria (digital, íris, características do rosto)	57	50%	81	72%*	80	71%*	61	54%
Acompanhamento dos sinais vitais dos militares, com alarmes em situações de emergência	37	33%	57	50%	73	65%	80	71%*

* Acima de 66,67% (dois terços) da amostra.
Fonte: O autor.

A partir da Tabela acima, também observa-se que os oficiais entenderam que ao Cmt SU devem ser disponibilizadas, no computador portátil, as mesmas opções do Cmt Pel Fuz, além da possibilitar o acompanhamento dos sinais vitais dos militares (71% da amostra).

Sendo consideradas significativas para disponibilidade aos Cmt GC apenas as necessidades de identificação de elementos através de um banco de dados (biometria) (72%) e da localização das forças oponentes e origem dos disparos (75%), compreende-se que o computador portátil pode ser substituído por

ferramentas mais simples que cumpram esse fim. Cabe ressaltar que, no que tange à biometria, de acordo com especialistas e com a rotina dos conflitos, não é comum a voluntariedade ou mesmo a possibilidade de se aproximar de suspeitos para utilizar-se de métodos comuns, como íris ou digital. Assim, surge a necessidade de investigar outras formas de identificação, como o modo de andar ou traços da face.

Quanto à melhor distribuição de equipamentos, foram disponibilizadas algumas opções de soluções tecnológicas e solicitado aos oficiais que assinalassem quais escalões deveriam portá-las, conforme Tabela a seguir:

TABELA 2 – Percepção dos combatentes sobre a mais adequada distribuição de soluções tecnológicas para os escalões componentes da SU

Soluções tecnológicas para os escalões componentes da GC											
Soluções tecnológicas	Todos		Cmt Esq		Cmt GC		Cmt Pel		Cmt SU		
Quantidade de seleções / % de n											
Monóculo de visão termal acoplado ao capacete	47	42%	82	73%*	102	90%*	93	82%*	62	55%	
Monóculo de visão termal acoplado ao fuzil	43	38%	103	91%*	97	86%*	78	69%*	56	50%	
Monóculo de Intensificador de Luz Residual (ILR) (mais riqueza de detalhes e simples de operar, porém sem possibilidade de transmitir a imagem para outros)	61	54%	92	81%*	98	87%*	90	80%*	72	64%	
Câmeras instaladas nos capacetes, para transmissão de imagens em tempo real para o escalão superior	30	27%	75	66%	84	74%*	78	69%*	46	41%	
Visor acoplado ao capacete, que transmita a imagem da linha de visada do armamento (a fim de facilitar a pontaria e evitar a exposição ao observar em “esquinas”)	56	50%	101	89%*	97	86%*	83	73%*	62	55%	
Sensor eletrônico para identificar ameaças QBN e de explosivos (similar ao faro de um cão)	28	25%	58	51%	88	78%*	70	62%	48	42%	
Identificador instantâneo da direção de origem de tiros e explosões (a direção é apontada em uma espécie de bússola eletrônica)	40	35%	88	78%*	100	88%*	86	76%*	50	44%	
Acompanhamento dos sinais vitais dos militares subordinados através de um computador portátil, com alerta em caso de emergências	-	-	40	35%	56	50%	77	68%*	76	67%*	

* Acima de 66,67% (dois terços) da amostra.

Fonte: O autor.

A partir da Tabela 2 puderam ser compreendidas algumas percepções da amostra quanto a várias soluções de consciência situacional que, somadas às opiniões de especialistas entrevistados, podem melhor direcionar os projetos tecnológicos.

Sobre os optrônicos, os combatentes entenderam que no ambiente urbano, deve-se privilegiar ao máximo o campo de visão, em detrimento ao alcance e, preferencialmente ser acoplada ao armamento, no caso dos Cmt Esq, e no capacete, para os Cmt de GC, Pel e SU.

O emprego de câmeras nos capacetes, para transmissão imediata aos escalões superiores, foi considerado de grande importância para os combatentes, e deve ser utilizada pelos Cmt de fração (Esq, GC e Pel) mais próximos do oponente.

A fim de evitar o excesso de informações e analisando a capacidade de processamento das pequenas frações, recomenda-se que as câmeras utilizadas pelos Cmt Esq e Cmt Pel apenas gravem imagens, enquanto a dos Cmt GC transmitam em tempo real para os computadores portáteis do Cmt Pel e Cmt SU.

A utilização de visor acoplado ao capacete transmitindo a imagem da linha de visada do armamento, de acordo com os oficiais, poderia aumentar a eficiência de cabos, sargentos e tenentes, evitando sua exposição desnecessária em “esquinas”.

A respeito da detecção de agentes QBNR e explosivos, os especialistas ainda indicaram alguns equipamentos de difícil ergonomia, que necessitam da utilização de pessoal exclusivo para este fim. Ainda afirmaram que o cão adestrado continua a ser o melhor meio para detecção da maioria das ameaças. A amostra entendeu que, na disponibilidade de equipamentos mais ergonômicos, estes devem ser disponibilizados aos Cmt GC.

Um equipamento que permita identificar a direção de disparos efetuados no interior de uma localidade apresentou uma excelente aceitação por parte da amostra, sendo recomendada sua disponibilidade para Cmt Esq, GC e Pel. Atualmente, no mercado destaca-se uma solução que se assemelha à uma bússola eletrônica, ligada por fio a um sensor fixado próximo ao ombro do combatente. Na bússola fica registrada a direção, distância e calibre do armamento de origem do tiro.

Por fim, os oficiais entenderam que o acompanhamento dos sinais vitais teria significância apenas para os Cmt SU e Pel Fuz, entretanto, confrontando com a Tabela 1, somente o Cmt SU apresentou percentuais consistentes que justifiquem o seu emprego.

4. CONCLUSÃO

Os projetos de modernização de soldados em todo o mundo encontram uma característica em comum: o alto grau de importância à consciência situacional do combatente.

Apesar da relevância do tema, observou-se, por parte dos combatentes brasileiros, um erro conceitual persistente em relação ao entendimento do termo consciência situacional. Muitos interpretaram como se o Comando e Controle estivesse incluso na consciência situacional, quando na verdade ocorre o oposto, assim, várias foram as considerações que indicaram o emprego de rádios, o que não constitui alvo da consciência situacional, e sim um meio para ela ser eficiente.

Em relação à tendência de urbanização dos combates, a maioria dos combatentes corroborou com a opinião dos especialistas, entendendo que as próximas participações do EB se darão em cenários urbanos, seja em manutenção ou imposição da paz, pela ONU, apoio à segurança pública, em segurança de grandes eventos ou de infraestruturas estratégicas nacionais.

Apesar disto, este estudo alerta para as deficiências nas instruções de táticas e técnicas, no cenário urbano, durante a formação de oficiais. Sendo assim, é necessária e urgente uma reformulação não só da carga horária prevista para essas instruções, mas também sobre o conteúdo doutrinário.

Como a atualização de manuais é demorada, uma solução tangível seria a elaboração, a cargo dos instrutores das escolas de formação, com atualização anual, de um caderno de instrução sobre o tema, baseados em lições aprendidas dos últimos conflitos em todo o mundo e adaptados à realidade do EB. Tais fontes devem incluir detalhes pormenorizados para emprego das pequenas frações no ambiente urbano, bem como o melhor emprego das tecnologias disponíveis no EB, além de técnicas e táticas para diminuir a eficiência dos materiais utilizados pelos principais contendores mundiais, sejam eles estatais ou não.

Os oficiais combatentes entendem que o Cmt GC constitui o menor núcleo processador de informações, atribuindo-lhe a maior variedade de equipamentos. Apesar disto, este deve não deve dispor de um computador portátil com mapa digital, considerado a solução tecnológica mais decisiva no poder relativo de combate, cuja posse deve ser somente para Cmt Pel e SU, portanto, entende-se que

ao sargento (Sgt) deve-se dispor equipamentos que não retirem sua atenção da linha de frente.

Dentre as dimensões da consciência situacional, o georreferenciamento recebeu o maior destaque. A partir dos dados compilados, concluiu-se que a capacidade de orientar-se por um mapa digital portátil, acompanhando, em tempo real, o posicionamento dos militares da sua fração deve constituir, na opinião dos combatentes, a maior prioridade para desenvolvimento ou aquisição por parte do EB.

Quanto aos optrônicos, a dificuldade de gerar demandas que justifiquem uma produção em escala que satisfaçam o interesse de empresas civis, pode vir a trazer uma dependência exclusiva do sistema termal. Isso deve ser foco de reflexões, visto que já existem pesquisas para dissimular a assinatura térmica, como o desenvolvimento de tecidos “invisíveis” termicamente.

Entende-se também, que a extrema dependência da tecnologia pode ser prejudicial em todos os níveis. Para exemplificar, já existem projetos de armamentos que causam interferências nos equipamentos eletrônicos do oponente, ou seja, existe a possibilidade de ter que realizar operações sem qualquer apoio tecnológico. Assim, recomenda-se a manutenção das instruções básicas de combate, independente dos fascínios que a modernidade possa causar.

Conclui-se, portanto, que é inegável o distanciamento entre as necessidades das pequenas frações e as soluções tecnológicas disponíveis ou em desenvolvimento, exigindo uma maior interação entre as partes, para evitar desperdícios de tempo e financeiros em projetos de pouca aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. O sistema de ciência & tecnologia do Exército Brasileiro. **Revista Verde Oliva**, Rio de Janeiro, n. 197, p. 6, ago. 2008.
2. BERALDI, Alexandre. **Programas de modernização de soldados**, 2005. Disponível em: <<http://sistemasdearmas.com.br/sof/sofber1.html>>. Acesso em: 13 out 2012.
3. BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF, 2007.
4. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Headquarters, Department of the US Army. **FM 3-06 Urban Operations**. 2006.

5. JENKINSON, Brett C. **Tactical observations from the Grozny combat experience**. Tese (Master of military and art science em História Militar) - Faculty of the US Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas, 2002.
6. METZ, Steven; MILLEN, Raymond A. **Future war/future battlespace**: the strategic role of American landpower. 2003. 37 f. Trabalho monográfico - Strategic Studies Institute, Pensilvânia, EUA, 2003.
7. VAN CREVELD, Martin. **The rise and decline of the state**. 1. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 447 p.
8. ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre**., Brasília, DF, ed. 1. p. 16-27, jan-mar 2013.
9. SMITH, Rupert. **Utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno**. São Paulo: Edições 70, 2008, 1ª ed. 482 p.
10. GRAU, Lester W.; THOMAS, Timothy L. Russian Lessons Learned From the Battles For Grozny. **Marine Corps Gazette**, Virginia, p. 45. abr. 2000.
11. SAGEM *Felin*: vale quanto pesa? **Forças Terrestres**. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/destaque/continuacao-sagem-Felin>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

O USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ MULTIDIMENSIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE CIVIS

Fábio Renan Azevedo de Souza*
Júlio César de Sales†

RESUMO

A proteção de civis constitui-se como aspecto central das atuais operações de manutenção de paz, denominadas multidimensionais. As novas tarefas impostas a essas missões determinaram a crescente necessidade do uso da força para o cumprimento dos mandatos do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dessa forma, as forças de paz têm sido autorizadas a usar todos os meios necessários para a consecução de seus objetivos. Contudo, a sua atuação tem ensejado severas críticas da comunidade internacional, uma vez que o uso da força pode gerar consequências imprevistas e indesejáveis para toda a operação.

Esses questionamentos suscitam, portanto, a investigação de como o uso da força nas operações de manutenção de paz multidimensionais da Organização das Nações Unidas (ONU) contribui para a efetiva proteção dos civis. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental baseada em documentos do Ministério da Defesa, manuais de campanha do Exército Brasileiro e do Exército dos Estados Unidos da América, além de manuais operacionais da ONU, Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, artigos acadêmicos e livros que tratam sobre o tema. Foi realizado, ainda, um estudo de campo, que consistiu na realização de entrevistas e questionários com uma amostra de oficiais militares participantes de missões de paz.

Os resultados indicam que o uso da força, a despeito de sua limitação para a recuperação do pleno funcionamento do Estado anfitrião, tem desempenhado um papel extremamente relevante para a proteção de civis, colaborando para o estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro e estável.

Palavras-chaves: operações de paz, uso da força, proteção de civis.

ABSTRACT

The protection of civilians is a central feature in actual peacekeeping operations, also known as multidimensional operations. The range of the new peacekeeping operations tasks was responsible for the increasing need of the use of force in the accomplishment of the Security Council's mandates. Therefore, peace forces have been authorized to take all necessary means in achievement of their objectives. Their actions have brought, however, severe criticism from the international community, since the use of the force may bring unexpected and undesirable consequences to the whole operation.

Therefore, these questions raise the investigation about how the use of the force in UN multidimensional peacekeeping operations contributes for the protection of civilians' effectiveness. Thereby was developed a bibliographical and documental research based on documents from the Ministry of Defense, field manuals from the Brazilian and the USA Army, field handbooks from the United Nations, resolutions from the United Nations Security Council and academic articles and books about this theme. A field research was also carried out, which consisted of interviews and surveys with a group of military officers who have participated in peace missions.

* Capitão de Engenharia da turma de 2006 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no ano de 2015. Foi instrutor do Curso Básico da AMAN no triênio 2010 – 2012.

† Coronel de Infantaria da turma de 1978 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no ano de 1987. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1995.

The results indicate that the use of the force, in spite of its limitations for Host State full recovery, has played an extremely important role in the protection of civilians, cooperating with the establishment and maintenance of a secure and stable environment.

Keywords: peacekeeping operations, use of the force, protection of civilians.

O USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ MULTIDIMENSIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE CIVIS

1. INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito armado conduzido em toda a história da humanidade. Caracterizou-se pela ampla participação dos mais diversos países do mundo, sendo travada, efetivamente, em todos os continentes do planeta¹. O saldo de mais de 50 (cinquenta) milhões de mortos, entre combatentes e populações civis, além dos horrores perpetrados contra grupos étnicos e religiosos, exigiu dos países vencedores um esforço para a reorganização das relações internacionais, que deveriam, então, refletir a busca pela paz e segurança internacional².

Nesse sentido, a Carta das Nações Unidas, assinada no dia 26 de junho de 1945, caracteriza-se como marco normativo fundador da Organização das Nações Unidas (ONU). Reunidos na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos da América (EUA), seus 51 (cinquenta e um) países membros fundadores, entre eles o Brasil, afirmavam o anseio em criar uma nova organização internacional, de característica universal e capaz de instrumentalizar as relações entre Estados no contexto do Pós-Guerra².

As operações de manutenção de paz constituem-se, assim, em uma das ferramentas mais utilizadas pela ONU para atingir seus objetivos. Sua história remete ao envio de observadores militares para o Oriente Médio, a fim de acompanhar a aplicação do Armistício que pôs fim às hostilidades decorrentes da criação do Estado de Israel, em 1948³.

Durante a Guerra Fria, as operações de manutenção de paz se limitavam à manutenção e à supervisão do cessar-fogo, de forma a proporcionar condições para que a esfera política, por intermédio de instrumentos pacíficos, pudesse pôr fim ao conflito⁴. Com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e o fim da bipolaridade mundial, a estratégia da ONU para a promoção da paz mudou drasticamente. Esse período coincidiu com o sensível declínio na incidência de conflitos entre Estados ao redor do mundo. Entretanto, as guerras civis internas passaram a constituir a maioria dos conflitos atuais⁴. Essas contendas têm

sido marcadas, sobretudo, pelo desrespeito aos princípios do Direito Internacional Humanitário (DIH), também conhecido como Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), com graves consequências para a população civil.

As hodiernas operações de manutenção de paz, conhecidas como multidimensionais, fazem parte, portanto, de um esforço internacional para ajudar países que emergem de um conflito a fazer a transição para uma paz sustentável. Nesse contexto, passaram a incorporar diferentes elementos, diversos dos propriamente militares, caracterizando modelos complexos de atuação de atores governamentais e não governamentais.

Considerando esse novo panorama, pode-se observar a crescente preocupação com a proteção de civis (PoC) no planejamento e condução das operações de paz⁵. A proteção de civis tem base legal universalmente reconhecida no princípio da distinção e pode ser definida como o conjunto de atividades que visam a garantir o respeito aos direitos básicos do indivíduo, como definido nos instrumentos legais internacionais, em particular pelo DIH, pelo direito dos refugiados e pela legislação que rege os Direitos Humanos⁶.

A maioria das presentes operações multidimensionais recebe o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para proteger civis sob iminente ameaça de violência física⁴. Essa concepção foi inicialmente incorporada à linguagem do CSNU na Resolução nº 1270, de 22 de outubro de 1999, documento que criou a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (*United Nations Mission in Sierra Leone – UNAMSIL*). Além disso, sob a autorização do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, essa missão recebeu a autoridade para empregar todos os meios necessários na realização desse objetivo⁷. Admitia-se, assim, o uso da força para proteger civis, em clara resposta aos horrores presenciados durante a guerra civil naquele país africano.

A necessidade de proteção de civis é imperiosa para o processo de paz duradouro. Em países nos quais a população civil permanece sob risco, esforços para o estabelecimento da governança e da segurança revelam-se inócuos. A PoC é, pois, um componente crítico para o processo de solução política sustentável⁸. Diante dessa perspectiva, a preocupação com a proteção de civis continuará a ganhar espaço e importância cada vez maiores no seio das Nações Unidas, podendo ser constatada a clara tendência à ampliação não apenas da quantidade

de operações de paz nas quais a força poderá ser utilizada, mas também da intensidade do seu uso⁵.

Embora a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) continue a reafirmar os princípios básicos das operações de manutenção de paz, os responsáveis pelas missões ainda têm encontrado dificuldades para implementá-los durante o cumprimento de seus mandatos de PoC no terreno⁹. A atuação das forças de paz supostamente aderindo a um dos lados do conflito tem ensejado severas críticas da comunidade internacional, como ocorrido, por exemplo, na Costa do Marfim. Durante a crise neste país (2010/2011), que se sucedeu à disputa da eleição presidencial, a ONU empreendeu uma ação militar para executar seu mandato de PoC. Essa ação incluiu o bombardeio contra a pesada artilharia do governo e apoiou o ataque contra o palácio presidencial⁹.

Considerando, portanto, que o uso da força pode gerar consequências imprevistas e indesejáveis que, em vez de apresentar resultados positivos, contribuem para o agravamento da situação de conflito⁵, formulou-se o seguinte problema: em que medida o uso da força nas operações de manutenção de paz multidimensionais da ONU contribui para a efetiva proteção de civis?

Diante desse questionamento, fez-se necessário analisar o processo de planejamento da proteção de civis nas missões de paz da ONU, bem como as atuais condicionantes para o uso da força nessas operações, relacionando-os com o grau de proteção aos civis que, porventura, tenha sido alcançado no país anfitrião. Desta forma, este trabalho teve como objetivo geral analisar como o uso da força contribui para a efetiva proteção de civis nas operações de manutenção de paz multidimensionais da ONU, concluindo a respeito de sua importância para a melhoria das condições de segurança no país anfitrião da missão.

É possível entender que o uso da força por parte das tropas em missões de paz envolve riscos que podem comprometer o andamento do processo de paz política em curso. Assim, a correta compreensão de suas implicações é fundamental para o planejamento das ações, nos níveis estratégico e tático, a fim de que a força possa sempre ser calibrada de forma precisa, proporcional e adequada⁴.

Esta pesquisa, portanto, justifica-se para as Ciências Militares por promover uma análise sobre como o uso da força contribui para a proteção de civis em uma missão de paz multidimensional da ONU, colaborando, assim, para a evolução

doutrinária da Força Terrestre neste tema atual e de grande interesse para o Estado Brasileiro.

Ademais, esta pesquisa poderá beneficiar a preparação dos contingentes brasileiros enviados para o exterior, conferindo melhor entendimento dos aspectos doutrinários pregados pela ONU em suas tarefas de PoC e possibilitando, desta forma, melhores resultados operacionais.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois se destina à produção de conhecimento acerca do problema proposto. Por meio do método indutivo, a observação de 07 (sete) missões de paz da ONU possibilitou o esforço de generalização dos resultados alcançados.

A solução do problema foi iniciada a partir da realização de pesquisas bibliográfica e documental. A análise dos dados obtidos foi consubstanciada pela revisão de literatura, que possibilitou a construção do embasamento teórico para a posterior discussão dos resultados. Nesse sentido, constituíram fontes de consulta os seguintes documentos:

- Estratégia Nacional de Defesa (2008);
- manuais de Campanha das Forças Armadas;
- Carta das Nações Unidas (1948);
- manuais operacionais da ONU sobre operações de paz;
- resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- manuais de Campanha do Exército dos EUA;
- livros doutrinários de Direito Internacional;
- artigos publicados em revistas científicas; e
- trabalhos acadêmicos realizados em instituições de ensino civis e militares.

Na fase seguinte, foi realizado um estudo de campo, destinado a aprofundar as questões propostas pelo trabalho. As ferramentas utilizadas foram as entrevistas e os questionários que foram respondidos pela amostra de 75 (setenta e cinco) oficiais das Forças Armadas, participantes de operações de manutenção de paz multidimensionais da ONU nas seguintes funções: *Force Commander*, Comandante

de Unidades de Força de Paz, observadores militares e integrantes de Estado-Maior (EM).

Esta pesquisa caracteriza-se, ainda, por ser descritiva, uma vez que buscou estabelecer a relação entre duas variáveis estabelecidas. Desta forma, foi considerado variável independente o “uso da força”, cuja manipulação pôde exercer influência sobre a variável dependente “proteção de civis”.

O uso da força pode ser entendido como a aplicação de meios violentos pelas tropas envolvidas em uma missão de paz. A força é empregada nas ações militares nos níveis estratégico e tático, cujos objetivos envolvem: a redução da vulnerabilidade da população, a modificação da intenção do agressor de cometer atrocidades e a redução da capacidade do agressor.

A variável dependente “proteção de civis”, por sua vez, compreende todas as atividades que objetivam garantir o respeito aos direitos básicos do indivíduo e está intimamente relacionada às condições de segurança da população no país em conflito. Essa situação pôde ser aferida por meio dos resultados alcançados pelas forças de paz que, de fato, tenham proporcionado melhores condições de vida à população local. São exemplos, dentre outros, os seguintes indicadores: a ausência de conflitos em larga escala, o restabelecimento das instituições de segurança, o retorno da ordem pública, a restauração da autoridade do Estado, a realização de eleições livres e a promoção de serviços básicos à população.

Os dados organizados das entrevistas, somados às respostas processadas obtidas nos questionários, puderam ser comparados com as ideias desenvolvidas na revisão de literatura. Por meio desse método, foi possível reunir elementos suficientes para a elaboração de conclusões que, em última análise, permitiram a verificação das hipóteses de estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica possibilitou:

- caracterizar as operações de manutenção de paz multidimensionais como parte de um esforço internacional para ajudar países a realizar a transição entre o término de um conflito armado e a paz sustentável;
- descrever o consentimento, a imparcialidade e o uso mínimo da força, princípios básicos das operações de manutenção de paz das Nações Unidas;

- apresentar o histórico da emergência da proteção de civis no contexto da ONU, desde as tragédias humanitárias ocorridas na Somália, em Ruanda e na Bósnia durante a década de 1990;
- expor a evolução doutrinária para a proteção de civis no âmbito das Nações Unidas, destacando o Conceito Operacional do Departamento de Operações de Manutenção de Paz da ONU¹⁰ (*Department of Peacekeeping Operations – DPKO*) e a atual Estratégia para a Proteção de Civis¹¹;
- apresentar os principais aspectos doutrinários relacionados ao uso da força presentes nas atuais operações de paz sob a égide da ONU;
- caracterizar as ações estratégicas e táticas que visam a reduzir as vulnerabilidades e ameaças à população civil;
- apresentar as implicações do uso da força nas operações de manutenção de paz, relacionando-as aos princípios dessas missões;
- caracterizar os resultados desejados para a efetiva proteção da população civil no país anfitrião da missão de paz, com base nos preceitos das Nações Unidas e na doutrina militar do Exército dos EUA e do Exército Brasileiro.

Os resultados alcançados no estudo de campo permitiram descrever as condições gerais nas quais o uso da força contribui para a efetiva proteção de civis em uma missão de paz. Assim, ficou evidenciado que o uso da força tem exercido papel extremamente relevante, uma vez que tem possibilitado maior capacidade de ação às forças de paz na dissuasão e neutralização das ameaças contra a população. O gráfico seguinte representa as percepções dos indivíduos da amostra com relação a esse aspecto. (gráfico 1)

Ademais, os resultados indicam que a proteção tática, caracterizada pela redução das vulnerabilidades dos civis, apresenta deficiências, pois é impossível proteger civis em todo lugar durante todo o tempo¹². Esse objetivo deve ser alcançado, portanto, por meio de uma estratégia abrangente, que privilegie ações táticas de natureza eminentemente militar, associadas a iniciativas de cunho humanitário.

No que diz respeito à proteção estratégica, aquela destinada a neutralizar as fontes de ameaças, foi possível constatar que a maioria das hodiernas operações de paz estudadas tem enfatizado ações militares para mudar a intenção do agressor, negando-lhe a oportunidade para realizar ataques. Nesse propósito, destaca-se a

estratégia da presença, que se constitui como uma das medidas de proteção mais visíveis e tranquilizadoras para os habitantes locais. Além disso, os resultados apresentados no gráfico seguinte apontaram baixa incidência do uso da força nas operações para reduzir as capacidades operacionais e logísticas dos grupos beligerantes. (gráfico 2)

Logo, pôde-se inferir que os contingentes militares das missões de paz têm pautado sua conduta atendendo, sempre que possível, aos princípios da imparcialidade e do uso mínimo da força na condução de suas atividades.

Concernentes às regras de engajamento, restou claro que elas representam relevante instrumento para a aplicação de meios violentos nas operações de paz, pois conferem o respaldo necessário para o cumprimento das tarefas atinentes à PoC. As experiências dos militares da amostra indicam, ainda, que as regras de engajamento são perfeitamente claras e adequadas para as situações específicas de cada missão de paz. Esse fato representa o expressivo avanço normativo no seio do DPKO, o que tem possibilitado a ação cada vez mais enérgica do CSNU, no sentido de aumentar os níveis de violência autorizados para as forças de paz no cumprimento de seus mandatos de PoC.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito aos resultados desejados para a efetiva proteção de civis. A figura seguinte apresenta a interrelação entre esses resultados e as fases das operações a serem conduzidas pelo componente militar (Figura 1).

Nesse particular, foi constatado que o uso da força colabora para a criação e manutenção de um ambiente seguro e estável, na medida em que proporciona condições mínimas para o avanço das melhorias para a população local. Contudo, foi possível perceber que tal situação é incapaz de garantir estabilidade a longo prazo, sendo fundamental a atuação de componentes civis das missões junto aos governos locais.

Nos demais resultados elencados (apoio ao estabelecimento de boa governança e ao *rule of law*¹⁴, apoio ao bem-estar social e à recuperação econômica), o estudo aponta que o papel do componente militar não reside na realização de ações coercitivas, mas no apoio às iniciativas para o restabelecimento

¹⁴ A expressão *rule of law* refere-se à doutrina, ou mesmo ideologia, de como os Estados devem agir. Segundo Clark (1998, tradução nossa), ela tem sido empregada como sinônimo do governo constitucional e, algumas vezes, significa governo democrático.

do pleno funcionamento do Estado. Dessa forma, avultam-se as tarefas destinadas à preparação das forças de segurança públicas locais, à realização de eleições livres, à restauração de serviços essenciais e à realização de *Quick Impact Projects* (Projetos de Impacto Rápido), projetos de infraestrutura em pequena escala desenvolvidos para beneficiar a população local.

Por fim, a pesquisa permitiu analisar a atual situação doutrinária do Exército Brasileiro no que se refere à PoC. Nesse ponto, os resultados indicam que o Manual de Pacificação (EB20-MC-10.217) constitui-se como principal produto doutrinário em consonância com os preceitos desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas. Todavia, percebe-se na atual Doutrina Militar Terrestre¹⁵ uma omissão de conceitos básicos relativos ao planejamento e à execução das tarefas de PoC. Essa deficiência tem sido refletida, em última análise, na ausência de Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) específicos para essas missões.

4. CONCLUSÕES

O cenário internacional pós-Guerra Fria tem sido caracterizado pelo declínio de conflitos entre Estados e pela prevalência de guerras civis internas, particularmente em países pobres. Esses conflitos têm sido marcados por graves violações do DICA, que impõem severas consequências para as populações civis envolvidas.

Nesse contexto, as operações de manutenção de paz das Nações Unidas passaram a ser concebidas como multidimensionais, incorporando diversos atores civis e militares, com o objetivo de auxiliar essas nações a restabelecer um processo de paz política sustentável. Elas representam o instrumento mais utilizado pela ONU para garantir a paz e a segurança internacional.

Assim, foi verificado que o uso da força tem exercido um papel extremamente relevante para a proteção de civis, uma vez que tem possibilitado maior poder de ação às forças de paz na dissuasão e neutralização das ameaças contra as populações locais. Com efeito, essa postura tem proporcionado uma maior sensação de segurança, possibilitando a aproximação do contingente militar com as pessoas afetadas.

¹⁵ Doutrina Militar é o conjunto harmônico de ideias e entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (BRASIL, 2012, p. 3)

Apesar de sua destacada importância, o estudo revelou que a previsão do uso da força deve estar clara no mandato da missão de paz e que as ações militares devem ser sempre calibradas pelo princípio da proporcionalidade, sob pena de ocorrer um aumento indiscriminado da violência. Desse modo, destacam-se as regras de engajamento, que são fundamentais para o estabelecimento dos parâmetros e limites para a atuação das forças de paz.

A pesquisa revelou, ainda, que as ações coercitivas devem ser planejadas e conduzidas para que se possam reduzir os riscos, representados pelo produto das ameaças pela vulnerabilidade da população, que envolvem a proteção de civis. Uma estratégia eficaz caracteriza-se pela combinação de operações defensivas, para proteger fisicamente os civis, e operações ofensivas, direcionadas ao agressor. A figura seguinte sintetiza com clareza essa abordagem. (Figura 2)

Outrossim, restou claro que as operações de manutenção de paz têm dirigido limitados esforços para reduzir as capacidades operacionais e logísticas dos grupos agressores. Essas ações exigem maiores níveis de violência, com grande dispêndio de recursos humanos e materiais por parte do componente militar. Logo, infere-se que as forças de paz têm procurado constantemente agir em consonância com os princípios da imparcialidade e do uso mínimo da força na condução de suas atividades.

Porém, faz-se importante ressaltar que os resultados que forem porventura alcançados pela Brigada de Intervenção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), criada em 2013, podem implicar novo paradigma de atuação das forças de paz. Essa decisão decorreu da mudança de postura do CSNU em face da permanente instabilidade vivenciada na região Leste do Congo e corrobora com a pretensão evidenciada pela ONU de aumentar gradativamente o uso da força nas operações de paz, principalmente para proteger civis.

Quanto aos resultados relacionados à proteção de civis, foi verificado que o uso da força tem colaborado de forma significativa para a criação e a manutenção de um ambiente seguro e estável nas áreas sob a administração das Nações Unidas, coibindo ações de elementos beligerantes e promovendo condições mínimas para o restabelecimento do Estado.

O componente militar pode, ainda, contribuir no apoio ao estabelecimento da governança local, ajudando na restauração da administração e na retomada dos

serviços públicos, quando imprescindíveis, e no apoio à recuperação econômica e social. Percebe-se, no entanto, que as operações de manutenção de paz raramente exercem papel decisivo nessa seara. O trabalho da ONU consiste, sobretudo, no apoio às autoridades locais, para que estas procedam às reformas necessárias no país anfitrião.

Por fim, o estudo revelou o crescente esforço empreendido pelo Exército Brasileiro para adequar sua estrutura doutrinária às premissas das Nações Unidas, constantes nos diversos documentos elaborados pelo DPKO. Nesse sentido, destaca-se a recente publicação do Manual de Operações de Pacificação (EB20-MC-1.217), que incorporou as principais normas do DICA a serem respeitadas nas missões de paz.

Não obstante, faz-se necessário salientar que as presentes publicações do Exército Brasileiro estão inseridas no 2º nível do SIDOMT, abarcando, desta forma, conceitos e concepções operacionais sobre o emprego de tropas brasileiras nas operações de manutenção de paz. Isso posto, conclui-se que tais manuais são deficientes na formulação de TTP específicas para o planejamento e execução das tarefas de PoC. Essa situação deve ser aprimorada com o lançamento de manuais do 3º nível do SIDOMT, com a finalidade de aperfeiçoar o treinamento de contingentes brasileiros para o cumprimento dessas missões.

Diante do exposto, pôde-se considerar que o problema da pesquisa foi solucionado, uma vez que os resultados indicaram diversos avanços que puderam ser alcançados por intermédio do emprego de meios violentos pelo componente militar das missões elencadas.

Destarte, a hipótese de estudo de que o uso da força contribui para a efetiva proteção de civis nas operações de manutenção de paz multidimensionais da ONU pôde ser comprovada. Isso decorre do fato de que o uso da força exerce fundamental papel no estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro, colaborando, assim, para a consecução dos objetivos subsequentes do processo de retomada da paz política estável.

Dessa forma, considera-se que os objetivos específicos propostos foram plenamente alcançados, o que possibilitou o êxito do objetivo geral deste trabalho: analisar como o uso da força contribui para a efetiva proteção de civis nas operações de manutenção de paz da ONU, concluindo sobre sua importância para a melhoria das condições de segurança no país anfitrião da missão.

Finalmente, é fundamental ressaltar que a proteção de civis é aspecto nevrálgico para o sucesso de uma missão de paz. O uso da força pelo componente militar constitui-se em poderoso artifício que confere importantes vantagens sobre os grupos armados locais. Entender as suas limitações é, pois, determinante para a manutenção da credibilidade e legitimidade de toda a operação.

REFERÊNCIAS

1. SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
2. SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 3. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
3. FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção da Paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.
4. UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **United Nations Peacekeeping Operations**: principles and guidelines. New York, 18 jan. 2008.
5. BRAGA, Carlos Chagas Vianna. Uso da Força nas Operações de Paz: Solução ou Problema. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado**: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, 2012.
6. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). **Sobre a proteção da população civil**. 17 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5x6qj2.htm>>. Acesso em: 11 maio. 2014.
7. UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution S/RES/1270**. On the establishment of the UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL). 22 oct. 1999. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/315/02/PDF/N9931502.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 03 jun. 2014.
8. HOLT, Victoria; TAYLOR, Glyn; KELLY, Max. **Protecting Civilians in the Context of UN Peacekeeping Operations**: Successes, Setbacks and Remaining Challenges. New York: United Nations, 2009.
9. FOLEY, Conor. A Evolução da legitimidade das intervenções humanitárias. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.1, n.1, p. 76 – 95, jan.

2004. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/19/1000463-a-evolucao-da-legitimidade-das-intervencoes-humanitarias>>. Acesso em: 20 out. 2014.

10. UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **Draft DPKO/DFS Operational Concept on the Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Operation**. New York, 2010a. Disponível em: <<http://www.peacekeeping.org.uk/wp-content/uploads/2013/02/100129-DPKO-DFS-POC-Operational-Concept.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

11. _____. **Framework for Drafting Comprehensive Protection of Civilians (POC) Strategies in UN Peacekeeping Operations**. New York, 2010b. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/523998464.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

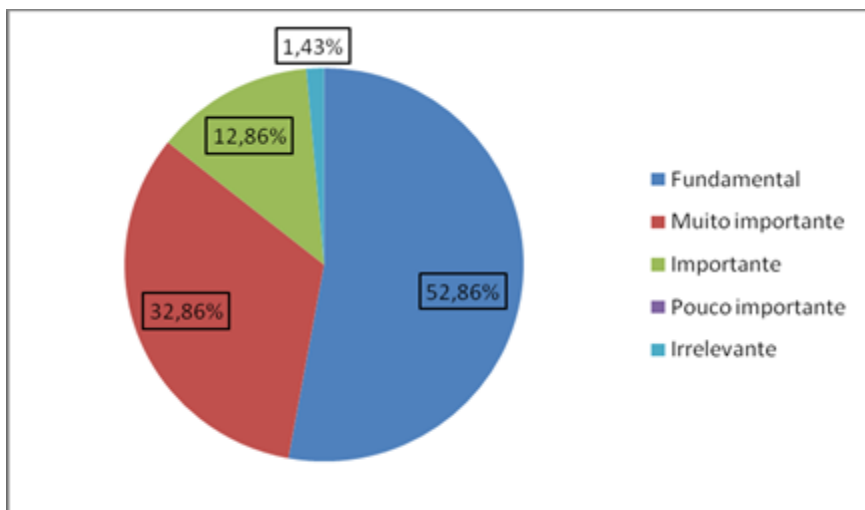
12. KELLY, Max. Lutando Pelas Vidas dos Outros: a R2P, a RwP e a Utilidade da Força para Proteger Civis. In: HAMANN, Eduarda P.; MUGGAH, Robert (Org). **A Implementação da Responsabilidade do Proteger: Novos Rumos para a Paz e a Segurança Internacional**. Brasília: Instituto Igarapé, 2013. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/03/e-Book_R2P_PT_16abr.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

13. PEACEKEEPING AND STABILITY OPERATIONS INSTITUTE (PKSOI). United States War College. **Protection of Civilians Military Reference Guide**. Carlisle, 2013. Disponível em: <<https://info.publicintelligence.net/PKSOI-ProtectingCivilians.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

14. CLARK, David. The many meanings of the rule of law. In: JAYASURIYA, Kanishka. **Law, Capitalism and Power in Asia**. New York: Routledge, 1998. Disponível em: <<http://www.lfip.org/lawe506/documents/lawe506davidclarke.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

15. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB10-IG-10.005: Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT)**. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtos-doutrinarios/instrucoes-gerais>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

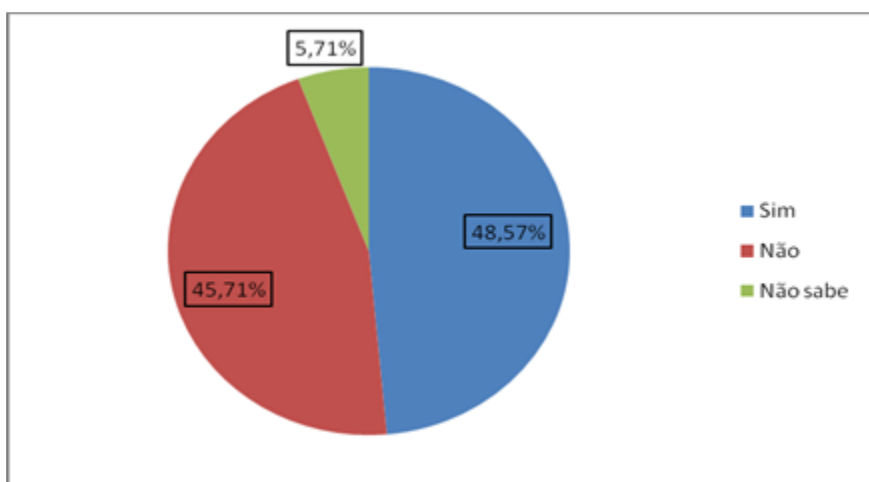
FIGURAS E GRÁFICOS



Página 7

Gráfico 1 – Necessidade do uso da força para proteger civis

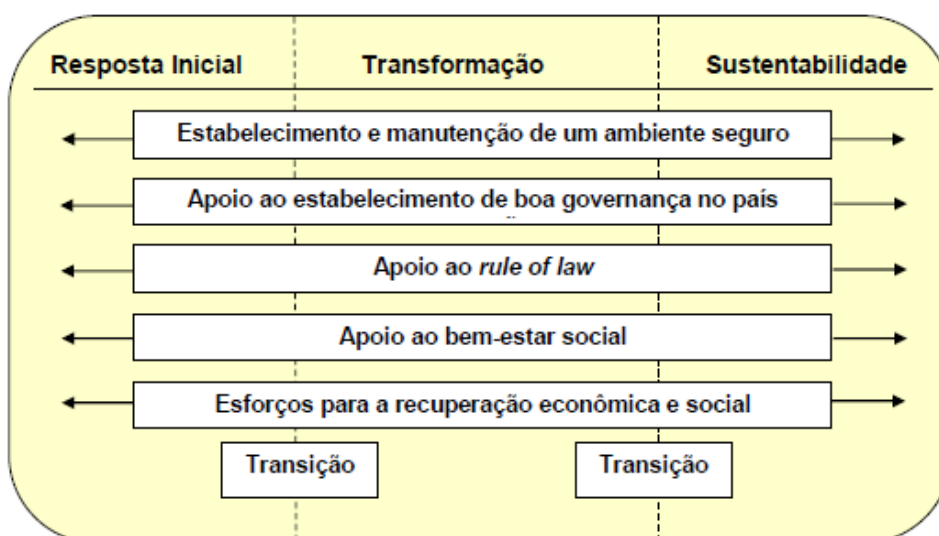
Fonte: o autor



Página 8

Gráfico 2 – Uso da força nas ações estratégicas

Fonte: o autor



Página 8

Figura 1 – Resultados desejados para a proteção de civis

Fonte: Adaptado de PKSOI, 2013¹³



Página 10

Figura 2 – Abordagens Tática e Estratégica para a Proteção de Civis
Fonte: KELLY, 2013, p. 57¹²

A COMPANHIA DE PRECURSORES NA BRIGADA DE INFANTARIA LEVE: UMA PROPOSTA

Thiago da Rocha Passos Gomes¹

Júlio César de Sales²

RESUMO

Este trabalho buscou verificar em que medida a criação de uma Companhia de Precursores Leve contribui para o cumprimento das missões das operações aeromóveis realizadas pela Brigada de Infantaria Leve e por suas unidades. O estudo foi realizado com a 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel.

Essa grande unidade pertence à Força de Ação Rápida do Exército Brasileiro. Assim como a Brigada de Infantaria Pára-quedista, está apta a atuar à retaguarda do inimigo, sendo diferenciada pela sua forma de infiltração tática. No entanto, a Brigada de Infantaria Pára-quedista possui uma organização militar única no Exército: a Companhia de Precursores Pára-quedista. Essa subunidade reconhece e opera zonas de lançamento, zonas de pouso e zonas de pouso de helicópteros para que forças de combate sejam introduzidas, em segurança, no território inimigo. As equipes dessa companhia podem, ainda, realizar operações de guia aéreo avançado, monitoramento de regiões de interesse para inteligência, reconhecimento especializados e levantamentos meteorológicos.

Foi feita uma pesquisa bibliográfica fundamentada em manuais de campanha do Exército Brasileiro e do Exército Norte-americano, dissertações da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, artigos publicados em revistas especializadas e sites da internet que abordassem as operações aeromóveis, as tropas de precursor e de infantaria leve. Também foram realizados questionários com possuidores do curso de precursor paraquedista, com oficiais oriundos da tropa de infantaria leve e com o General de Brigada Carlos Maurício Barroso Sarmiento, primeiro comandante de uma fração de precursor no Comando de Aviação do Exército.

Desta forma, concluiu-se que a existência de uma Companhia de Precursores Leve multiplicaria o poder de combate da 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel, visto que surgiriam novas possibilidades para essa grande unidade.

Palavras-chave: Precursor paraquedista. Operações aeromóveis. Infantaria leve.

ABSTRACT

This study determined how much the creation of a Light Pathfinder Company contributes for the fulfillment of the airmobile operations tasks performed by the Light Infantry Brigade and its units. It was realized with the 12th Airmobile Light Infantry Brigade.

This great unit belongs to the Quick Reaction Force in the Brazilian Army. As the Airborne Infantry Brigade, it's able to act at the rearguard of the enemy, although its infiltration tactics are different. The Airborne Infantry Brigade also has a singular military organization in the Army: the Pathfinder Company. This subunit recognizes and operates drop zones, landing zones and landing zones for helicopters, so the combat forces are inserted safely in enemy territory. The company teams may also perform forward air guide operations, surveillance regions of interest for intelligence, specialized reconnaissance and meteorological analysis.

The literature research focused on field manuals of the Brazilian Army and The United States Army, dissertations from The Army Command and General Staff School, articles published in magazines and websites concerning airmobile operations, pathfinders and light infantry. Questionnaires were also applied to officers who did the pathfinder course, to officers from the light infantry troop and to the Brigadier General Carlos Maurício Barroso Sarmiento, the first commander of a pathfinder fraction in the Army Aviation Command.

In conclusion, the existence of a Light Pathfinder Company multiplies the combat power of the 12th Airmobile Light Infantry Brigade, because it gives new possibilities for this great unit. **Keywords:** Pathfinder. Airmobile operations. Light infantry.

¹ Capitão de Infantaria da turma de 2004. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2013. Foi Oficial de Operações da Companhia de Precursores Pára-quedista nos anos de 2010, 2011 e 2012.

² Coronel de Infantaria da turma de 1978 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no ano de 1987. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1995.

A COMPANHIA DE PRECURSORES NA BRIGADA DE INFANTARIA LEVE: UMA PROPOSTA

1. INTRODUÇÃO

A operação aeromóvel (Op Amv) trata-se de uma missão em que uma força de helicópteros ou forças aeromóveis tem por objetivos cumprir missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em proveito de um determinado escalão da Força Terrestre¹.

Para realização dessas operações, são constituídas Forças-Tarefas aeromóveis, compostas, geralmente, por tropas de infantaria leve e unidades da Aviação do Exército².

As brigadas de infantaria leve existentes, atualmente, no Exército Brasileiro são: a 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel [12ª Bda Inf L (Amv)], a 11ª Brigada de Infantaria Leve e a 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha. Há, ainda, segundo o Boletim do Exército número 31, de 02 de agosto de 2013, a previsão de transformação da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada em 14ª Brigada de Infantaria Leve. No entanto, será tomada como referência, para fins de estudo, a 12ª Bda Inf L (Amv), devido à vocação aeromóvel dessa grande unidade.

As forças aeromóveis são aptas a realizar ações profundas no campo de batalha, de forma que haja o envolvimento vertical das posições inimigas. Normalmente, buscam-se objetivos visando o isolamento do campo de batalha ou o cerco do inimigo fixado por ataques terrestres².

Nas operações aeroterrestres (Op Aet), realizadas pela Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt), os objetivos são semelhantes. Porém, devido à maior autonomia das aeronaves de asa fixa, as Op Aet são desencadeadas com maior alcance.

Entretanto, a Bda Inf Pqdt possui uma organização militar, única no Exército Brasileiro, que tem por missão, ao atuar numa Op Aet e/ou Op Amv, reconhecer e operar Zona de Lançamento (ZL), Zona de Pouso (ZP) e Zona de Pouso de Helicópteros (ZPH) em proveito dessa grande unidade. Trata-se da Companhia de Precursores Pára-quedista (Cia Prec Pqdt), que realiza essa missão para que as forças de combate da Bda Inf Pqdt, e seus respectivos apoios, sejam introduzidos, em segurança, no território inimigo³.

Outras possibilidades das equipes de precursores (Eqp Prec) da Cia Prec Pqdt são: prestar auxílio à navegação aérea, conduzir patrulhas de combate, monitorar regiões de interesse para inteligência (RIPI), realizar reconhecimento especializados, realizar levantamentos meteorológicos e atuar como guia aéreo avançado (GAA), conduzindo o tiro / bombardeio de uma aeronave de caça³.

Pelo fato de atuarem à retaguarda do inimigo e fruto da semelhança das missões da Bda Inf Pqdt e da 12ª Bda Inf L (Amv), o seguinte problema foi formulado: em que medida a criação de uma Companhia de Precursores Leve (Cia Prec L) contribui para o cumprimento das missões das Op Amv realizadas por essa grande unidade e por suas peças de manobra?

O objetivo geral do presente estudo foi apresentar uma proposta de criação da Cia Prec L. Os objetivos específicos foram: analisar o trabalho da Cia Prec Pqdt em proveito da Bda Inf Pqdt; descrever as Op Amv; mostrar a doutrina de emprego da 12ª Bda Inf L (Amv); descrever a forma de atuação do Pelotão de Reconhecimento (Pel Rec) do Batalhão de Infantaria Leve (BIL); descrever a doutrina de emprego das tropas aeromóveis no Exército Norte-americano; descrever a doutrina de emprego das tropas aeromóveis no Exército Britânico; e apresentar os principais aspectos doutrinários de uma Cia Prec L atuando em proveito da 12ª Bda Inf L (Amv).

Este trabalho buscou verificar se a criação da Cia Prec L proporciona vantagens, no que diz respeito à missão operacional da 12ª Bda Inf L (Amv). A lacuna no conhecimento era saber como seria estruturada essa companhia e quais seriam sua missão, suas possibilidades e limitações.

A abordagem proposta apresentou como aspecto positivo o fato de que outros exércitos do mundo possuem afinidade entre as atividades desenvolvidas por precursores e as Op Amv. Como inovação esperada, pretendeu-se verificar as modificações que porventura ocorram com a criação dessa organização militar (OM) na 12ª Bda Inf L (Amv), considerando as peculiaridades das áreas operacionais do continente e da tropa.

2. METODOLOGIA

Quanto à natureza, o presente estudo caracterizou-se por ser uma pesquisa aplicada dirigida à solução de problemas reais específicos. Quanto ao método de

abordagem, enquadrou-se no método dedutivo. O delineamento de pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção da bibliografia, leitura analítica da bibliografia selecionada, coleta dos dados, crítica dos dados, argumentação e discussão dos resultados.

O estudo se desenvolveu com base em livros, sites, manuais de campanha, dissertações e revistas científicas. Foi também de campo, pois os dados obtidos nas fontes acima foram verificados junto a oficiais com experiência nas operações aeromóveis e nas operações de precursores.

Com relação às variáveis envolvidas no estudo, a “**missão da 12ª Bda Inf L (Amv)**” apresenta-se como variável independente, tendo em vista que se espera que a sua manipulação exerça efeito significativo sobre a variável dependente, “**atuação da Cia Prec L**”.

Para a coleta de dados, foram enviados questionários a oficiais que servem ou já serviram na Cia Prec Pqdt e na 12ª Bda Inf L (Amv). Foi enviado, também, um questionário ao General de Brigada Carlos Maurício Barroso Sarmiento que comandou, nos anos de 1992 e 1993, a Companhia de Precursores da Aviação do Exército e que por razões de toda ordem, menos operacionais, teve suas atividades diluídas pelas OM componentes da então Brigada de Aviação do Exército.

Os questionários foram enviados, para os oficiais descritos na amostra, por e-mail para serem respondidos por meio da ferramenta *google docs*, disponível na internet. Esses questionários serviram para mensurar os indicadores das variáveis do estudo.

Eles buscaram reunir os dados advindos de opiniões e conhecimentos doutrinários. Foram realizadas análises semânticas, ou de conteúdo, dos textos e depoimentos coletados, com o intuito de obter conclusões fundamentadas para a solução do problema da pesquisa. Além disso, os dados foram analisados por meio de procedimentos estatísticos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da presença do precursor paraquedista atuando em proveito de unidades aeromóveis da 12ª Bda Inf L (Amv) é um tema recorrente no meio militar. Isso porque a Cia Prec Pqdt é uma tropa especial da Bda Inf Pqdt e não apenas uma organização militar responsável por lançar a tropa aeroterrestre.

O curso de precursor paraquedista tem por objetivo capacitar os alunos às técnicas de infiltração e exfiltração terrestre, aérea e aquática das equipes de precursores, visando cumprir as diversas missões atribuídas a essas equipes.

A análise de como essa tropa pode contribuir para as Op Amv dessa brigada é fundamental, visto que se trata de um curso que se caracteriza por uma rígida preparação física, aliada a uma diversificada gama de conhecimentos, tais como: reconhecimentos especializados, meteorologia, monitoramento de regiões de interesse para a inteligência, entre outros. Conhecimentos esses que poderiam ser proporcionados para as operações da 12ª Bda Inf L (Amv).

Durante a pesquisa bibliográfica, inicialmente, buscou-se verificar a semelhança das operações aeroterrestres e operações aeromóveis. Além disso, observou-se a estrutura da Bda Inf Pqdt^{3 4}. Em seguida, tratou-se de estudar as possibilidades e limitações das tropas de precursores, sua importância e a constituição da Cia Prec Pqdt^{5 6}.

Na sequência, verificaram-se as características e os tipos de missão das Op Amv. Ao longo desse tópico, algumas possibilidades das equipes de precursores foram evidenciadas. Ao ser abordada a tropa de infantaria leve, constatou-se suas missões, possibilidades e limitações. Conheceu-se, também, a estrutura da 12ª Bda Inf L (Amv) e suas peculiaridades^{1 7 8}.

Buscou-se, também, observar como estão estruturadas tropas que realizam operações aeromóveis em outros Exércitos no mundo, tais como o Exército Norte-americano^{9 10} e o Exército Britânico^{11 12}.

Tendo por base a pesquisa citada, realizou-se a análise dos questionários buscando verificar como a existência de uma Cia Prec L poderia contribuir para a infiltração tática das tropas de infantaria leve da 12ª Bda Inf L (Amv) e para as missões dessa brigada, subsequentes a essa infiltração. Isso foi feito por meio do estudo de cada uma das operações de precursores e das capacidades dessa tropa. Buscou-se, também, estudar de que maneira seria estruturada essa subunidade.

Quanto à questão da infiltração tática da tropa de infantaria leve, foram selecionados três indicadores. Dois indicadores foram direcionados para os militares da 12ª Bda Inf L (Amv): o grau de importância da realização da ligação das tropas de superfície com as unidades aéreas e o grau de importância da infiltração da equipe precursora. Um indicador foi direcionado para os precursores paraquedistas: o grau de importância da realização de um assalto aeromóvel balizado por uma equipe de

precursores.

Houve um consenso de que a ligação das unidades aéreas com as tropas de superfície é importante. Verificou-se que a equipe de ligação é responsável por receber as informações relativas ao inimigo e às condições meteorológicas, das equipes que operam as ZPH. Além disso, essa equipe coordena o embarque da tropa de forma ordenada, de acordo com a sequência de desembarque da tropa.

Observou-se que a partir do momento em que oficiais das unidades da brigada realizam essa atividade, cada um age de uma determinada maneira. Inevitavelmente, os procedimentos são distintos de um batalhão para outro. Caso houvesse uma Eqp Prec nessa função, haveria uma coordenação e um controle maior das atividades nessas áreas, visto que a comunicação com a força de helicópteros e com as equipes que infiltraram seria a mesma para todas as OM.

Para a realização de Op Amv, o BIL emprega a infiltração tática, que proporciona ao comandante o deslocamento de sua força através de posições inimigas. Para isso, geralmente, o comandante do batalhão emprega o Pel Rec em missões de informações, de busca de alvos, de reconhecimento e balizamento da ZPH⁷.

O Pel Rec se infiltra antes da tropa e tem a missão de balizar a chegada do escalão de assalto. Após isso, todos os militares desse pelotão são reunidos em local previamente definido e permanecem em condições de cumprir novas missões⁷.

Missões como: coleta de informes, limitada segurança às operações desenvolvidas pela unidade, realização de reconhecimentos de itinerários e áreas; realização de operações como elemento de cobertura, visando alertar a aproximação do inimigo; estabelecimento de postos de vigilância e observação; realização de missões de ligação e o desenvolvimento de ações para anular o reconhecimento do inimigo, realização de ações em que um ou mais elementos atuem como guias. Como missão secundária, pode realizar a tarefa de observador avançado⁷.

O Pel Rec é constituído por 18 homens. Suas atividades são planejadas e controladas pelos oficiais de inteligência e de operações da unidade. O planejamento para seu emprego deve prever a necessidade de resgate dessa tropa durante o cumprimento de determinada missão. Além disso, um grupo ou uma turma de caçadores pode reforçar essa tropa em missões específicas. O pelotão possui,

na sua estrutura, um comandante, um grupo de comando e três grupos de reconhecimento⁷.

Sobre a infiltração da equipe precursora, verificou-se que além das possibilidades dos Pel Rec de realizar infiltrações por meio de navegação aérea com helicópteros, rapel, *fast rope*, *halocasting*, infiltração terrestre e infiltração aquática de superfície, as Eqp Prec podem realizar infiltrações aéreas por meio de salto semiautomático, salto livre e infiltrações subaquáticas. Esses tipos de infiltração aumentam as possibilidades de acesso a um terreno mais restrito, como nas áreas da selva.

Notou-se que a tropa infiltrante não pode quebrar o sigilo de suas atividades, tendo em vista que isso poderia comprometer o cumprimento da missão da brigada. Além disso, deve-se utilizar do máximo de meios e de capacitações para garantir a surpresa das Op Amv. Nessa situação, portanto, as Eqp Prec reúnem melhores condições que os pelotões de reconhecimento dos batalhões de infantaria leve e poderiam atuar em proveito de outras OM da 12ª Bda Inf L (Amv).

Em relação à realização do assalto aeromóvel, verificou-se que ocorre em áreas fracamente defendidas ou não defendidas pelo inimigo e que a rapidez das ações e as características das zonas de desembarque são fundamentais para uma eficiente reorganização da tropa, caracterizando a necessidade de uma tropa apta a realizar reconhecimentos e levantamentos meteorológicos, além de saber operar zona de pouso de helicópteros.

“A proximidade da Z Dbq em relação a elementos inimigos aumenta as oportunidades de ataque inimigo, reforçado com fogos de artilharia e morteiro. Isto implica em maior necessidade de fogos de apoio terrestre e aéreo no desembarque”¹.

Além disso, para que as operações terrestres de um Ass Amv obtenham sucesso, é fundamental o apoio de fogo da Força Aérea, dos helicópteros de reconhecimento e ataque e do fogo da artilharia de campanha⁷. Portanto, nota-se a importância da condução da atividade de GAA nessas operações.

Observou-se que a tropa infiltrante deve informar se a operação pode ser desencadeada no momento e locais planejados. Caso contrário, deve possuir condições de selecionar locais alternativos. Assim, constatou-se que as Eqp Prec cumpriram muito bem essa missão em proveito da 12ª Bda Inf L (Amv).

Conforme o manual do batalhão de infantaria leve, “todos os escalões da infantaria leve devem estar plenamente familiarizados com a defesa circular, devido às possibilidades de receberem a missão de estabelecer pontos fortes”⁷. Caso essa defesa de ponto forte seja feita pelo estabelecimento de uma cabeça-de-ponte aérea da brigada, o balizamento proporcionado pelos Pel Rec dos BIL, durante um Ass Amv, pode ser insuficiente para cumprir a missão.

Nesse caso, para a chegada do escalão de assalto, seriam necessárias, pelo menos, quatro ZPH por BIL (uma para cada subunidade e uma para o comando do batalhão), duas para o 20º Grupo de Artilharia Leve e uma ZPH para cada uma das seguintes frações: 1º Esquadrão de Cavalaria Leve, 5ª Bateria de Artilharia Antiaérea Leve, 12ª Companhia de Engenharia de Combate Leve, Companhia de Comando, 12ª Companhia de Comunicações Leve e o Comando da Brigada (incluindo o 12º Pelotão de Polícia do Exército). Isso totaliza 20 ZPH, o que exige uma grande coordenação e controle do espaço aéreo e das atividades terrestres.

Os Pel Rec no Ass Amv, por exemplo, poderiam funcionar de forma semelhante às Eqp Prec que precedem o lançamento dos paraquedistas na Bda Inf Pqdt. Eles chegariam na 1ª vaga de aeronaves para auxiliar a Eqp Prec, que já infiltrou, na operação de ZPH.

Sobre as operações realizadas pela 12ª Bda Inf L (Amv), subseqüentes a um assalto aeromóvel, foram avaliadas as opiniões dos precursores paraquedistas sobre o que eles pensavam da atuação das Eqp Prec nessas missões.

Para a realização de uma cabeça-de-ponte aérea da 12ª Bda Inf L (Amv), a brigada teria uma peça de manobra a mais para a realização de suas missões. Tropas dos batalhões de infantaria leve deixariam de ser destacadas para monitoramento de RIPI, por exemplo, permanecendo na missão principal de suas unidades. As Eqp Prec poderiam, também, constituir uma força aeromóvel para a realização de segurança ou reconhecimento aeromóvel, desonerando as demais unidades dessas missões.

Foi verificado que na realização de uma incursão aeromóvel, que é caracterizada pelo movimento aéreo sigiloso e um retraimento planejado e veloz, visando à surpresa e a objetividade em objetivos pré-definidos, a Eqp Prec poderia contribuir operando ZP, ZPH e realizando reconhecimento especializados. Seria uma situação em que a equipe de precursores passaria em reforço à Força-Tarefa, que realiza a incursão, buscando multiplicar seu poder de combate.

Quanto a ações no interior de localidades ou no isolamento das mesmas, observou-se que uma das capacidades que o precursor paraquedista adquire durante o curso é a de realizar operações de combate urbano e operações de inteligência. Constatou-se que essas possibilidades são importantes, principalmente porque o oficial de inteligência da brigada passa a contar com equipes vocacionadas para a atividade de reconhecimento. Além disso, as equipes de caçadores da Cia Prec L poderiam atuar em proveito da brigada.

Constatou-se, também, que todas as vezes em que uma tropa de infantaria leve é empregada à retaguarda do inimigo, é necessário planejar a maneira como será feita a junção com essa tropa ou a forma como a mesma será exfiltrada. Assim, a existência da Cia Prec L, que está vocacionada para o cumprimento dessas atividades, contribui para a realização desse tipo de missão na 12ª Bda Inf L (Amv).

Com relação à estrutura organizacional dessa subunidade, foram selecionados três indicadores: a constituição das Eqp Prec, a existência de uma equipe com vocação operacional diferente da Cia Prec Pqdt e a constituição de uma equipe de dobragem e manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar (Eqp DoMPSA) nessa companhia. Todos os questionamentos foram direcionados a precursores paraquedistas.

Pela pesquisa bibliográfica, foi observado que existem seis equipes na Cia Prec Pqdt. A Eqp ALFA é adestrada para realizar salto livre operacional (SLOp) a grande altitude; a Eqp BRAVO é especializada em infiltração SLOp; a Eqp CHARLIE é vocacionada para atuação nos ambientes operacionais da selva e do pantanal; a Eqp DELTA é especializada em infiltrações aquáticas e subaquáticas; a Eqp ECHO é adestrada para atuação nos ambientes operacionais da montanha e da caatinga e a Eqp FOXTROT é vocacionada para a operação do aeródromo de partida e para operações de garantia da lei e da ordem⁶.

Houve um consenso entre os entrevistados de que seria interessante a existência de seis equipes na estrutura da Cia Prec L. Uma solução seria os Pel Rec auxiliarem a operação da ZPH, funcionando de forma semelhante às equipes que precedem as Op Aet na Bda Inf Pqdt. Assim sendo, essa subunidade contaria com três equipes infiltrando em proveito de cada uma das FT BIL. Elas operariam, no Ass Amv, em conjunto com os Pel Rec. Outras três equipes infiltrariam em proveito das demais OM da brigada ou operariam as zonas de embarque.

Quanto à vocação operacional das equipes, o aspecto que mais se destacou

foi a mudança relativa à Eqp FOXTROT, pois trata-se de uma equipe voltada para operação de aeródromo e operações de garantia da lei e da ordem. Tendo em vista a natureza das operações na atualidade, em que tropas de infantaria leve podem vir a trabalhar com diversos meios aéreos e operar em diversas áreas urbanizadas, essas capacidades devem estar presentes em todas as equipes. A Eqp ECHO deixaria de ter duas vocações, passando uma para a Eqp FOXTROT.

Ainda sobre as vocações, destacou-se a opinião de um entrevistado abordando a necessidade de criação de uma equipe vocacionada para infiltração por meio de motocicletas.

O desembarque de motocicletas com a finalidade de utilização das mesmas pelos precursores, em suas missões, é uma idéia vantajosa para a companhia. Isso porque reduz duas das limitações das Eqp Prec. Uma relativa à segurança da equipe, uma vez que, com a utilização desse meio, a possibilidade de realização de reconhecimento é maior.

A outra diz respeito ao transporte de pessoal e equipamento, pois a existência das motocicletas proporciona rapidez, com restrita capacidade. Porém, dependendo da situação, tal possibilidade pode ser muito importante para o cumprimento da missão.

Entretanto, uma boa solução seria que em todas as equipes houvesse de dois a quatro militares habilitados a conduzir essas motocicletas, a semelhança do que ocorrem com as equipes de caçadores, presentes em todas as equipes de precursores, aumentando as possibilidades das mesmas.

Sobre a tropa DoMPSA, verificando a pesquisa realizada, observou-se que há um batalhão na Brigada de Infantaria Pára-quedista, um pelotão no Destacamento de Apoio às Operações Especiais e uma equipe na 3ª Companhia de Forças Especiais. Constatou-se, dessa forma, a presença de uma fração DoMPSA em todas as organizações militares do Exército Brasileiro em que há atividade aeroterrestre e que a OM valor subunidade (3ª Companhia de Forças Especiais) possui uma equipe DoMPSA.

Respeitando-se a proporção observada nas demais organizações militares, seria interessante a existência de uma equipe DoMPSA na Companhia de Precursores Leve. Essa equipe teria por finalidade a manutenção dos paraquedas e a realização do ressuprimento aéreo, ficando responsável pela parte logística das operações aeroterrestres na companhia e na brigada.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia de Precursores Leve, essa equipe poderia ficar subordinada ao Pelotão de Comando e Serviço, uma vez que a missão desse pelotão seria prestar o apoio logístico e administrativo para a companhia.

Sobre as operações de precursores, notou-se a importância das mesmas para as missões da 12ª Bda Inf L (Amv). A operação de ZL, por exemplo, consiste do assessoramento, ao escalão superior, da seleção e escolha da ZL; do reconhecimento e balizamento da mesma com pessoal e material; do reconhecimento de armas químicas, biológicas e nucleares; do estabelecimento e manutenção da ligação com a base; do auxílio à navegação aérea na zona de operações; da segurança inicial da ZL; da realização do lançamento de pessoal e material; no auxílio à reorganização da tropa paraquedista; no auxílio ao lançamento de material pesado⁵.

Ela possibilita o ressuprimento da tropa, contribuindo para a elevação do moral dos militares e, até mesmo, a realização de situações de conduta, nos casos em que a tropa de junção não cumpre sua missão ou a tropa de infantaria leve não é exfiltrada.

A operação de uma ZP tem por finalidade prestar, dentro de um quadro tático, um eficiente apoio da Força Aérea às tropas terrestres. Apoio esse, por meio do transporte eficaz do escalão de acompanhamento, tanto em uma Op Aet, quanto em uma Op Amv; por meio, também, da evacuação de feridos, do repletamento de material e pessoal e da própria exfiltração da tropa⁵.

Nota-se que o fluxo de aeronaves permanece intenso, após a realização de um Ass Amv, sendo importante, portanto, a realização do controle de tráfego aéreo. Outro ponto fundamental nesse item é a chegada do escalão de acompanhamento e apoio, que pode ocorrer por meio de aeronaves de asa fixa.

A operação de ZPH visa permitir o cumprimento de missões, aproveitando-se a velocidade e a flexibilidade das aeronaves de assalto aéreo, respeitando as normas mínimas de proteção ao voo. Tem papel fundamental no desembarque e embarque de tropas na área de operações, além das vantagens citadas na operação de ZP¹.

Observou-se, também, que para a realização de uma Ass Amv da 12ª Bda Inf L (Amv) seria necessária uma grande quantidade de ZPH e de locais de aterragem nos pontos pré-estabelecidos para cada organização militar, ultrapassando a

capacidade de apoio dos Pel Rec, portanto houve um consenso de que a operação de ZPH é importante.

Outra missão realizada pelos precursores é o monitoramento das regiões de interesse para a inteligência, que são áreas, rotas ou pontos no terreno onde se espera que ocorra uma atividade inimiga¹³. Por exemplo, o monitoramento de uma determinada bifurcação de estradas pode indicar onde o inimigo pretende contra-atacar. Outro consenso foi relativo à importância das equipes da Cia Prec L monitorarem RIPI em proveito da brigada.

Na operação de GAA, observou-se que os precursores podem infiltrar, tendo por objetivo reconhecer e selecionar alvos para onde serão guiados os aviões atacantes. O GAA sinaliza o alvo, coordena a sinalização das tropas amigas e fornece informações para que o líder decida sobre o ataque⁵.

Observou-se, também, que a 12ª Bda Inf L (Amv) necessita do máximo de apoio de fogo disponível durante as operações aeromóveis. Assim sendo, essa possibilidade das equipes de precursores, confirmou a hipótese de estudo, pois, a operação de GAA contribui para o cumprimento das missões das operações aeromóveis da brigada.

Os precursores realizam, também, reconhecimentos especializados. Segundo o manual de operações especiais, essa atividade contribui para o sistema de inteligência militar, observando-se que, mesmo com todo o aparato tecnológico existente, algumas informações só podem ser obtidas por meio da observação visual direta ou do uso de outros métodos de busca na área do alvo¹⁴.

Esses reconhecimentos têm o objetivo de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos para operações de nível estratégico, operacional ou tático. Eles são conduzidos sobre alvos pré-determinados, tais como: pontes, rios, instalações militares, locais de infraestrutura crítica do inimigo, concentração de tropas, entre outros¹⁴.

Verificou-se, dessa forma, que os precursores possuem a capacidade de realizar reconhecimentos especializados em suas operações e possuem conhecimentos de inteligência. Assim, devido à possibilidade da 12ª Bda Inf L (Amv) atuar à retaguarda do inimigo, essa atividade cresce de importância.

Por fim, o conhecimento de meteorologia é fundamental para as equipes que estão infiltradas em território inimigo. Elas repassam esses dados tanto para a força de superfície, quanto para a força de helicópteros, que se encontram nas zonas de

embarque para o início da operação.

A realização de levantamentos meteorológicos ocorre por meio do estudo da meteorologia aeronáutica, que estuda os fenômenos de tempo na atmosfera, buscando a segurança de voo. Geralmente, em operações, executam-se observações meteorológicas de superfície e são confeccionados boletins meteorológicos. Tudo com a finalidade de verificar a possibilidade de realização de atividades aéreas, sendo muito importante para a infiltração tática de uma tropa, seja ela aeroterrestre ou aeromóvel¹⁵.

Observou-se que as operações aeromóveis são muito dependentes das condições meteorológicas e que, atualmente, não há na 12ª Bda Inf L (Amv) uma tropa com bastante conhecimento sobre esse assunto.

A respeito da opinião do General Sarmento sobre a criação de uma Companhia de Precursores Leve, na 12ª Bda Inf L (Amv), observou-se que ele considera mais importante a criação de uma Companhia de Apoio de Terra no Comando de Aviação do Exército.

O General expôs que essa Companhia de Apoio de Terra deve possuir, em sua estrutura, precursores, controladores de tráfego aéreo, meteorologistas, além de equipes de busca e salvamento. Ele julga que, dessa forma, essa subunidade estaria apta a apoiar qualquer tropa de infantaria em todo território nacional.

Como visto durante a pesquisa bibliográfica, as tropas de infantaria leve podem ser empregadas realizando operações aeromóveis. Assim, a criação dessa Companhia de Apoio de Terra seria solução muito boa para o caso de emprego dessas tropas, semelhante ao que acontece no Exército Norte-americano.

A *101st Airborne Division* (Air Assault) (101ª Divisão de Assalto Aéreo) é a tropa, norte-americana, vocacionada para a realização de operações aeromóveis. Ela está estruturada com oito organizações militares: quatro brigadas de combate, duas brigadas de aviação de combate, uma brigada de apoio ao combate e um batalhão de comando⁹.

Cada brigada de combate possui dois batalhões de infantaria, um regimento de cavalaria, um batalhão de artilharia de campanha, um batalhão de operações especiais e um batalhão de apoio. As brigadas de aviação possuem um batalhão de comando, três batalhões de aviação, um regimento de cavalaria e um batalhão de apoio⁹.

Para os norte-americanos, o ideal é que para cada batalhão de aviação de combate (de transporte de tropa), seja atribuída uma equipe *pathfinder*, o que é importante para a conclusão, com êxito, dos diversos tipos de missão, pois aumenta a relação entre as duas tropas¹⁶.

Assim, as Companhias de Precursores da 101ª Divisão de Assalto Aéreo estão presentes na estrutura organizacional do 4º Batalhão de Aviação, subordinado à 159ª Brigada de Aviação e no 6º Batalhão de Aviação, subordinado à 101ª Brigada de Aviação⁹.

Porém, deve ser levado em consideração que, em combate, apenas uma Companhia de Apoio de Terra no Comando de Aviação do Exército possa ser insuficiente para apoiar todas as operações dessas tropas. Além disso, a 12ª Bda Inf L possui uma vocação aeromóvel, ou seja, das tropas de infantaria leve, será a primeira a ser empregada nesse tipo de operação. Assim sendo, outra muito boa solução seria a criação de uma Companhia de Precursores exclusiva para essa grande unidade, semelhante ao que acontece no Exército Britânico.

A tropa vocacionada para as operações aeromóveis no Exército Britânico é a 16ª Brigada de Assalto Aéreo, que possui como unidades subordinadas um regimento de artilharia paraquedista, um regimento de engenharia, 2 batalhões de infantaria (assalto aéreo), 02 batalhões de infantaria (paraquedistas), 03 regimentos de aviação do corpo de exército, 01 regimento logístico, 01 regimento médico, 01 batalhão de engenharia mecânica e elétrica, 01 regimento de cavalaria, 01 companhia de comunicações, 01 companhia de polícia e 01 pelotão de precursoros¹¹.

Dessa forma, busca-se uma maior afinidade entre essas duas frações, o que no decorrer do trabalho, foi observado como sendo fundamental, pois trabalham mais tempo em conjunto. Além disso, os meios disponíveis para realização de um Ass Amv poderão ser de outras forças, e não somente da Aviação do Exército.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa referente à criação de uma Cia Prec L na Brigada de Infantaria Leve foi importante devido às possibilidades de emprego da tropa de infantaria leve em operações aeromóveis. Observou-se que tropa dessa natureza pode atuar à retaguarda do inimigo e está em condições de ser empregada em qualquer parte do

país ou no exterior para realização de operações ofensivas, de defesa externa ou de garantia da lei e da ordem. Além disso, está apta também a realizar missões de força de paz.

O presente estudo permitiu verificar os principais aspectos doutrinários da Companhia de Precursores atuando em proveito da 12ª Bda Inf L (Amv). Os resultados obtidos neste estudo foram significativos, claros e objetivos. A hipótese de estudo foi confirmada, sua análise proporcionou que se visualizem oportunidades de melhorias, principalmente por meio dos questionários realizados.

Um aspecto importante da pesquisa refere-se à coexistência da Cia Prec L e dos Pel Rec dos BIL. Atualmente, esses pelotões são responsáveis pelo balizamento das zonas de desembarque da tropa de infantaria leve durante as operações aeromóveis. Observou-se uma grande preocupação quanto à extinção dessa fração com a criação dessa subunidade.

No entanto, o estudo constatou que não há necessidade de extinguir os Pel Rec, visto que são frações essenciais para as atividades de segurança e de reconhecimento dos batalhões. Esses pelotões e as equipes de precursores poderiam atuar, perfeitamente, de forma integrada. As características, a seguir, são fundamentais e justificam a possibilidade de criação da Cia Prec L:

- Vocação para realizar ligação com as unidades aéreas, o que padroniza procedimentos e aumenta a coordenação e o controle nas zonas de embarque, proporcionando maior rendimento da tropa que, conseqüentemente, contribuirá para o sucesso da missão da 12ª Bda Inf L (Amv);

- Capacidade das equipes de precursores em realizar infiltrações em território inimigo maior que a observada, atualmente, nos Pel Rec dos BIL. Isso caracterizado, principalmente, pela possibilidade de infiltração por meio de salto semiautomático, salto livre operacional e infiltração subaquática, proporcionando acesso às regiões mais restritas, em todas as áreas operacionais do continente;

- Possibilidade de balizamento de ZPH para o Ass Amv de outras unidades da 12ª Bda Inf L (Amv), sem sobrecarregar os Pel Rec, que já recebem diversas outras missões dos BIL;

- Existência de mais uma peça de manobra nas diversas operações realizadas pela 12ª Bda Inf L (Amv), com a possibilidade de operar uma ZL para o ressuprimento da tropa de infantaria leve, caso seja necessário. Possibilidade essa, não existente na 12ª Bda Inf L (Amv), atualmente;

- Capacidade de realizar com mais eficiência atividades como o controle de tráfego aéreo, o GAA, reconhecimentos especializados e levantamentos meteorológicos. Isso porque o curso de precursor proporciona tais conhecimentos de forma mais profunda;

- Existência de uma tropa DoMPSA na 12ª Bda Inf L (Amv), preocupada com as atividades logísticas relacionadas ao ressuprimento aéreo da tropa, o que aumenta as possibilidades dessa brigada;

- Existência de equipes de caçadores e efetivo para monitoramento de RIPI, atuando em proveito da 12ª Bda Inf L (Amv), de acordo com as necessidades do oficial de inteligência e do oficial de operações da grande unidade, contribuindo para o sucesso das operações da tropa de infantaria leve;

- Capacidade para realização de combate urbano e de atividades de inteligência em proveito dessa grande unidade;

- Capacidade de reconhecer e operar ZP, contribuindo para o aumento das possibilidades de exfiltração dessa tropa e da chegada do escalão de acompanhamento e apoio.

Conclui-se, ainda, que a existência da Cia Prec L na Brigada de Infantaria Leve desoneraria as unidades dessa grande unidade de missões secundárias. Observou-se que as equipes de precursores poderiam atuar em reforço a uma FT, como no caso das incursões ou infiltrações aeromóveis, ou em missões específicas, como a segurança e o reconhecimento aeromóveis.

A respeito da estrutura organizacional da Cia Prec L, constatou-se que essa subunidade teria uma equipe DoMPSA, subordinada ao Pelotão de Comando e Serviço, permaneceria com a mesma quantidade de equipes da Cia Prec Pqdt e contaria com o apoio dos Pel Rec no Ass Amv da brigada. A Cia Prec L teria uma divisão das vocações operacionais de cada equipe um pouco diferente.

A Eqp ECHO passaria a vocação de atuação no ambiente da caatinga para a Eqp FOXTROT, que, por sua vez, passaria sua vocação de operação do aeródromo de partida e de atuação em operações de garantia da lei e da ordem para as demais equipes, visto que são capacidades que todas devem possuir.

Sobre as possibilidades e limitações dessa SU, verificou-se que o emprego de motocicletas facilita o transporte de determinados materiais e equipamentos e contribui para o aumento da segurança da equipe, devido à realização de reconhecimentos.

Observou-se, ainda, que a constituição de uma Companhia de Apoio de Terra no Comando de Aviação do Exército, atuando de forma semelhante à Cia Prec L, é viável, fruto do aumento da quantidade de brigadas de infantaria leve no Exército Brasileiro. Porém, constatou-se como fundamental a criação da Cia Prec L na 12ª Bda Inf L (Amv), devido à vocação operacional dessa grande unidade, que será a primeira a ser empregada em operações aeromóveis.

Foi constatado, através da análise dos resultados obtidos, que a criação da Cia Prec L contribui no cumprimento das missões da 12ª Bda Inf L (Amv). A bibliografia existente é escassa. Não há, por exemplo, um manual sobre a Brigada de Infantaria Leve (Amv) ou a Brigada de Infantaria Pára-quedista. Entretanto, os estudos militares sobre o tema deram uma base suficiente para execução da pesquisa proposta.

Sugere-se o prosseguimento de um estudo que possa contribuir para a elaboração desses manuais. Sugere-se, ainda, que seja realizado o estudo do adestramento dos Pel Rec em conjunto com as equipes da Cia Prec L, um estudo detalhado sobre a equipe DoMPSA dessa SU e um estudo sobre a criação de novos claros para essa OM.

Recomenda-se a realização de adestramentos, cada vez mais constantes, das tropas de infantaria leve com as equipes da Companhia de Precursores Pára-quedista e do Batalhão DoMPSA, nos exercícios da 12ª Bda Inf L (Amv), a fim de verificar, de forma prática, os ensinamentos doutrinários colhidos nessa pesquisa.

A metodologia escolhida para o trabalho foi suficiente, pois o objetivo estabelecido foi plenamente alcançado. Através da análise e discussão dos resultados, pode-se assegurar que a hipótese de estudo H_1 [a criação da Companhia de Precursores Leve contribui para o cumprimento das missões das Op Amv realizadas pela 12ª Bda Inf L (Amv)] foi confirmada.

De uma maneira geral, concluiu-se que a Cia Prec L pode contribuir para a infiltração tática da 12ª Bda Inf L (Amv) e para as operações subseqüentes a essa atividade. Conforme observado no trabalho, o precursor paraquedista reúne importantes capacidades e um adestramento diferenciado, que multiplicariam o poder de combate da brigada. O principal óbice encontrado para a criação desta OM é a formação de novos especialistas.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **IP 90-1**: operações aeromóveis. 1. Ed. Brasília, DF, 2000.
2. _____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **C 100-5**: operações. 3. Ed. Brasília, DF, 1997.
3. BDA INF PQDT. Disponível em: < www.bdainfpqdt.eb.mil.br >. Acesso em 16 ago. 2013.
4. BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **C 57-1**: operações aeroterrestres. Brasília, DF, 2005.
5. _____. _____. _____. **T 57-260**: precursor pára-quedista (atualização). 2. Ed. Brasília, DF, 2001.
6. CIA PREC PQDT. Disponível em: < www.ciaprecpqdt.eb.mil.br >. Acesso em 12 ago. 2013.
7. BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **IP 7-35**: o batalhão de infantaria leve. 1. Ed. Brasília, DF, 1996.
8. SILVA, Carlos Alberto Pinto. **A Infantaria Leve do Exército Brasileiro**. 146. vol. Rio de Janeiro: Revista do Exército Brasileiro, 2009.
9. CAMPBELL. Disponível em:< www.campbell.army.mil >. Acesso em 26 jul. 2013.
10. ESTADOS UNIDOS. Army. Headquarters. **FM 90-4**: air assault operations. Washington, DC, 1987.
11. ARMY. Disponível em: www.army.mod.uk_. Acesso em 28 jul. 2013.

12. ELITEUKFORCES. Disponível em: < www.eliteukforces.info >. Acesso em 28 jul. 2013.
13. BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD 35-G-01**: glossário das forças armadas. 4. Ed. Brasília, DF, 2007.
14. _____. _____. Estado-Maior do Exército. **C 31-1**: operações especiais. 1. Ed. Brasília, DF, 2012.
15. _____. _____. _____. **T 57-280**: meteorologia para o aeroterrestre. 2. Ed. Brasília, DF, 2000b.
16. ESTADOS UNIDOS. Army. Headquarters. **FM 57-38**: pathfinder operations. Washington, DC, 1993.
17. BRASIL. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. **Vida na Selva e técnicas especiais**. Nota de aula da Seção de Instrução Especial. Resende, RJ, 2001a.
18. _____. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **C 7-15**: companhia de comando e apoio. 3. Ed. Brasília, DF, 2002.
19. _____. Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. **PUB 20-0-1**: organização das armas e serviços. Rio de Janeiro, RJ, 2007a.
20. DEFESANET. Disponível em: < www.defesanet.com.br >. Acesso em 29 jun. 2013.
21. ALMEIDA, Ricardo Guilherme Ribeiro de. **A evolução histórica da Brigada de Infantaria Pára-quedista no contexto da Força Terrestre Brasileira**. 2002. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

22. ESTADOS UNIDOS. Army. Headquarters. **FM 71-100: air assault division operations.** Washington, DC, 1996.
23. GLOBAL SECURITY. Disponível em:< www.globalsecurity.org> Acesso em 26 jul. 2013.
24. GOARMY. Disponível em: < www.goarmy.com > Acesso em 30 maio 2013.
25. LOUREIRO, Antonio Lobo. **Biografia do Gen Pqdt Roberto de Pêsoa:** a vida narrada do primeiro paraquedista do Exército Brasileiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Teatral, 2011.
26. MARQUES, Anderson Ramos. **O emprego da Companhia de Precursores Pára-quedista nas ações nos Complexos do Alemão e da Penha.** Kansas – Estados Unidos da América: Military Rewiew. Edição Brasileira. 2012.
27. NEVES, Anderson Xavier. **Armamento calibre 12:** emprego em deslocamento terrestre a pé, em operações, no interior da selva pelo esclarecedor. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2012.
28. TROPAS DE ELITE. Disponível em: www.tropasdeelite.xpg.com.br. Acesso em 28 jun. 2013.
29. CIPQDT. Disponível em: < www.cipqdt.ensino.eb.br >. Acesso em 14 ago. 2013.

A ADOÇÃO DE CONCEITOS DAS EQUIPES DE APOIO DE FOGO CONJUNTO, UTILIZADAS EM PAÍSES MEMBROS DA OTAN, NO SUBSISTEMA DE OBSERVAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA

Geraldo Gomes de Mattos Neto^a

RESUMO

O estudo apresenta propostas para o aprimoramento do Subsistema de Observação da Artilharia de Campanha Brasileira, utilizando como referência modelos de Equipes de Apoio de Fogo Conjunto empregadas por países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Sua finalidade é melhorar aspectos deficientes, valendo-se de experiências de países que tem utilizado artilharia em combates reais.

Através dos questionários, foi possível levantar problemas com relação ao apoio de fogo prestado aos elementos de manobra, sobre a ótica do Subsistema de Observação, com ênfase nas Operações Conjuntas. Com o recurso da pesquisa bibliográfica e documental, foram estudados conceitos teóricos na doutrina norte americana e alemã sobre os modelos de observação adotados, comparando-as com a Doutrina Militar Brasileira e verificando quais foram as soluções adotadas para problemas semelhantes aos que o Brasil possui e que aqueles países possuíam no momento em que buscaram o seu aprimoramento. Desta forma, foi possível sugerir melhorias na formação e adestramento dos observadores, sejam eles de morteiro, artilharia, fogo aéreo ou fogo naval, e na organização das equipes, onde é fundamental uma maior integração do observador de artilharia com o de morteiro dos elementos de manobra.

Na conclusão, foi recomendado que observadores do Exército sejam formados para conduzir fogos aéreos e navais, que se amplie e padronize a instrução de condução do tiro de artilharia para o observador de qualquer arma, bem como a viabilidade da criação de um Centro de Treinamento Conjunto, de forma a facilitar a formação e adestramento de observadores de apoio de fogo das Forças Armadas.

Palavras-chave: Subsistema de Observação, Artilharia de Campanha, Observador de Artilharia, Apoio de Fogo, Operações Conjuntas.

ABSTRACT

This study presents proposals to improve the observation system of the Brazilian Field Artillery, using as reference models of Joint Fire Support Teams, used by the North Atlantic Treaty Organization (NATO) members. The goal is to improve deficient aspects, using the experience of countries that have been using artillery in real combat.

With the surveys, it was possible to pose problems about the fire support provided to the maneuver units, focusing the observation system, with emphasis on Joint Operations. In the bibliographical and documentary research, theoretical concepts about the observation models in the North American and German doctrine were studied, comparing them with the Brazilian Military Doctrine. Thus, it was verified which solutions were adopted for similar problems that we have in Brazil and that those countries had by the time they pursued the development. This way, it was possible to suggest improvements in the formation and training of observers, being them from mortar, artillery, naval or air support, and in the composition of the teams, where it is essential a bigger integration between the artillery observer with the mortar from the maneuver units.

In the conclusion, it was recommended that Army observers were qualified to conduct air and naval fires, to increase and standardize the conduction of artillery fires for militaries of any branch, as well as the feasibility in the creation of a Joint Training Center, in order to facilitate the formation and training of Fire Support Observers of the Armed Forces.

Keywords: Observation system, Field Artillery, Artillery Observer, Fire Support, Joint Operations.

^a Capitão de Artilharia da turma de 2006. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2015.

A ADOÇÃO DE CONCEITOS DAS EQUIPES DE APOIO DE FOGO CONJUNTO, UTILIZADAS EM PAÍSES MEMBROS DA OTAN, NO SUBSISTEMA DE OBSERVAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vêm ocorrendo diversas operações militares em todos os continentes, muitas delas com amplo emprego de meios de apoio de fogo – terrestres, aéreos e navais. Após diversas experiências neste contexto atual, países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) têm se adaptado a uma nova realidade no que tange ao apoio de fogo¹, seguindo algumas premissas com relação à segurança da tropa, rapidez, simplicidade, controle de danos colaterais, oportunidade para engajar o inimigo e especialização de seus militares para operar equipamentos com alta tecnologia agregada.

Adotaram então os conceitos de “equipes de apoio de fogo” e “observador conjunto (ou universal)”, buscando aproveitar ao máximo a grande disponibilidade de meios de apoio de fogo². Nos países em que foram empregados, há relatos de ganhos significativos em flexibilidade, eficácia e rapidez, em cenários caracterizados cada vez mais por conflitos assimétricos e combates inopinados, intensos e de rápida duração³.

Tendo como função principal apoiar as peças de manobra, a Função de Combate Fogos tem um papel muito importante nas guerras, seja na preparação antes de uma operação ou para agregar maior poder de combate durante as ações⁴, por exemplo. Muito se investiu em diversas plataformas de fogos – aviões, helicópteros, mísseis e artilharia – que são disponibilizadas a diversos escalões da tropa em combate, e que auxiliam na redução das baixas amigas contra um inimigo com menor poder de fogo.

Contudo, países que participaram de coligações relatam a dificuldade de contar com observadores para conduzir os diversos tipos de fogos quando a “ponta da linha” mais necessita. Potências militares que tiveram essa experiência adotaram medidas parecidas para solucionar o mesmo problema: criaram, com nomes e constituições semelhantes, Equipes de Apoio de Fogo Conjunto – uma suposta evolução do sistema anterior^{5, 6}.

O Brasil ainda adota o processo que estes mesmos países utilizavam até esta reformulação, onde o Observador Avançado (OA) de Artilharia é a peça fundamental do Subsistema de Observação⁷, elemento este que foi aprimorado em alguns exércitos da OTAN para se adequar à realidade cada vez mais evidente das operações conjuntas.

Pode-se indicar que a revisão de literatura aponta por uma nova concepção na condução de fogos em operações. Surge então o problema, de como a adoção de conceitos das Equipes de Apoio de Fogo Conjunto, que atualmente são empregadas por alguns países membros da OTAN, poderia contribuir para o aprimoramento do Subsistema de Observação da Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro?

Desta forma, o objetivo do estudo é propor possíveis mudanças no Subsistema de Observação da Artilharia de Campanha Brasileira, tendo por finalidade o aprimoramento do Sistema de Apoio de Fogo do Exército Brasileiro, usando como referência modelos de Observação Avançada adotados em países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em operações conjuntas.

Este objetivo foi atingido ao apresentar propostas viáveis de atualizações no Subsistema de Observação da Artilharia Brasileira, embasadas em experiências colhidas em operações conjuntas recentes por países membros da OTAN, de forma a não permitir a estagnação da nossa doutrina pela falta de experiências reais nesta área.

Por isso, foi levado em consideração que cerca de 70 anos se passaram desde o último tiro da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial⁸ e, até o presente momento, muitos esforços têm sido feitos para atualizar a doutrina e os materiais de artilharia, a fim de manter o nível de operacionalidade para fazer frente às possíveis ameaças ao nosso País. Entretanto, as revisões dos manuais da Artilharia de Campanha pouco contemplaram o Subsistema de Observação. Isto fica evidenciado pelo ainda utilizado manual C6-130 – Técnica de Observação do Tiro de Artilharia de Campanha – que possui cerca de 25 anos, demonstrando que não acompanhou a evolução dos demais Subsistemas de Artilharia neste mesmo período, principalmente quando comparado ao contexto do cenário militar mundial.

Ainda levou-se em conta a criação no Brasil de diversos manuais no âmbito Ministério da Defesa que enfatiza a crescente busca pela interoperabilidade entre as

Forças em operações conjuntas, que exigem capacidades específicas de seus militares^{9,10}. Seguindo este princípio, faz-se interessante verificar quais as práticas que têm sido adotadas por países da OTAN no Subsistema de Observação e que podem contribuir para evolução da Doutrina Militar Terrestre. Experiências de países como Estados Unidos da América e Alemanha, reconhecidamente potências militares, configuram a oportunidade ímpar de empregar conceitos das “Equipes de Apoio de Fogo Conjunto” no Exército Brasileiro.

Assim, após a análise e comparação dos modelos estudados, foram elaboradas sugestões de atualização nos campos da organização, formação e adestramento das turmas de observadores avançados, o que pode contribuir para o melhor aproveitamento dos meios de apoio de fogo em operações futuras.

2. METODOLOGIA

O estudo buscou verificar se a adoção pelo Exército Brasileiro de conceitos das Equipes de Apoio de Fogo Conjunto, que atualmente são empregadas por alguns países membros da OTAN, poderia contribuir para o aprimoramento do Subsistema de Observação da Artilharia de Campanha.

Neste contexto, foram considerados os seguintes sistemas de apoio de fogo, presentes em uma operação conjunta: artilharia de campanha, morteiros, apoio de fogo naval e apoio de fogo aéreo. Para cada um deles foram estudados os processos em que são conduzidos estes fogos no nível das subunidades e dos pelotões de Infantaria e Cavalaria.

Para delimitar o tema, foram utilizados os modelos de observação avançada usados pelo Exército Norte Americano e o Exército Alemão. Ambos apresentaram soluções distintas para dificuldades semelhantes em apoio de fogo, observados em conflitos recentes que participaram nos últimos 40 anos, oferecendo como referência duas formas de resolver o problema.

Com base no objetivo geral desta investigação, que é propor possíveis mudanças no Subsistema de Observação da Artilharia Brasileira, conclui-se que se trata de uma pesquisa descritiva, que visa analisar a organização, a formação e o adestramento de equipes de observação desses países e compará-las com as do Exército Brasileiro.

O delineamento de pesquisa contemplou, inicialmente, as fases de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. As fontes de consulta foram constituídas principalmente de manuais militares e artigos científicos de revistas especializadas em apoio de fogo no Brasil, Estados Unidos da América e Alemanha, que abordavam a doutrina e também ensinamentos colhidos em diversas operações, buscando acompanhar a evolução das Equipes de Apoio de Fogo Conjunto.

Na sequência, foram aplicados dois tipos de questionários fechados com o objetivo de coletar dados e verificar eventuais problemas enfrentados atualmente na condução de missões de apoio de fogo no Exército Brasileiro. A intenção foi verificar se havia semelhança com os problemas que países da OTAN identificaram nos últimos 40 anos. Para isso, a população era composta por oficiais de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, nos postos de Capitão até Coronel, que haviam servido em Organizações Militares de suas respectivas Armas entre os anos de 2011 a 2014. O levantamento estatístico destes dados foi de grande importância para que se pudessem perceber os pontos falhos em nosso subsistema de observação, delimitando quais dimensões estão mais deficientes e necessitando de atualizações, pelo ponto de vista dos militares que apoiam e dos que são apoiados.

Foram também enviados outros seis questionários abertos a militares especialmente selecionados, pertencentes a dois estabelecimentos de ensino da Marinha do Brasil, três estabelecimentos do Exército Brasileiro e outro da Força Aérea Brasileira. Todos tiveram o objetivo de levantar a situação da formação e do emprego dos diversos tipos de observadores existentes em operações conjuntas, sendo enviados para o Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), para o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), para o Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), para o Curso de Infantaria e Cavalaria da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e para o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR).

A solução do problema foi buscada ao compilar todas as informações obtidas pelos procedimentos metodológicos, confrontando com a pesquisa bibliográfica e documental obtida de países da OTAN, para que se pudesse concluir sobre a possibilidade de contribuir com o aprimoramento do Subsistema de Observação, sugerindo, por analogia, possíveis mudanças baseadas nas soluções que esses países adotaram para melhorar as suas próprias doutrinas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica possibilitou levantar diversos aspectos sobre a condução de fogos em operações conjuntas tanto no Brasil quanto no exterior, inclusive com alguns dos problemas encontrados ao longo dos anos nos dois países estudados (Estados Unidos da América e Alemanha), consolidados no quadro a seguir:

Período	Problemas enfrentados pelo exército dos EUA	Problemas enfrentados pelo exército da Alemanha
Década de 1970	1) Falta de capacidade do OA de prover apoio à Subunidade dos Elementos de Manobra pelo aumento de sua frente de combate; 2) Pouca interação dos observadores de artilharia e morteiro no nível SU. 3) Incapacidade da Força Aérea de prover GAA/CAA para todas as Companhias dos Elementos de manobra. 4) Dificuldade de mobiliar OA de artilharia para todas as SU. 5) Cmt SU de Infantaria e Cavalaria acumulando função com a de CAF. 6) Dificuldade de treinamento dos observadores depois de formados.	-
Década de 1990	1) Excesso de elementos de apoio de fogo no nível SU. 2) Falta de integração de elementos de outras Forças Singulares com as tropas do Exército que apoiavam.	-
1ª Década de 2000	1) Necessidade de possuir GAA no nível pelotão. 2) Necessidade de formar observadores universais. 3) Necessidade de criação de um centro de treinamento conjunto para observadores universais.	1) Necessidade de possuir sistemas de apoio de fogo que possam responder rapidamente às ameaças. 2) Necessidade de constituir equipes de Ap F conjunto. 3) Necessidade de criação de um centro de treinamento conjunto para observadores universais.

QUADRO 1 – Problemas encontrados na observação avançada em operações conjuntas por países da OTAN nos últimos 40 anos.

Fonte: adaptado de artigos militares de revistas estrangeiras da revisão de literatura^{11, 12, 13, 14, 15, 16}.

Para verificar se estes mesmos problemas ocorrem no Brasil, as perguntas dos diversos questionários foram divididas entre as dimensões “Organização do Subsistema de Observação”, “Formação dos Observadores” e “Adestramento dos Observadores”, cada um com diversos indicadores, sendo eles:

- Distribuição adequada de observadores nas peças de manobra para conduzir fogos de artilharia.
- Distribuição adequada de observadores nas peças de manobra para conduzir fogos aéreos.
- Distribuição adequada de observadores nas peças de manobra para conduzir fogos navais.
- Nível de interação do Observador Avançado (OA) de Artilharia com OA de morteiro.
- Formação dos observadores de morteiro.
- Formação dos observadores de artilharia.
- Formação dos observadores de fogos aéreos.
- Formação dos observadores de fogos navais.
- Possibilidade de formação do sargento como OA de Artilharia, Guia Aéreo Avançado (GAA) e/ou Observador do Tiro Naval (OBTINA).
- Necessidade de criação de um centro conjunto de treinamento de observadores.
- Quantidade de militares ocupando claros de OA nos Grupos de Artilharia de Campanha (GAC).
- Nível de adestramento dos observadores de morteiro.
- Nível de adestramento dos observadores de artilharia.
- Integração com os elementos de manobra.

As repostas dos questionários, aliadas à revisão de literatura que foi realizada anteriormente, confirmou que grande parte dos problemas que países da OTAN sofriam antes de adotar as Equipes de Apoio de Fogo são os mesmos que existem no Brasil.

No que tange à organização do Sistema de Observação, foram levantados que faltam observadores de todos os tipos para apoiar os elementos de manobra, especialmente os de fogos aéreos e navais. Também foi verificado que algumas tropas necessitam de determinados observadores em níveis mais baixos do que os previstos pela doutrina, particularmente tropas de Cavalaria Mecanizada e Infantaria de Selva, pelas suas amplas frentes de combate. Ainda foi constatada a necessidade de aumentar a interação entre os observadores já existentes, de forma a melhor aproveitar os meios de apoio de fogo disponíveis.

Quanto à formação dos observadores, foi verificada a necessidade de complementar a formação dos observadores com adestramentos na tropa, especialmente os sargentos que tem uma formação bastante concisa na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Outro problema foi a falta de padronização da instrução de condução do tiro de artilharia pelo observador de qualquer arma, que poderia contribuir para ampliação de militares qualificados nesta atividade. Verificou-se ainda a possibilidade de formar militares do Exército Brasileiro (tanto oficiais como sargentos) para a condução dos diversos fogos e da criação de um Centro Conjunto de Apoio de Fogo, para observadores das três Forças Singulares.

Por fim, na dimensão de adestramento dos observadores, foi levantado que muito poucos militares ocupam cargos de observadores avançados nos Grupos de Artilharia de Campanha (GAC), e, por isso, quase não há adestramentos para os integrantes deste subsistema durante o ano de instrução. Outra consequência é que os observadores participam pouco de operações com arma base, sendo que esta atividade é fundamental para que os artilheiros conheçam as peculiaridades da arma base para melhor apoiá-los pelo fogo.

4. CONCLUSÃO

O foco do estudo foi delimitado na organização, na formação e no adestramento dos observadores. Em cada um destes aspectos, foi feita a relação dos problemas identificados com as soluções adotadas nos países membros da OTAN, verificando a viabilidade e os benefícios que estas modificações poderiam trazer para a Doutrina Militar Brasileira. Por analogia, chegou-se a uma série de propostas para o Subsistema de Observação, que buscam o aprimoramento do apoio de fogo prestado à Força Terrestre.

Ao avaliar a organização dos observadores é importante ter em mente que o princípio da oportunidade é fundamental no apoio de fogo. Desta forma, a distribuição adequada de observadores para apoiar a arma base é aquela em que existam elementos em condições de solicitar e conduzir as missões, na hora e no local apropriado, quando forem necessários. Este aspecto aponta que para atender a demanda, a quantidade de observadores deve variar conforme a disponibilidade de Sistemas de Apoio de Fogo para manobra, bem como das características do ambiente operacional no qual está sendo realizada a operação. Em suma, os fatores

da decisão poderão exigir observadores em condições de conduzir diferentes tipos de fogos em escalões cada vez mais baixos para uma rápida resposta dos diversos meios existentes, até no nível pelotão, conforme apontou a revisão de literatura estrangeira^{17, 18}.

Uma forma de resolver este problema é aumentando a interação dos Observadores Avançados de Morteiro e de Artilharia, uma vez que a maioria dos que preencheram os questionários concordaram nesta aproximação para facilitar o adestramento, a coordenação e o emprego destes fogos no nível subunidade. Isto já foi idealizado em 2015 pelo Anteprojeto do Manual de Planejamento e Coordenação de Fogos¹⁹, a ser designado de EB20-MC-10.304 após sua aprovação, com a criação da Célula de Fogos.

A Célula de Fogos, composta basicamente pelo Oficial de Fogos da SU, o seu adjunto e os Observadores de Pelotão, funcionaria como a Equipe de Apoio de Fogo Conjunto que está sendo empregada em países membros da OTAN, permitindo uma maior flexibilidade e capilaridade do apoio de fogo em proveito dos elementos de manobra. Esta aproximação dos observadores do Exército que atuam na subunidade irá fortalecer o Subsistema de Observação e permitir uma maior integração da Função de Combate Fogos.

Aliada às propostas para a formação e adestramento dos observadores, esta estrutura possibilitará ainda resolver outros assuntos relacionados ao apoio de fogo, como a baixa disponibilidade de militares habilitados para conduzir o fogo aéreo e o naval. Com a existência destes observadores até o nível pelotão, será possível formá-los conforme as capacidades que se deseja de cada um deles, resolvendo o problema de distribuição adequada dos diversos tipos de observadores de fogos em uma estrutura enxuta e vocacionada para a condução do apoio de fogo.

Esta proposta não tem a intenção de aumentar o efetivo do pessoal envolvido no Subsistema de Observação, e sim aproveitar militares que já estão inseridos no processo. São eles o Observador Avançado de Artilharia, o Observador Avançado de Morteiro e os Comandantes de Grupo de Apoio, conforme o Quadro 2. Um aspecto que não foi estudado foi quanto ao OFSU ser o Coordenador do Apoio de Fogo da Subunidade, conforme identificado na literatura norte americana^{17,18}, ou permanecer como o próprio Cmt SU, como ainda é feito no Brasil, devendo isto ser alvo de análise em futuros trabalhos.

Função	OFSU	Adj OFSU	Obs Pel
Quem exerce	Ten/Asp de Art – Atual OA de Artilharia	Sgt de Inf ou Cav – Atual OA de Morteiro	Sgt de Inf ou Cav – Cmt Gp Ap
Escalão que é empregado	Subunidade de Infantaria e Cavalaria	Subunidade de Infantaria e Cavalaria	Pelotão de Infantaria e Cavalaria
Capaz de conduzir fogos de	Morteiro Artilharia Aéreo Naval	Morteiro Artilharia	Morteiro Artilharia

QUADRO 2 – Propostas para organização dos observadores na Célula de Fogos.

Fonte: Autor

No que tange à formação dos sargentos de Infantaria e Cavalaria como Observador Avançado de Morteiro foi levantado que, fruto do pouco tempo de formação que possuem atualmente, são necessários alguns aprimoramentos neste quesito. O mais viável seria reforçar a instrução nas escolas de formação, acrescentando a prática com simuladores modernos e com a condução de tiro real para melhor aproveitar a carga horária disponível, permitindo que estes militares cheguem à tropa mais bem preparados para exercer a função de OA de morteiro.

Além disso, seria fundamental a regulamentação de um Estágio de Apoio de Fogo Terrestre, com instruções para condução do tiro de morteiro e o tiro de artilharia pelo observador de qualquer arma, voltado para os sargentos que ocupam funções relacionadas à observação. Este estágio, centralizado no Grupo de Artilharia de Campanha orgânico das Brigadas de Infantaria e Cavalaria do EB, seria conduzido pelos militares na função de Observador Avançado de Artilharia (ou, futuramente, o Oficial de Fogos da Subunidade) para todos os integrantes da Célula de Fogos das Subunidades, podendo haver participação do Comandante do Pelotão de Morteiro Pesado, dos Batalhões e Regimentos da GU, ou ainda ser adaptada conforme as necessidades da tropa em questão, atendendo diferentes necessidades de acordo com sua natureza e missão.

Para a formação dos oficiais, particularmente os de Artilharia, recomenda-se habilitá-los na condução de fogos aéreos (aviões e helicópteros) e navais, seguindo o estado da arte de possuir “observadores universais” ou “observadores de fogo conjunto”, aproveitando a vocação natural dos Tenentes de Artilharia para a Função de Combate Fogos. A melhor forma de fazer isto é acrescentando estas instruções no C Art/AMAN, de forma centralizada, e permitindo que os Aspirantes a Oficial de Artilharia já possam exercer, na plenitude, as funções de OA de Artilharia (e Oficial de Fogos da Subunidade) desde cedo. Estas instruções também terão sua relevância no prosseguimento da sua carreira, uma vez que o conhecimento do apoio de fogo aéreo e naval irá facilitar o trabalho de coordenação do Oficial de Artilharia, quando estiver como Coordenador de Apoio de Fogo (CAF), nos diversos escalões.

O maior empecilho neste quesito seria o entendimento com a Força Aérea de como seria a integração do observador de fogo aéreo da Força Terrestre com o Guia Aéreo Avançado da Força Aérea, uma vez que a doutrina que está sendo desenvolvida sobre o assunto ainda não contempla esta situação. Sugere-se, portanto, que sejam feitas ingerências com o COMGAR sobre a importância de solucionar o tema em questão, prevendo a certificação do Oficial de Artilharia para auxiliar no guiamento de aeronaves, aos moldes do que é feito em países membros da OTAN²⁰.

Mesmo que o problema não seja resolvido com a FAB, deve-se levar em consideração a importância de existirem observadores da Força Terrestre para conduzir fogos das aeronaves da Aviação do Exército (Av Ex), meio orgânico que é um dos principais Sistemas de Apoio de Fogo para tropas em contato nos países estudados, conforme a revisão de literatura. O mesmo Oficial de Artilharia poderá cumprir esta missão, tão logo a Av Ex regulamente a atividade e divulgue as capacitações necessárias, mesmo que sejam as mesmas das exigidas pela FAB.

Ainda com relação à formação, sugere-se a criação de um Centro Conjunto de Apoio de Fogo²¹, a ser criado na cidade de Resende-RJ, Formosa-GO ou Santa Maria-RS. Teria como objetivo reunir militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, responsáveis pelo desenvolvimento da doutrina de Apoio de Fogo Conjunto, particularmente na coordenação e condução das missões no nível tático. Contariam com uma estrutura de simuladores e instalações que permitiria apoiar não somente

a formação, como também o adestramento de observadores de diversos estabelecimentos de ensino e unidades das Forças Armadas.

As cidades citadas foram propostas por atenderem alguns requisitos para poder funcionar corretamente. Dentre eles, destacam-se a existência de simuladores voltados para a condução de diferentes tipos de fogos, proximidade de um campo de instrução para execução do tiro real de artilharia, facilidade para apoio de aeronaves da Força Aérea e da Aviação do Exército, possibilidade de interação com navios da Marinha e posição geográfica que possibilite o fácil acesso de militares de todo o Brasil para participar das atividades ali conduzidas.

Para melhorar o adestramento dos observadores no corpo de tropa, recomendam-se esforços no sentido de aumentar a quantidade de oficiais que ocupam o cargo de Observadores Avançados nos Grupos de Artilharia de Campanha orgânicos de Brigadas de Infantaria e Cavalaria, de forma a haver pelo menos 01 OA por Bateria de Obuses durante todo o ano de instrução.

Com este efetivo mínimo, e com a conscientização do comando de cada GAC da importância do Subsistema de Observação, será possível prever mais adestramentos para estes militares, de forma a buscar alcançar os objetivos propostos nos Programas Padrão (PP). Os adestramentos das Brigadas também devem sempre contar com a previsão de observadores dos diversos meios de apoio de fogo acompanhando as peças de manobra, mesmo que não haja previsão de tiros reais de morteiro e artilharia ou da presença de meios da FAB e MB. Estes procedimentos remetem aos utilizados pela FIST²² (Equipes de Apoio de Fogo norte americanas), que realizam constantes adestramentos com os elementos apoiados, com intuito de melhor conhecer suas táticas, técnicas e procedimentos, aumentando os laços táticos e facilitando o emprego em situações reais.

A aprovação da Célula de Fogos também irá contribuir para uma melhora no adestramento de observadores de toda Brigada, aumentando a interação de elementos que compõe a Função de Combate Fogos, ao promover os Estágios de Apoio de Fogo Terrestre e adestramentos centralizados com fogos de morteiro e artilharia no âmbito da GU. Estas medidas irão também aproveitar melhor os meios existentes, otimizando o gasto de munição e outros recursos escassos na tropa.

Neste sentido, recomenda-se que sejam modificados os Programas Padrão de forma a contemplar as novas capacidades que serão acrescidas aos militares das Células de Fogos, revisando os padrões mínimos exigidos para as diversas funções

e prevendo atividades a serem desenvolvidas pelos observadores de morteiro, artilharia, fogo aéreo e fogo naval.

No quadro 3 está representado um resumo das principais propostas quanto à formação e adestramento de observadores:

	Proposta	Finalidade
Formação	Regulamentar o Estágio de Apoio de Fogo Terrestre nas GU	Habilitar os OA de Morteiro (Adj OFSU e Obs Pel) a conduzir fogos de artilharia.
	Inserir instruções de condução de fogo aéreo no C Art/AMAN	Habilitar os OA de Artilharia (OFSU) neste tipo de fogo e diminuir a dependência de GAA da FAB.
	Inserir instruções de condução de fogo naval no C Art/AMAN	Habilitar os OA de Artilharia (OFSU) neste tipo de fogo e diminuir a dependência de OBTINA da MB.
	Criação do Centro Conjunto de Apoio de Fogo	Estimular o desenvolvimento da doutrina de apoio de fogo conjunto e proporcionar instalações adequadas para auxiliar na formação e adestramento de observadores das Forças Armadas.
Adestramento	Aumentar o número de oficiais ocupando cargo de OA nos GAC	Permitir que haja militares na função para realizar os adestramentos do Subsistema de Observação.
	Aumentar exercícios com todos os observadores das Células de Fogos no âmbito da Brigada.	Promover uma maior integração entre militares que compõem a Função de Combate fogos e otimizar o emprego dos meios da GU.

QUADRO 3 – Propostas para formação e adestramento dos observadores.

Fonte: Autor

Finalmente, acredita-se que com a adoção dos conceitos das Equipes de Apoio de Fogo Conjunto, elencadas pelas propostas apresentadas por este estudo, será possível promover uma melhora significativa no Subsistema de Observação, principalmente no momento no qual o Brasil se encontra, buscando consolidar o emprego conjunto das Forças Singulares em operações. Espera-se que, com a implementação destas propostas, este trabalho possa ter contribuído para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre, particularmente na sistemática de condução do apoio de fogo em proveito da manobra.

REFERÊNCIAS

1. KOLMAN, Fiepko. **International Artillery Symposium 2014**. Idar-Oberstein, Alemanha, p. 5, Outubro 2014.
2. NANNINI, Vance J. Universal Observers: Punching our FIST into the 21st Century. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 13-16, May-June 1997.
3. KLOS, Dietmar. Joint Tactical Fire Support (JTFS) Training Facility at Idar-Oberstein/Germany. **European Security and Defense**. Bonn, Alemanha, n. 3, p. 51-55, 3. trim. 2010.
4. BRASIL. Exército. Estado Maior. **EB20-MC-10.206**. Fogos. 1. ed. Brasília, DF, 2015.
5. BENTLEY, Christopher F. The Future of Field Artillery. **Fires**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 9-11, March-April 2014.
6. DREWS, Erhard. Capability Development from a Single Source. **International Artillery Symposium 2014**. Idar-Oberstein, Alemanha, p. 11-16, Outubro 2014.
7. BRASIL. Exército. Estado Maior. **C 6-130**: Técnica de observação do tiro de artilharia de campanha. 1. ed. Brasília, DF, 1990.
8. BLAJBERG, Israel. **69 anos da última missão de tiro cumprida pela Artilharia Brasileira**. Portal da FEB. 26 Abr 14. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/69-anos-da-ultima-missao-de-tiro-cumprida-pela-artilharia-brasileira>>. Acesso em: 14 Mar 2015
9. BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 30-M-01 Volume I**. Doutrina de operações conjuntas. 1. ed. Brasília, DF, 2011.
10. BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 33-M-11**. Apoio de fogo em operações conjuntas. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

11. BENTLEY, Christopher F. Joint and Coalition Fire Support in Operation Anaconda. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 10-14, September-October 2002.
12. HOLLIS, Patrecia S.; McELROY, Robert H.. Fire Support for Operation Anaconda: Interview with Major General Franklin L. HAGENBECK **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 5-9, September-October 2002.
13. KASDORF, Bruno. Joint Fire Support and Indirect Fire. **International Artillery Symposium 2014**. Idar-Oberstein, Alemanha, p. 7-9, Outubro 2014.
14. OTT, David E. Foward observations. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, v. 44, n. 3, p. 6, May-June 1976.
15. PEARSON, Paul F. FIST! **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, v. 44, n. 3, p. 7-12, May-June 1976.
16. TEWKSBURY, Dennis D.; HAMBY, JOEL E. Decentralized Fires in Afghanistan: A Glimpse of the Future. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 10-15, November-December 2003.
17. USA. DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 3-09**: Field Artillery Operations and fire support. Washington, DC, 2014.
18. USA. DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 6-20-20**: Fire support at Task Force and below. Washington, DC, 1991.
19. BRASIL. Exército. Estado Maior. **ANTEPROJETO EB20-MC-10.304**. Planejamento e Coordenação de Fogos. 3. ed. Brasília, DF, 2015.
20. LONGORIA, Michael A.; ANDREWS, D. Wayne; MILIRON, Steven P. Joint Fires Observer. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 30-34, September-October 2005.
21. MAPLES, Michael D. Joint Training Center for Indirect Fires Integration. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, p. 39, May-June 2003.
22. DUNN III, Luther J. FIST Works. **Field Artillery**. Fort Sill, Estados Unidos, v. 46, n. 1, p. 56-57, January-February 1978.

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES: UMA PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO DA ÁREA DE REUNIÃO DE EVACUADOS.

Daniel Laffratta Cardoso^a

Manoel Marcio Gastão^b

RESUMO

A expansão dos interesses do Brasil no exterior tem contribuído para o aumento da presença de empresas, representações e organizações brasileiras em outras nações, provocando o crescimento do número de cidadãos brasileiros em território estrangeiro. Visando garantir a segurança dessas pessoas quando estiverem em áreas atingidas por conflitos armados ou catástrofes naturais, o governo brasileiro poderá realizar uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes, retirando-os dessas áreas e conduzindo-os a um local seguro. Muito tem sido feito no âmbito do Ministério da Defesa e das forças singulares em relação a esta doutrina, como edição de manual e exercícios de campanha, entretanto existe espaço para aprimoramento do conhecimento em relação a este tipo de operação. Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo apresentar uma proposta de procedimentos para normatizar o planejamento, preparo e o emprego de tropa convencional na Área de Reunião de Evacuados (ARE) no contexto de uma Op ENC em ambiente operacional permissivo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, realizada uma entrevista com o Capitão-de-Corveta FN FRANÇA, coordenador de instrução do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). Foram aplicados três questionários em grupos distintos, militares das organizações militares do corpo de tropa, Capitães do CAO da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Capitães-Tenentes do CAO do CIASC, com a finalidade de identificar o estágio atual de aproximação do assunto, a lacuna do conhecimento e as melhores práticas adotadas. Da análise estatística foi possível reunir subsídios que permitiram atingir o objetivo proposto, embasar a conclusão e formular a proposta. De acordo com o estudo, os resultados indicam que os fatores da decisão, preconizados na Doutrina Militar Terrestre, possuem um elevado grau de impacto no planejamento, no preparo e no emprego de tropa convencional na ARE no contexto de uma Op ENC em ambiente operacional permissivo, o que propiciou a elaboração de uma proposta de padronização de procedimentos para a tropa que opera uma ARE.

PALAVRAS-CHAVE: *operações de evacuação de não combatentes, área de reunião de evacuados, evacuação, não combatente.*

ABSTRACT

The expansion of Brazil's interests abroad has contributed to the increased presence of Brazilian companies, representations and organizations in other nations, leading to

^a Capitão de Cavalaria da turma de 2004. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2013.

^b Coronel de Infantaria da turma de 1973. Mestre em Operações Militares pela EsAO em 1982. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) em 1990. Doutor em Política, Estratégia e Alta Administração pela ECEME em 1999.

the increase in the number of Brazilian citizens in foreign territory. In order to ensure the safety of these people if they are in areas affected by conflicts or natural disasters, Brazilian government can perform a noncombatant evacuation operation, out of these places and leading them to a safe place. Much has been done by Ministry of Defense about this doctrine, like editing a manual and developing troop deployment exercises. However there is room for improvement of knowledge in this type of operation. In this direction, the present study aimed to present a proposal for procedures to standardize the planning, preparation and employment of conventional troops in assembly area (AA) in the context of a non-combatant evacuation operation (NEO) in permissive environment. First was made a bibliographical research, then were conducted an interview with Capitão-de-Corveta FN FRANÇA, instruction coordinator at Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). Three questionnaires were applied in distinct groups, military from military organizations of the body of troops, CAO's Captains from EsAO and Captains-Lieutenants from CIASC, with the purpose of identifying the knowledge, the gap of knowledge and best procedures about this doctrine. With statistical analysis it was possible to identify subsidies that allowed reaching the established goal, support the conclusion and formulate the proposal. According to the study, results indicate that the factors of decision have a high impact on planning, preparation and operation of AA by regular troops in NEO in permissive environment, which allowed the establishment of a standardization of procedures for troop which operates an AA.

KEY WORDS: *non-combatant evacuation operation, evacuation, non-combatant, assembly area*

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, exércitos com melhor capacidade operacional desencadearam operações no intuito de evacuar seus concidadãos, e por vezes cidadãos de outras nacionalidades, de países em situação de crise, quer por causas de conflito, quer devido à calamidade natural com o objetivo de garantir-lhes a segurança e preservar seus interesses no exterior. O aumento da presença de estrangeiros nos diversos países¹, de acordo com o relatório das Nações Unidas *World Economic and Social Survey*² deve-se principalmente ao fato de que o mundo hoje tem se tornado claramente mais complexo e interdependente³.

A expansão dos interesses do Brasil no exterior tem contribuído para o aumento da presença de empresas, representações e organizações brasileiras em outras nações, provocando o crescimento do número de cidadãos brasileiros em território estrangeiro³. Dessa forma, desde 2009, a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada tem desenvolvido exercícios, no terreno e de simulação do combate, sobre operações de evacuação de não combatentes (Op ENC)^{4, 5}. Durante os exercícios, as unidades subordinadas da brigada receberam missões de

estabelecimento e manutenção de uma faixa de segurança, realização de operações ofensivas típicas e de evacuação de não combatentes, num quadro de crise num país anfitrião vizinho.

Entretanto, devido ao ineditismo e especificidade das ações a realizar nesse contexto, percebeu-se certa dificuldade na análise da missão e no seu planejamento. Não obstante, os oficiais membros dos estados-maiores e os comandantes de subunidades (SU) lançaram-se ao estudo da doutrina da Op ENC, tendo, basicamente, como referência dois manuais de campanha, o MD33-M-08, Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes⁶, do Ministério da Defesa, e o CGCFN-1-11 Manual de ENC por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais⁷, da Marinha do Brasil. No transcorrer das atividades foram apresentados aos estados-maiores dessas unidades problemas militares específicos sobre a doutrina de evacuação de não combatentes (ENC), voltados, principalmente, para a busca de soluções para os pontos em que a doutrina se mostrava lacônica.

Essas soluções foram ainda exploradas na Análise Pós-Ação dos exercícios e consolidadas nos relatórios das operações que posteriormente serviram de subsídios para elaboração, por parte do estado-maior da 4ª Bda C Mec, de Estudo de Estado-Maior (EEM)^{4,5}.

Com isso, foi possível depreender que atual doutrina do Exército Brasileiro é escassa em relação ao emprego de tropas regulares em uma Op ENC e que poucos militares possuíam experiência anterior nessa atividade. A regulamentação do MD faz uma abordagem em um escalão elevado, tratando sobre responsabilidades do MD, MRE e do Comando Operacional (C Op) com informações sucintas sobre a Op ENC em si. Por outro lado, o manual CGCFN-1-11, apresenta informações e referências mais adequadas ao nível tático exigido nas Operações e considerando o ambiente operacional típico da força naval, exigindo, em consequência, um grande número de adaptações e/ou adequações à doutrina do EB.

Dessa forma, no intuito de normatizar e orientar o planejamento, o preparo e o emprego de tropa convencional na Área de Reunião de Evacuados, foi formulado o seguinte problema:

- Em que medida os fatores da decisão influenciam no preparo e emprego da tropa convencional que opera a área de reunião de evacuados, no contexto de uma operação de evacuação de não combatentes em ambiente permissivo?

Assim, o presente trabalho teve por objetivo apresentar uma proposta de procedimentos para normatizar o planejamento, preparo e emprego de tropa convencional, na área de reunião de evacuados (ARE) no contexto de uma operação de evacuação de não combatentes (Op ENC), em ambiente permissivo – ou seja, aquele em que as autoridades estatais não se opõem ao desencadeamento da Op ENC –, com base na influência dos fatores da decisão.

Nesse sentido, a presente pesquisa justificou-se por incentivar o debate fundamentado na metodologia científica a respeito de um assunto real, atual e importante para que a Força Terrestre esteja em condições de, mediante ordem, salvaguardar os interesses brasileiros fora do território nacional, bem como, de contribuir com o desenvolvimento e consolidação da doutrina militar terrestre.

O aprofundamento dos estudos sobre esse tema dará condições de aperfeiçoar a preparação das organizações militares do Exército, confiando que as informações emanadas sirvam de embasamento para o aperfeiçoamento da doutrina deste tipo de Operação, expandindo a gama de conhecimento a respeito da Área de Reunião de Evacuados e o emprego de tropa no contexto de uma Op ENC, servindo como pressuposto teórico para outros estudos que sigam nesta mesma linha de pesquisa.

Conceitualmente Operações de Evacuação de Não Combatentes são dirigidas pelo Ministério da Defesa (MD), mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ao Presidente da República, para a evacuação de não combatentes, preferencialmente brasileiros, fora do território nacional, cujas vidas estejam em perigo, de seus locais no país anfitrião para um Local de Destino Seguro (LDS)⁶.

A Op ENC, geralmente, envolve a entrada de uma força militar no território do País anfitrião e a ocupação temporária de um objetivo que assegure as condições de segurança para a realização de uma retirada planejada de não combatentes⁸.

Por sua característica de incerteza, as Op ENC podem ser iniciadas sem aviso prévio, devido a mudanças inesperadas no governo do país anfitrião, reorientação política ou militar em relação ao Brasil ou intimidações a cidadãos brasileiros, por forças internas ou externas naquele país⁹.

Assim existem três tipos de ambientes operacionais: permissivo, incerto e hostil. Sendo o permissivo aquele em que não é esperada oposição às operações de evacuação. O incerto aquele em que as FA do país anfitrião, receptivas ou não à Op

ENC, não detêm o controle efetivo do território e da população na região da operação e o hostil caracterizado como quando o governo do país anfitrião adotou postura agressivas tais que põem em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele território ou perdeu o controle da situação ^{6, 10, 11}.

O fluxo dos evacuados nas diversas fases da operação pode ser observado graficamente na figura abaixo:

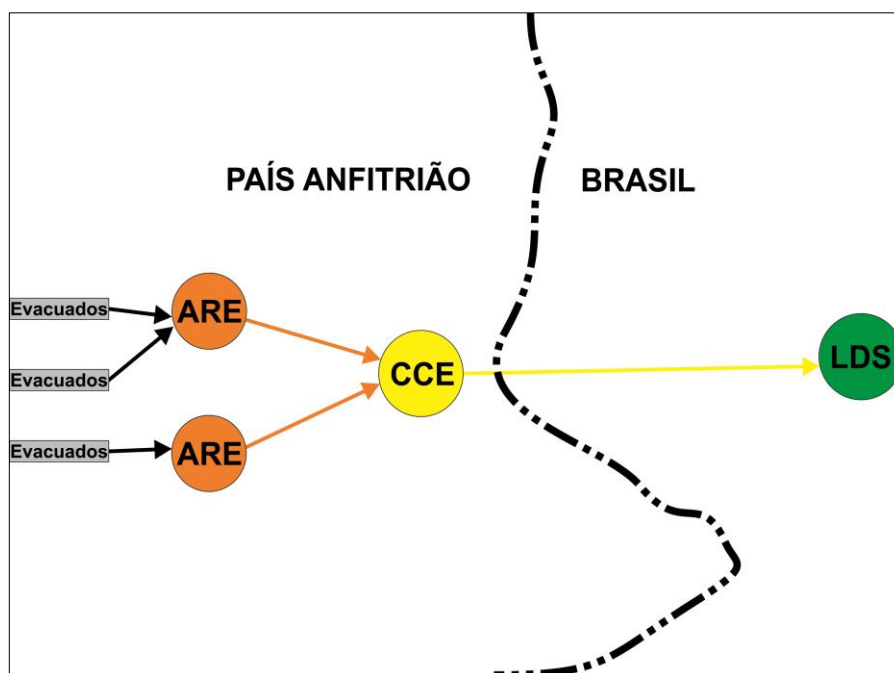


Figura 1 - Operação de Evacuação de Não Combatentes

Fonte: o autor

Os fatores da decisão são os elementos constitutivos da normatização do estudo de situação de combate, de acordo com o Manual de Campanha C 100-5, Operações¹². Sendo que o mesmo é realizado independentemente do nível de planejamento, ou seja, é aplicável a qualquer escalão, tipo de organização ou situação, conforme o Manual de Campanha C 101-5, Estado-Maior e Ordens, Volume 1¹³.

A finalidade do estudo dos fatores da decisão em uma situação de combate é permitir ao comandante chegar a uma decisão e permitir ao seu estado-maior elaborar propostas de linhas de ação a serem tomadas face às situações apresentadas, para que o comandante tome sua decisão¹².

Os fatores integrantes deste estudo estão consagrados na doutrina militar brasileira e de muitos outros países e são os seguintes: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo¹² e, recentemente incluído, o fator considerações civis¹⁴.

2. METODOLOGIA

Para solucionar o problema, atingir o objetivo e, ainda, responder as questões de estudo estabelecidas, o presente trabalho iniciou com a realização de pesquisas bibliográficas, onde foram analisados textos referentes às técnicas de progressão utilizadas no combate em ambiente urbano.

Em seguida, foi feita a seleção da amostra dos colaboradores para responderem aos questionários, definida de maneira que fornecessem opiniões e observações advindas de um público cujo grau de formação e experiência profissional atendesse aos requisitos exigidos para atingir os objetivos propostos.

Para isso, foram estabelecidos três grupos distintos. O primeiro grupo foi constituído por oficiais integrantes das seguintes OM: 54º BIS, 3ª / 54º BIS, Comando da 17ª Bda Inf SI, 10º RC Mec, 11º RC Mec, 17º RC Mec, 20º RCB, Comando da 4ª Bda C Mec, 2ª Companhia de Infantaria e 5º BIL; e que estivessem exercendo a função de Cmt, SCmt, E/1 ou S/1, E/2 ou S/2, E/3 ou S/3, E/4 ou S/4 ou Cmt SU. O objetivo do estabelecimento deste grupo foi identificar os procedimentos atualmente executados pelas tropas durante a execução dos exercícios no terreno no contexto em estudo. O segundo grupo foi constituído por capitães alunos do CAO de Infantaria e Cavalaria da EsAO. O objetivo do segundo grupo foi identificar o grau de aproximação que os futuros comandantes de SU e membros dos estados-maiores das OM possuem em relação ao assunto Op ENC. O terceiro grupo foi constituído por 22 capitães-tenentes do CAO do CIASC. O objetivo deste grupo foi identificar as melhores práticas executadas pelo CFN e que são passíveis de serem aproveitadas ou adaptadas para uso pelo EB.

Paralelamente à aplicação do questionário, foi realizada uma entrevista com o Capitão de Corveta FRANÇA, Instrutor do CAO do CIASC que respondeu aos quesitos sobre aspectos da doutrina Op ENC em vigor no CFN, o que, em virtude da expertise do militar no assunto auxiliou sobremaneira o esclarecimento de vários aspectos do emprego dos fuzileiros navais neste tipo de operação.

Com relação às variáveis envolvidas no estudo, foi identificada como variável independente a **“influência dos Fatores da Decisão”**, esperando-se que sua manipulação tivesse significativa implicação sobre a variável dependente, definida como o **“área de reunião de evacuados”**.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a pesquisa bibliográfica foi possível:

- caracterizar e definir os fatores da decisão;
- caracterizar a doutrina de Op ENC em vigor no Brasil; e
- apresentar e descrever a doutrina de Op ENC empregada pelo exército dos Estados Unidos da América e pelo exército da França.

A análise das respostas do primeiro grupo serviu de base para o relacionamento entre a doutrina vigente e a prática, evidenciando pontos fortes e oportunidades de melhoria. Com o segundo grupo foi possível identificar a lacuna de conhecimento na formação dos oficiais de Infantaria e de Cavalaria egressos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com as respostas do terceiro grupo foi possível identificar a experiência do CFN em relação às Op ENC, permitindo que fossem reunidas as “melhores práticas” da doutrina do CFN.

Primeiramente buscou-se identificar o grau de aproximação dos colaboradores com o assunto. Ficou clara a lacuna de conhecimento na formação do oficial de Infantaria e de Cavalaria egresso da AMAN no segundo grupo. Os militares que possuíam algum conhecimento tinham vindo de alguma unidade que executou exercício ou o militar já tinha participado de alguma operação. Em relação aos capitães-tenentes do CFN, a maior parte deles já possuía algum tipo de experiência neste tipo de operação.

Outro aspecto abordado foi em que momento o colaborador teve contato com a doutrina de Op ENC. Houve uma unanimidade em relação aos oficiais do EB, no questionário alfa e no bravo, onde ficou evidenciado que metade recebeu instrução específica para cumprir a missão e a outra metade realizou estudo individual antes da missão, mostrando assim, que a doutrina de Op ENC não é transmitida nas escolas de formação. Em contrapartida, os colaboradores do CFN assimilam esse conhecimento durante o curso da Escola Naval e o CIASC tem um módulo com o tema tático de Op ENC.

Em seguida, os colaboradores foram solicitados a se posicionar em relação à definição da ARE. Pode-se constatar que a percepção dos militares sobre o conceito de ARE está alinhada com o que é apresentado no Manual MD33-M-08⁶, ou seja, a ARE deve ser uma instalação leve e ágil que permita a concentração inicial dos

evacuados, identificação sumária dos mesmos, orientações gerais e organização da bagagem e deslocamento para o CCE.

Os colaboradores foram solicitados a indicar quais tarefas seriam necessárias ao processamento dos evacuados na ARE. As principais tarefas identificadas foram recepção e identificação do evacuado, inspeção de saúde, inspeção e embarque de bagagem. Essas informações embasaram a formulação da proposta do fluxograma e o mapeamento do processo referente aos trabalhos na ARE. Conforme figura abaixo:

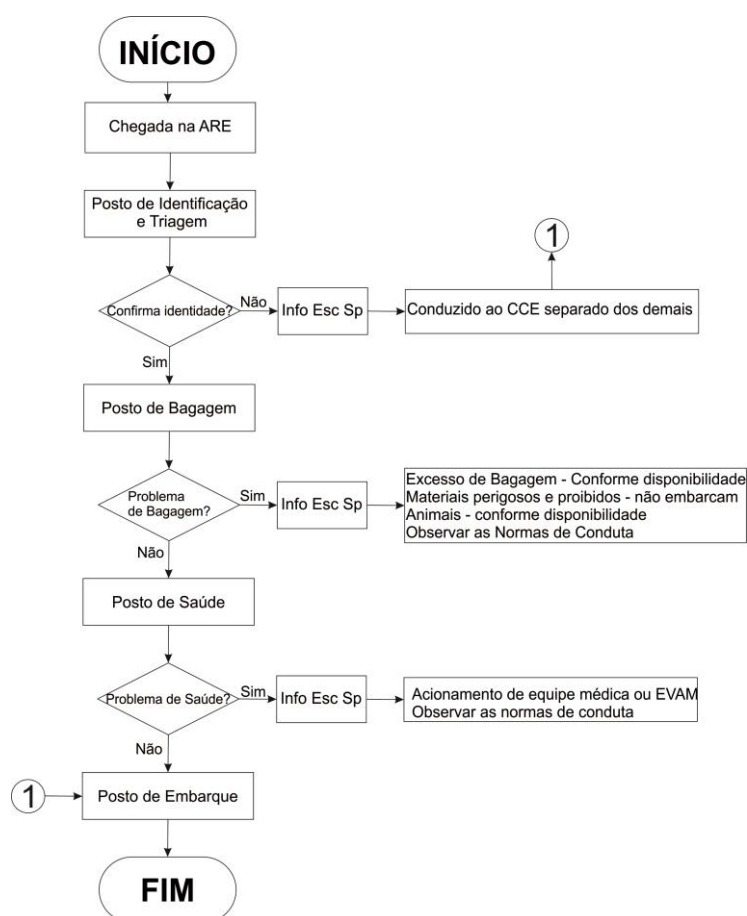


Figura 2 - Fluxograma do processamento dos evacuados.

Fonte: o autor.

Com base nas tarefas identificadas, os militares apontaram que instalações deveriam ser mobiliadas para que o processamento pudesse ser executado a contento. Assim, com base nas propostas dos colaboradores e consideradas, também, as experiências norte-americana e francesa, definiu-se como eficaz a instalação dos seguintes órgãos: Posto de Identificação e Triagem, Posto de Inspeção de Bagagem, Posto de Inspeção de Saúde, Posto de Comando, Área de Estacionamento de Viaturas e Posto de Embarque de Bagagem. De posse dessas

sugestões foi possível elaborar a proposta de distribuição de funções e disposição física da ARE.

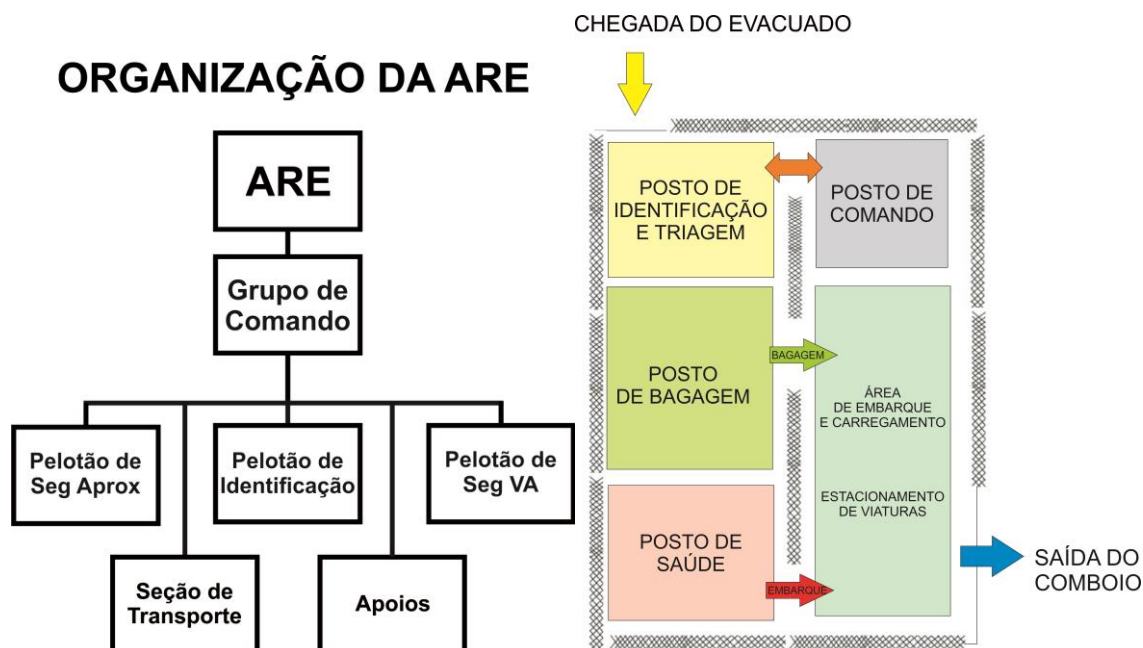


Figura 3 - Proposta de organização e distribuição espacial da ARE.
Fonte: o autor.

Com relação ao valor da tropa a ser empregada para cumprir a missão da ARE, ficou evidenciado, pelas respostas dos colaboradores, que o ideal é uma subunidade. Essa resposta propiciou a elaboração do quadro de distribuições de efetivo e funções/postos de trabalho na ARE.

ORGANOGRAMA DO PELOTÃO DE TRIAGEM

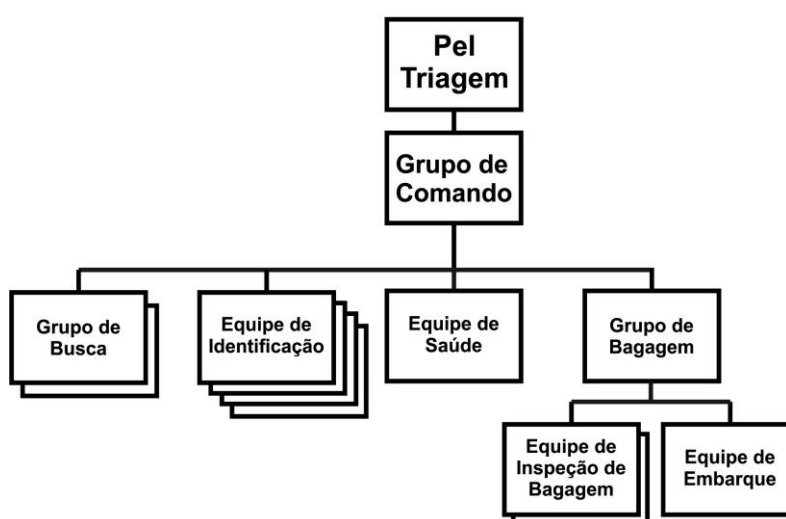


Figura 4 - Organograma do Pelotão de Triagem.
Fonte: o autor.

Outro aspecto tratado foi o relativo aos apoios necessários, tanto em pessoal quanto em material, à tropa que opera a ARE. A necessidade de viaturas específicas

para o transporte dos evacuados para o CCE foi apontada como a necessidade mais crítica em termos de material. Foram apontados outros itens como material para PBCE (cones, cavaletes, redutores de velocidade, entre outros), materiais de informática, de escritório, rádios e armamentos não letais. Em relação ao apoio de pessoal, os colaboradores identificaram como maior carência o apoio de pessoal de saúde, principalmente médicos. Foi apontado também como relevante a necessidade de motoristas para conduzir as viaturas empenhadas no transporte dos evacuados da ARE para o CCE e intérpretes para o idioma do país anfitrião.

Com relação à melhor época para que sejam ministradas instruções sobre a doutrina de Op ENC, ficou evidenciado que seria mais oportuno ministra-las na EsAO ou na AMAN. Já o adestramento para esse tipo de operação seria mais adequado durante a CTTEP e reforço como preparação para a missão propriamente dita.

Em relação a doutrina do Exército Norte-Americano é importante destacar o *NEO Warden ou Warden System*¹⁵ que é uma espécie de plano de chamada, cujo responsável, o *Warden*, responde por um grupo de evacuados, um tipo de “chefe de turma”, sendo responsável por manter atualizadas junto à embaixada as informações do grupo do qual é responsável, pela realização de treinamentos simulados, auxiliar na preparação do material para evacuação e nos casos reais auxiliar na reunião dos evacuados na ARE. Esse método foi apontado pelo Departamento de Estado como o meio mais rápido para se entrar em contato com os cidadãos americanos na área de uma embaixada. O *Warden System* foi apontado como sugestão de melhoria para aprimorar o sistema de acionamento dos brasileiros, durante o Seminário de Op ENC realizado pela Marinha do Brasil, no ano de 2010.

O ponto mais destacado em relação a doutrina francesa foi a modularidade da organização da tropa que efetuará a evacuação. Assim para cada tipo de operação o Exército Francês possui “pacotes” específicos conforme o estudo de situação assim o exigir¹¹.

Cabe ressaltar o papel de liderança do oficial de carreira na condução de seus homens no cumprimento de sua missão, em particular, nas Op ENC. Somente com a difusão do conhecimento da doutrina de ENC serão evitados improvisos e adaptações inócuas de missões sem planejamento prévio específico.

4. CONCLUSÃO

O cenário mundial tem mudado constantemente a uma velocidade que cresce a cada dia¹⁶. Com o fenômeno da globalização, as nações se tornaram mais suscetíveis às instabilidades de toda ordem, que podem gerar situações de crise ou conflito, que podem colocar em risco a integridade dos brasileiros vivendo no exterior¹. Assim, para atender à demanda de proteger os nacionais e garantir sua integridade face à violência e insegurança dos conflitos e crises que acontecem em alguns países, surgiu a Operação de Evacuação de não combatentes.

Exemplificando esta circunstância, podem ser citadas as recentes operações realizadas para evacuação da embaixada brasileira em Porto Príncipe, no Haiti¹⁷, e dos milhares de brasileiros residentes na área do conflito Israel-Líbano¹⁸. Nos dois casos foram usados meios aéreos da Força Aérea Brasileira e a operação desenvolveu-se a quilômetros do território nacional. Entretanto, outros dois eventos despertaram a atenção das autoridades para a proximidade maior com o Brasil e um possível emprego da Força Terrestre para evacuar os brasileiros. Esses episódios foram: o problema dos chamados “brasiguaios” no Paraguai¹⁹ e a ocupação das refinarias da PETROBRAS na Bolívia²⁰.

No decorrer do estudo, fruto da análise das Op ENC, verificou-se a necessidade de organização de toda a estrutura da área de reunião de evacuados, face ao impacto dos fatores da decisão. Concluiu-se, do estudo realizado, que as ARE devem ser instalações leves e ágeis em seus trabalhos.

Sintetizando estas implicações dos fatores da decisão na ARE levantadas, decorrentes de forma direta ou indireta (e conjunta a outros fatores), foi possível elencar as seguintes necessidades:

- a) necessidade do conhecimento do número de cidadãos brasileiros que se deseja evacuar e suas necessidades;
- b) identificação do tipo de ambiente operacional no qual a força vai operar;
- c) identificação da situação do país anfitrião, busca de informações sobre quais são as atitudes esperadas das autoridades locais e da população em geral com relação à evacuação;
- d) procedimentos tomados pela embaixada e/ou repartições consulares para preparar as pessoas a serem evacuadas;

e) adequação quantitativa e qualitativa de efetivos e materiais para condução de Op ENC, com previsão dos apoios de pessoal necessários como intérpretes, guias, transportes, equipes médicas, entre outros e material, como meios de transporte; e

f) definição de normas de conduta adequadas a cada operação, que instruem os militares a lidar com situações diversas: problemas com a identificação como brasileiro, recusa de evacuação, problemas com bagagem, assédio da mídia local e internacional, fatores culturais e costumes que deverão ser conhecidos para evitar confrontação, entre outros.

Com a presente pesquisa científica, foi possível verificar que a temática de evacuação de não combatentes é muito complexa, assim, constatou-se a identificação de algumas lacunas no conhecimento, para as quais sugere-se a execução de novos estudos específicos sobre:

a) o exame deste assunto, porém relacionado a outros tipos de ambientes operacionais;

b) a avaliação das normas de conduta relativas a como lidar com as diferentes situações com que os militares podem ter contato; e

c) o estudo das regras de engajamento para esse tipo de operação.

Visualiza-se, ainda, a oportunidade de se propor as seguintes recomendações:

a) implementação de instrução, exercícios, simpósios, estágios nas organizações militares de corpo de tropa, particularmente naquelas onde se vislumbra o emprego neste tipo de operação, como forma de desenvolver a operacionalidade e identificar oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento da doutrina;

b) introdução do assunto ENC nos estabelecimentos de ensino, como AMAN, EsSA, EsAO, EASA, ECEME, entre outros, como forma de fomentar o debate do assunto;

c) buscar maior integração e sinergia entre as agências que podem participar Op ENC, particularmente entre o MRE e o MD, principais atores desse tipo de Op.

Por derradeiro, um Exército que tem elevados índices de credibilidade e que é o Braço Forte de um país que almeja estar entre as maiores potências mundiais precisa acompanhar de perto a evolução da arte da guerra, permanecendo sempre

atualizado, preparado e pronto. Precisa possuir uma preparação adequada, planejamento coerente e um emprego eficiente, onde o recurso humano é o ponto de partida de todo este processo e o foco central do objetivo a ser atingido.

REFERÊNCIAS

1 ZUCCARO, Paulo M.; SOARES, Jorge A. N. Evacuação de não combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. **O Anfíbio** – *Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*. n.21, 2002.

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Economic and Social Survey: Sustainable Development Challenges**. Nova Iorque, EUA. 2013.

3 _____. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no exterior**. Brasília, 02 Out 2010. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2010/10/02/brasileiros-no-exterior/?searchterm=brasileiros%20no%20exterior> >. Acesso em: 30Abr2012.

4 BRASIL. 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Estado Maior: Estudo nº 003-Res. Dourados, MS, 26 Jul. 2011.

5 _____. 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Estado Maior: Relatório Op ANHANDUÍ. Dourados, MS, 20 Out 2011

6 _____. Ministério da Defesa. **MD33-M-08: Manual de Operações de Evacuação de não combatentes**. 2ª ed. Brasília: 2012.

7 _____. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-11: Manual de Evacuação de não combatentes por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: 2008.

8 PEREIRA, Luiz Claudio L. S. **O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais na Realização de uma Operação de Evacuação de não combatentes: Uma Necessidade para o Século XXI**. Monografia para a Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2009.

9 MONTEIRO, Marcelo D. **A atuação de equipes operacionais de forças especiais em proveito do planejamento de operações de evacuação de não combatentes em ambiente incerto ou hostil**. 2009. Monografia (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2009.

10 EUA. *Joint Chiefs of Staff. JP 3-68. Noncombatant Evacuation Operations*. Washington, EUA: 2010.

11 FRANÇA. *Centre Interarmée de Concepts de Doctrine et d'expérimentations. DIA – 3.4.2. Les opérations d'évacuation de ressortissants (RESEVAC)*. 2 ed. Paris, França: 2009.

12 BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **C 100-5: Operações**. 3 ed. Brasília: 1997.

13 BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **C 101-5: Operações**. 2 ed. Brasília: 2003.

14 BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Nota de Coordenação Doutrinária: Considerações Cíveis**. Brasília: 2012.

15 EUA. *Department of State. Foreign Affairs Manual*. Volume 7. – *Consular Affairs*. Washington, EUA: 2012.

16 JUSTUS, Paulo. Brasil é a sexta maior economia do mundo. Globo Online, Rio de Janeiro, 06 mar 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033#>>. Acesso em: 30 abr 2012.

17 ELKFURY, José H. S. HAITI 2004: Contribuições do CMatFN: Evacuação de não combatentes, segurança da Embaixada e apoio ao GptOpFuzNav Haiti. *O Anfíbio – Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*. n. 23, 2004.

18 GUIMARÃES, Paulo S. C. B. T. *Evacuação de não combatentes no Líbano em 2006: uma hipótese de emprego do Poder Naval e seus reflexos junto à sociedade*. 2007. Monografia (Mestrado em Ciências do Mar) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

19 FREITAS, Carolina. Acampamento de carperos põe brasileiros em alerta. Veja on line. Rio de Janeiro, 13 fev 12. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/acampamento-de-carperos-poe-brasileiros-em-alerta>>. Acesso em: 02 set 2012.

20 DINIZ FILHO, L. L. . A crise Brasil-Bolívia e as contradições do nacionalismo latino-americano numa era de crise das esquerdas. In: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói. Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007.

O PROGRAMA PADRÃO DE QUALIFICAÇÃO DO CABO E DO SOLDADO INFANTE POLICIAL (PPQ 07-29): ATIVIDADES DE INSTRUÇÃO A SEREM IMPLEMENTADAS

José Inácio Bertazzo Filho^a

Eraldo Francisco dos Santos Filho^b

RESUMO

O presente trabalho estuda em que medida o atual Programa Padrão de Qualificação do Cabo e do Soldado Infante Policial (PPQ 07-29) atende às necessidades operacionais do Exército Brasileiro, bem como a apresentação de assuntos novos a serem ministrados aos Cb e Sd Infantes Policiais por intermédio de coleta de dados realizada através de questionário enviado para Organizações Militares de Polícia do Exército e respondido por Oficiais e Praças direta ou indiretamente envolvidos no planejamento e condução das instruções da Qualificação Militar em questão. É realizada ainda uma Revisão de Literatura sobre as legislações e fontes de consulta existentes as quais regulam sobre o assunto, onde são apresentadas seis versões utilizadas de PPQ 07-29 de OMPE diversas do Exército Brasileiro. Fala-se sobre aspectos da formação do Policial da Aeronáutica e do militar do Serviço de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais; aspectos sobre a *USA Military Police* e a *Gendarmerie Nationale* Francesa; bem como foi realizada uma entrevista com militar com vasto tempo de experiência na atividade de Polícia do Exército. Ao final do trabalho é apresentada uma proposta de distribuição de matérias, assuntos e tarefas a serem abordadas durante a instrução de qualificação, como também recomendações para outros estudos no futuro sobre o assunto.

Palavras-chave: Polícia do Exército, Programa Padrão de Qualificação 07-29, Cabos e Soldados Infante Policiais.

^a Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2004. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2013. Foi Oficial de Operações (2010) e Subcomandante (2011-2012) da 5ª Companhia de Polícia do Exército.

^b Coronel da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 1976. Especialista em Política, Estratégica e Alta Administração do Exército pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 2002. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1985. Doutor em Ciências Militares pela ECEME em 1992.

ABSTRACT

The present work studies how far the current Pattern Qualification of Military Infantry Police Corporal and Soldier (PPQ 07-29) meets the operational needs of the Brazilian Army, as well as it presents new topics to be taught to Military Infantry Police Corporal and Soldiers through data collection carried out through questionnaires sent to Military Police Organizations and answered by Officers and Sergeants directly or indirectly involved in planning and conducting the instructions of Military Qualification in question. A Literature Review on the legislation and sources of regulating existing consultation on the subject is also done, where are presented six versions of PPQ 07-29 used in Military Police Organizations of Brazilian Army. Aspects about the formation of the Air Force Police and Marine Corps Military Police Service and aspects of the USA Military Police and French Gendarmerie Nationale are talked about. An interview with one military with vast time of experience in the Military Police was also conducted. At the end of the work it is presented a proposal of issues distribution, subjects and tasks to be addressed during the instruction, as well as recommendations for other future studies on the subject.

Keywords: Military Police, Pattern Program Qualification 07-29, Military Police Corporal and Soldiers.

1. INTRODUÇÃO

A Polícia do Exército (PE) foi criada no Exército Brasileiro com a criação do Pelotão de Polícia Militar da 1ª Divisão de Infantaria, que seguiu para a Europa, integrando o 1º escalão da Força Expedicionária Brasileira, onde escreveu na guerra, páginas heróicas¹.

Atualmente o Exército Brasileiro conta com 36 (trinta e seis) Organizações Militares de Polícia do Exército (OMPE), sendo 09 (nove) nível Batalhão (geralmente orgânicos de Comandos Militares de Área), 04 (quatro) OMPE nível Companhia (orgânicas de Divisões de Exército ou Regiões Militares) e 23 OMPE nível Pelotão (orgânicos de Brigadas).

Desde o início da atuação da PE, sempre procurou-se confiar esta missão a militares de virtudes exemplares, tendo em vista a necessidade dos mesmos serem tropa disciplinadora sobre as demais tropas do Exército; sendo assim, os atuais militares que servem em uma OMPE necessitam ter um perfil profissiográfico diferenciado, com Atributos da Área Afetiva especiais e muito bem desenvolvidos, devido às missões especiais desempenhadas pelos mesmos.

Diante do quadro apresentado, faz-se muito importante a preocupação e especial atenção à formação dos Cabos e Soldados Policiais do Exército. Preocupação essa por parte do Comando e pelos planejadores da instrução militar das OMPE, uma vez que serão os Cabos e Soldados os responsáveis efetivamente por cumprir as mais variadas missões recebidas pela OMPE.

A formação dos Cabos e Soldados PE é regida pelo Programa-Padrão de Instrução de Qualificação do Cb e Sd Infante Policial 07-29², e está inserida na Fase de Instrução Individual Básica, Período de Instrução Individual de Qualificação, 2º subperíodo – Qualificação de Defesa Externa.

Este subperíodo da IIQ é voltado para a formação do Cb, para a requalificação do Sd do núcleo-base e para a qualificação do recruta no cargo que vai ocupar dentro de sua fração⁶. Atualmente tem a duração de 08 (oito) semanas e a qualificação contará com 120 horas diurnas destinadas à Instrução Comum (regulada pelo PPQ Cb e Sd – Instrução de GLO e Comum⁹) e 168 horas destinada à instrução Peculiar (regulada pelo PPQ 07-29²).

Não existe atualmente um Programa Padrão de Qualificação para a Qualificação Militar 07-29 (Cabos e Soldados Infantes Policiais) oficialmente emitido

e atualizado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER). O que há são algumas versões de proposta do PPQ 07-29, tradicionalmente usadas nas OMPE, para a condução da Instrução Individual de Qualificação, estudadas posteriormente na Revisão de Literatura.

Tomando-se por base a versão do PPQ 07-29 utilizado na 5ª Cia PE², localizada em Curitiba – PR e subordinada à 5ª Divisão de Exército, com sede na mesma cidade, os argumentos anteriormente apresentados conduzem a formulação do seguinte problema:

Em que medida o PPQ 07-29 atende as necessidades operacionais na formação dos Cabos e Soldados Infante Policiais integrantes das OMPE?

O Objetivo Geral do presente estudo é apresentar os aspectos doutrinários necessários à formação do Policial do Exército para que suas atividades estejam adequadas às exigências das missões da Polícia do Exército, dentro de um Programa Padrão de Instrução. Neste caso, dentro do Programa Padrão de Qualificação do Cabo e do Soldado Infante Policial (Qualificação Militar 07-29).

Foram elaboradas as seguintes hipóteses de estudo (H1) e nula (H0), com o objetivo de permitir a solução do problema apresentado:

H1 – Há necessidade de alterar o atual PPQ 07-29 para a melhor qualificação do Cb e Sd Infante Policial.

H₀ – Não há necessidade de alterar o atual PPQ 07-29.

Considerando-se os tipos de OMPE existentes, observa-se que existe uma diferença acentuada na condução e planejamento de sua instrução. No Btl há previsão de um Estado-Maior, onde o Oficial de Operações (S/3) – Capitão ou Major aperfeiçoado é o encarregado do planejamento da instrução, e os Comandantes de Subunidades conduzem propriamente a execução das mesmas. Estes últimos são os responsáveis pela confecção do Quadro de Trabalho Semanal (QTS).

No nível Companhia, o Cmt OM é o planejador, e como não possui EM, designa um oficial (Tenente ou Capitão não aperfeiçoado) para desempenhar a função de S/3, sendo este o responsável pelo planejamento da instrução e confecção do QTS.

No nível Pelotão é ainda mais carente, porque seu Cmt – Tenente ou Capitão não aperfeiçoado é quem conduz e planeja a execução da Instrução, podendo ser auxiliado imediatamente por um Sargento do Pel.

Tendo em vista esta diferença de organização e estrutural apresentada e com o objetivo de padronizar procedimentos no âmbito do território nacional, faz-se

necessária a adequação da fonte de referência responsável pela direção da instrução Individual de Qualificação do Cabo e do Soldado Infante Policial.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se por proporcionar uma pesquisa sobre a adequabilidade do PPQ 07-29 para atender às necessidades operacionais do Exército Brasileiro. A revisão deste Programa Padrão de Qualificação poderá trazer benefícios relevantes para as Ciências Militares, contribuir para outros estudos que sigam nesta mesma linha de pesquisa, colaborar acerca do aprimoramento da instrução individual de qualificação nas OMPE e consequentemente trazer reflexos positivos para o grau de operacionalidade da Força Terrestre.

2. METODOLOGIA

A solução do problema de pesquisa apresentado delineou-se da seguinte maneira: inicialmente com a realização de uma pesquisa bibliográfica nas fontes de consulta (manuais e publicações) existentes no Exército Brasileiro que tratam sobre a Polícia do Exército, bem como legislações e assuntos relacionados à atividade, dentre as quais pode-se citar: Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB)^{3,4,5}; Programa de Instrução Militar (PIM)^{6,7}; Programa Padrão de Instrução Individual Básica (EB70-PP-11.011)⁸; Programa Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado – Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum (EB70-PP-11.012)⁹; C 19-5 (Polícia do Exército)¹; PPQ 07-29²; Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)¹⁰; C 19-15 (Operações de Controle de Distúrbios)¹¹; C 85-1 (Operações de Garantia da Lei e da Ordem)¹²; Código de Trânsito Brasileiro¹³; Código Penal Militar¹⁴; Código de Processo Penal Militar¹⁵; C 20-50 (TFM – Lutas)¹⁶, aspectos sobre armamentos e munições não letais, sobre as Organizações Militares de Polícia do Exército atualmente existentes, e um Catálogo de Especificação de Cargos e atribuições dos Cb e Sd PE^c.

Foram ainda verificadas fontes de consultas referentes à formação do Soldado da Polícia da Aeronáutica^{17,18}, e aspectos sobre a formação do integrante do Serviço de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Por fim, foram estudadas fontes inerentes à *USA Military Police*¹⁹ e um estudo superficial sobre *Gendarmerie Nationale* Francesa²⁰.

^c O conteúdo deste documento faz parte de um projeto ainda não oficial de consolidação e implementação do referido catálogo pelo Centro de Estudos de Pessoal.

Esta revisão de literatura teve o objetivo principal de expor e estudar as fontes de consulta relacionadas à Polícia do Exército, em uma sequência que possibilite a condução de um raciocínio lógico, desenvolvendo progressivamente os conceitos e assuntos necessários ao entendimento da forma de atuação da PE e a formação de seus Cb e Sd.

Em seguida, foi realizada coleta de dados através de questionário remetido a militares diretamente envolvidos no planejamento e condução da Instrução de Qualificação do Cb e Sd Infante Policial. Este questionário versou sobre as necessidades de manter, modificar ou retirar os assuntos atualmente previstos no PPQ 07-29, bem como sobre a inclusão de novos assuntos no mesmo.

Foi questionado também se as fontes de consulta atualmente existentes para a condução das instruções de qualificação atendem ou não as necessidades para a mesma, objetivando-se verificar o grau de atualização destas fontes de consulta.

Para o preenchimento do questionário, foram selecionados militares para compor a amostra seguindo os seguintes critérios: os Comandantes (Cmt) de OMPE tipo Cia e Pel; Cmt de Subunidades dos Btl PE; Oficiais de Operações (S/3); e Sargentos com mais de 05 (cinco) anos de experiência na atividade de PE (de acordo com quantidade específica para cada tipo de OMPE).

O questionário foi montado eletronicamente com o auxílio da ferramenta para confecção de formulários do Google Drive e seu link enviado para as todas as OMPE tipo Btl e Cia existentes e ainda 04 (quatro) Pel selecionados.

Realizou-se ainda uma entrevista com militar com vasta experiência na Atividade de Polícia do Exército.

Analisando-se as variáveis levantadas para a execução do estudo, apresenta-se o “PPQ do Cabo e do Soldado Infante Policial” como variável independente, uma vez que os vários componentes do mesmo, caso manipulados, ocasionarão efeitos sobre a “Qualificação do Policial do Exército”, sendo esta última apresentada como variável dependente.

Os dados obtidos através do questionário foram tabulados, exibidos graficamente e analisados com a utilização do teste de hipótese não-paramétrico Qui-quadrado, visando a verificação de consenso entre as respostas apresentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica desenvolvida permitiu:

- Expor as principais fontes de consulta doutrinárias que servem de subsídio para a condução das instruções de Polícia do Exército;
- Expor as principais legislações brasileiras que servem de subsídio para a condução das instruções de Polícia do Exército;
- Expor fontes de consulta doutrinárias de outras Forças (Força Aérea Brasileira) e Exércitos (Norte-americano), bem como considerações sobre a Marinha do Brasil e o Exército Francês, que possam servir de subsídio para a condução das instruções de Polícia do Exército Brasileiro;
- Mostrar os assuntos que devem ser ministrados para a condução da qualificação do Cabo e Soldado Infante Policial; e
- Apresentar uma proposta de alteração do PPQ 07-29 para a melhor qualificação do Cb e Sd PE.

Como resultado da revisão de literatura realizada, constatou-se que as OMPE atendem de uma maneira geral à previsão básica de um Btl PE por Comando Militar de Área, uma Cia PE por Divisão de Exército e um Pel PE por Brigada de Infantaria ou Cavalaria, com exceção das 15ª Bda Inf Mec (Cascavel – PR) e 18ª Bda Inf SI (Corumbá – MS), que não possuem Pel PE orgânicos.

Dentre as fontes de consulta que tratam sobre o assunto Polícia do Exército, o Manual de Campanha C 19-5 (Polícia do Exército)¹, expedido no ano de 1966 e em sua 1ª edição, não passou por processo de revisão durante este tempo.

No referido manual existem previstas as Normas Pessoais do Policial do Exército, que em conjunto com o Catálogo de Especificação de Cargos e atribuições dos Cb e Sd PE, contribuem para a definição do Perfil do PE.

Foram verificadas fontes de consulta diversas, entre legislações nacionais, regulamentos, legislações e manuais do Exército que tratam sobre os assuntos que deverão ser de conhecimento dos PE – adquirido durante a sua qualificação. Este conhecimento influenciará na forma de atuação do Policial do Exército, que deverá ser correta e oportuna.

Identificou-se 06 (seis) versões de PPQ 07-29 utilizadas por diferentes OMPE, possuindo as mesmas algumas divergências de assuntos previstos, apontando para

a necessidade de padronização desta fonte de planejamento da instrução de Qualificação.

Objetivando expor fontes de consultas inerentes à outras Forças, foi estudada a formação do Policial da Aeronáutica (PA).

Durante o ano do serviço militar obrigatório, a formação do Soldado é realizada através do CFSd, com duração de 17 (dezesete) semanas. Existem duas fases, a Inicial e a Básica. A fase básica especializará o Sd em duas áreas: Segurança e Defesa (SSD) e Logística (SLO)¹⁷.

De acordo com Plano de Unidades Didáticas do CFSd¹⁸, constatou-se que todos os Soldados especializados em SSD assistirão à instruções contendo assuntos inerentes à atividade de Polícia da Aeronáutica.

Pode ser constatado que não existem Cia ou Pel independentes de PA, como as Cia ou Pel PE existentes na estrutura organizacional do Exército. Após a conclusão do CFSd, os Sd serão designados dentre as Subunidades que compõem o Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial (BInfAE), dentre tais SU, existe a Companhia de Polícia da Aeronáutica (CPA).

Estudou-se também a formação do integrante do Serviço de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e verificou-se que o Serviço é composto apenas por militares do Efetivo Profissional. Após os militares serem selecionados para integrar a Cia de Polícia, realizarão um estágio de 2 semanas de duração, onde aprenderão sobre policiamentos, serviço de polícia, controle de distúrbios e controle de trânsito. Após o término do estágio, estes militares estarão aptos a desempenhar as missões do Serviço de Polícia.

Ao verificar a *Gendarmerie Nationale* Francesa, constatou-se que é um ramo das Forças Armadas subordinada ao Ministério da Defesa para as missões militares e ao Ministério do Interior para as missões de policiamento²⁰, possuindo assim uma grande diferença na organização desta fração entre a França e o Brasil, com consequentes missões, formas de emprego e formações diferentes.

Por fim, objetivando-se expor fontes de consultas inerentes à outros Exércitos, foi realizado o estudo sobre o Manual de Campanha FM3-19.4 – *Military Police Leader's Handbook*¹⁹ do Exército dos Estados Unidos da América.

Observou-se que naquele Exército, as tarefas a serem executadas por sua Polícia do Exército (*Military Police*) são divididas em cinco funções básicas, as quais são:

- Manobra e apoio à mobilidade: envolve as medidas necessárias para melhorar a circulação em combate e a capacidade de realizar movimentação de recursos em todos os ambientes¹⁹;

- Segurança de Área: reúne as medidas de segurança necessárias com a finalidade de permitir aos Comandantes a liberdade de manobra e flexibilidade para a realização de Operações¹⁹;

- Internação e Reinstalação: reúne as medidas necessárias para fornecer abrigo, sustento e proteção para pessoas (prisioneiros de guerra, civis internados, prisioneiros militares e civis deslocados)¹⁹;

- Lei e Ordem: reúne as tarefas com objetivo de minimizar os efeitos de ações criminosas nas forças amigas, removendo as condições e oportunidades que promovam o crime, impedindo o desvio de recursos militares e mantendo a disciplina militar¹⁹; e

- Operações Policiais de Inteligência: reúne as tarefas com objetivo de suportar, aumentar e contribuir para a proteção do Comandante, consciência situacional e visualização do campo de batalha, retratando informações sobre ameaças relevantes que possam afetar o ambiente operacional e tático¹⁹.

Estas informações são de grande importância para futuros estudos que tratem sobre a atualização das fontes de consulta atualmente existentes.

Através da análise estatística dos dados obtidos através das respostas do questionário elaborado foi possível verificar a opinião dos militares que preencheram os mesmos sobre os assuntos que devem ser mantidos, alterados ou modificados, ou ainda assuntos a serem incluídos, visando à preparação dos Cb e Sd Infantes Policiais para o cumprimento das missões da PE.

Foi possível ainda observar a opinião dos militares com relação à situação das atuais fontes de consulta existentes para ministrar as instruções previstas.

Observou-se que os questionários foram preenchidos por Oficiais e Sargentos das OMPE, fato importante, tendo em vista evidenciar a oportunidade de expressar a opinião das praças sobre a formação dos Cb e Sd, uma vez que devido às características de uma OMPE, muitas missões terão como militares mais antigos e responsáveis pelas mesmas os Sargentos.

Os Oficiais e Sargentos que preencheram os questionários ocupam diversas funções de liderança dentro das OMPE, desde SCmt Btl até Sgt Cmt Grupo de PE. Possuem ainda diversas especializações como Motociclista Militar, Perito e

Investigador Criminal, Proteção e Segurança de Autoridades e Curso de PE, dando-lhes experiência, propriedade e credibilidade em suas opiniões expressadas.

De acordo com as respostas, não foram indicados assuntos a serem suprimidos da atual previsão de assuntos.

Foram apresentadas ideias sobre a revisão dos seguintes assuntos:

Na Matéria 1. Policiamento de Pessoal:

- As 2. Patrulhamento: ministrar instruções de patrulhamento a pé e motorizado;
- As 3. Cassetete: levar em consideração a evolução do material e a existência atualmente do Bastão de Polícia (tipo Tonfa);
- As 4. Prisão: instruções abordando sobre o trato com pessoas presas ou sob custódia;
- As 8. Prisioneiro de Guerra: atentar para as resoluções internacionais; e
- As 10. Aprimoramento da Instrução de Combate em Localidade: atentar para as demandas atuais de operações em ambiente urbano, abordando as técnicas de entrada.

Na Matéria 2. Policiamento de Trânsito:

- Atentar para atualizações de legislações inerentes aos assuntos.

Na Matéria 3. Investigações Criminais:

- As 3. Esboço e Croqui: conhecimento apenas sumários pelos Cb e Sd, uma vez que serão auxiliares dos Oficiais / Sargentos Peritos Criminais; e
- As 4. Tóxicos e Entorpecentes: cuidado com o público selecionado a ter acesso às informações passadas na instrução.

Na Matéria 4. Defesa Pessoal:

- Priorizar o assunto, seja pela carga horária ou técnicas ensinadas; e

Na Matéria 5. Armamento, Munição e Tiro:

- Atentar para a existência ou não do armamento na OMPE e com o surgimento de armamentos e munições não letais.

Sobre a inclusão de novos assuntos, foram apresentadas as seguintes ideias:

Na Matéria 1. Policiamento de Pessoal:

- Utilização de algemas (técnicas e legislação); e
- Utilização do Bastão de Polícia / Tonfa.

Na Matéria 2. Policiamento de Trânsito:

- Primeiros socorros para acidentados no trânsito.

Na Matéria 3. Investigações Criminais:

- Utilização de equipamentos fotográficos específicos.

Na Matéria 4. Defesa Pessoal:

- Utilização da experiência pessoal de militares na OMPE que tenham conhecimentos sobre artes marciais; e
- Ministrando instruções de técnicas específicas para utilização por parte dos PE.

Na Matéria 5. Armamento, Munição e Tiro:

- Utilização da Pistola *Taser* (sobre este armamento não letal cabe o esclarecimento de que não há atualmente previsão de existência deste nos Quadros de Distribuição de Material, sendo uma sugestão inclusive de armamento a ser adquirido).

Sobre a situação das fontes de consulta atualmente existentes para que as instruções de PE sejam ministradas, não houve consenso entre as respostas de que as mesmas atendam às necessidades sobre os assuntos abaixo, sendo necessária a sua revisão:

Na Matéria 1. Policiamento de Pessoal:

- Assuntos 1. Polícia do Exército; 2. Patrulhamento; 3. Cassetete; 4. Prisão; 5. Controle e movimento de pessoas; 8. Prisioneiro de Guerra; e 10. Aprimoramento da Instrução de Combate em Localidade.

Na Matéria 2. Policiamento de Trânsito:

- As 1. Trânsito Militar e Civil na paz e na guerra; As 3. Meios Auxiliares de Sinalização Individual existentes de dia e de noite; As 4. Identificação e Fiscalização; e As 5. Acidente de Tráfego.

Na Matéria 3. Investigações Criminais:

- As 3. Esboço e Croqui; e As 4. Tóxicos e Entorpecentes.

Na Matéria 4. Defesa Pessoal:

- As 1. Objetividade do Treinamento.

Na Matéria 5. Armamento, Munição e Tiro:

- As 2. Fuzil 37 mm; e As 3. Pistola 37 mm.

Sendo assim, de acordo com o questionário e seu contexto geral, ficaram evidenciadas as necessidades de alterações na previsões de assuntos atualmente previstos, bem como a situação das fontes de consulta atualmente existentes para que as instruções de PE sejam ministradas.

Por último, foi realizada entrevista com um Tenente Coronel Subcomandante de OMPE que teve toda sua experiência profissional servindo em tropa de Polícia do Exército ou Tropa de Guardas.

Perguntado sobre as mudanças que seriam necessárias na formação dos PE tendo em vista a realização de grandes eventos nos anos seguintes no país, na opinião deste militar não há necessidade de grande acréscimos de assuntos, mas sim a sua constante adaptação para a realidade.

Esta informação de uma maneira geral vai ao encontro das opiniões apresentadas nos questionários.

4. CONCLUSÃO

Constatou-se através da revisão de literatura que, algumas das fontes de consulta atualmente existentes encontram-se desatualizadas, como é o caso do Manual de Campanha C 19-5 (Polícia do Exército)¹, não atendendo as necessidades de embasamento para condução das instruções inerentes à formação do Policial do Exército.

Alguns assuntos apresentados como sugestões por parte dos militares que preencheram os questionários são necessários à formação do Policial do Exército, porém já estão previstos nos Programas Padrão de Instrução Individual Básica⁷ e de Qualificação Comum ou GLO⁸. Sendo assim, não há necessidade de serem repetidos nesta fase de instrução de qualificação, objetivando otimizar a mesma, como nos seguintes casos:

- Armamentos que empregam munição letal (Fuzil, Pst 9 mm, Espingarda Calibre 12 e Mtr M Beretta); e
- Trato com pessoas.

Observa-se ainda que o COTER, ao expedir nova edição do Programa Padrão de Instrução Individual Básica⁷, atribuiu novos assuntos às Matérias “5. Conduta em Combate” e “6. Conhecimentos Diversos”, atendendo necessidades levantadas sobre detalhamento dos assuntos “Prisioneiro de Guerra e Direito Internacional dos Conflitos Armados” e “Legislações diversas”.

Visando a integração de Objetivos Individuais de Instrução a serem atingidos e sua consequente otimização, deverá haver o controle desses objetivos por meio da Ficha de Controle da Instrução de Qualificação ou da Ficha de Controle de Instrução

Individual Básica, existentes nos Programas Padrão de Qualificação GLO e Comum⁸ e Programa Padrão de Instrução Individual Básica⁹, respectivamente.

Ainda como solução ao problema inicialmente levantado, conclui-se que:

- podem permanecer os assuntos atualmente previstos no PPQ 07-29.
- em relação à instrução de lutas, os instrutores e monitores para este assunto, podem ser os militares possuidores de experiência em artes marciais ou ainda elementos civis especializados, desde que devidamente habilitados.

É apresentada, como Apêndice ao presente artigo, uma proposta de alteração do PPQ 07-29. Levou-se em consideração os resultados obtidos através das respostas ao questionário, e a distribuição e previsão de assuntos já desenvolvidos e constantes das 06 versões de PPQ 07-29 identificadas.

Por fim, pode-se apresentar como sugestões, as seguintes pesquisas ou trabalhos a serem desenvolvidos:

- revisão dos Manuais de Campanha que tratam sobre o assunto Polícia do Exército, o C 19-5 (Polícia do Exército)¹ e o C 19-10 (Emprego da Polícia do Exército)¹⁰, que são versões do ano de 1966, onde verifica-se que muitos dos procedimentos previstos, em ambos, encontram-se fora da realidade de ações que possam ser realizadas atualmente;

- desenvolvimento de fonte de consulta oficial do Exército abordando sobre os procedimentos a serem adotados nas seguintes situações: manuseio de Prisioneiros de Guerra e Civis Internados; Controle de População e recursos; confinamento de prisioneiros militares do Exército Brasileiro; controle de civis deslocados; e

- o detalhamento do C 20-50¹⁶ – Manual de Lutas - ou desenvolvimento de fonte de consulta específica sobre a execução deste assunto por parte dos Policiais do Exército, a fim de executar determinadas missões, como a utilização de algemas e técnicas de imobilização.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL Estado-Maior do Exército. **C 19-5: Polícia do Exército**. 1. Ed. Rio de Janeiro: EGGCF, 1966.
2. _____. **PPQ 07-29: Qualificação do Cabo e do Soldado Infante Policial**. [2000?].
3. _____. Comando de Operações Terrestres. **SIMEB 2012: Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro 2012**. Brasília, DF, 2012.

4. BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **SIMEB – PPB/1**: Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar. 3. Ed. Brasília, DF, 2001.
5. _____. _____. Portaria nº 006 do Comandante de Operações Terrestres, de 25 de outubro de 1998. Aprovação do Programa Padrão de Instrução PPB/1, Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar. **Boletim do Exército**. Brasília DF, n. 45, 06 nov 1998.
6. _____. _____. **PIM 2012**: Programa de Instrução Militar 2012. Brasília, DF, 2011.
7. _____. _____. **PIM 2013**: Programa de Instrução Militar 2013. Brasília, DF, 2012.
8. _____. _____. **EB70-PP-11.011**: Programa Padrão de Instrução Individual Básica. 1. Ed. Brasília, DF, 2013.
9. _____. _____. **EB70-PP-11.012**: Programa Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado – Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum. 1. Ed. Brasília, DF, 2013.
10. _____. Decreto-lei nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprovou o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e deu outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 ago. 2002, p. 5.
11. _____. Estado-Maior do Exército. **C 19-15**: Operações de Controle de Distúrbios. 3. Ed. Brasília, DF, 1997.
12. _____. _____. **C 85-1**: Operações de Garantia da Lei e da Ordem. 2. Ed. Brasília, DF, 2010.
13. _____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 set. 1997, p. 21201.
14. _____. Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Decretou o Código Penal Militar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969, Suplemento.
15. _____. Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Decretou o Código de Processo Penal Militar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969, p. 8940.
16. _____. Comando de Operações Terrestres. **C 20-50**: Treinamento Físico Militar – Lutas. 3. Ed. Brasília, DF, 2002.
17. _____. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino e Pesquisa da Aeronáutica. **ICA 37-73**: Currículo Mínimo do Curso de Formação de Soldados (CFSd). Rio de Janeiro, RJ, 2013.
18. _____. _____. Departamento de Ensino e Pesquisa da Aeronáutica. **MCA 37-143**: Plano de Unidades Didáticas do Curso de Formação de Soldados - CFSd. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

19. UNITED STATES OF AMERICA. **FM3-19.4**: Military Police Operations Leader's Handbook. Washington, DC, 2002.
20. WIKIPÉDIA - A enciclopédia livre. **Gendarmeria Nacional (França)**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gendarmerie_nationale>. Acesso em: 14 out 2013.
21. BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 19-10**: Emprego da Polícia do Exército. 1. Ed. Brasília, DF, 1966.

APÊNDICE A – PROPOSTA DE MATÉRIAS E ASSUNTOS DO PPQ 07-29

MATÉRIA	ASSUNTO	OII	TAREFA
1. Armamento, Munição e Tiro Não letal	1. Espingarda Calibre 12 mm	Q-401	Identificar as munições não letais existentes para a Espingarda Calibre 12.
		Q-402	Utilizar as munições não letais existentes para a Calibre 12.
	2. Pistola <i>Taser</i>	Q-403	Identificar as características da Pistola <i>Taser</i> (se existente na OM).
		Q-404	Utilizar a Pistola <i>Taser</i> (se existente na OM).
	3. Granadas de mão não letais	Q-405	Identificar as Granadas de Mão não letais.
		Q-406	Utilizar Granadas de Mão não letais.
	4. Agentes Químicos	Q-407	Identificar os agentes químicos e sua forma de utilização.
		Q-408	Empregar agentes químicos (gás lacrimogêneo e <i>spray</i> pimenta).
	5. Lançador 38 mm	Q-408	Empregar o Lançador 38 mm.
2. Conhecimentos Diversos	6. Demais Armt não letais	Q-408	Empregar os demais armamentos não letais existentes na OM.
	1. Cães de Guerra	Q-401	Conhecer as noções básicas do emprego de Cães de Guerra.
	2. Motociclista Militar	Q-402	Conhecer as noções básicas do emprego do Motociclista Militar.
	3. Segurança de autoridades	Q-403	Conhecer as noções básicas sobre o emprego de Segurança de Autoridades.
	4. Perícia Criminal	Q-404	Conhecer as noções básicas sobre o emprego do Perito Criminal.
	5. Gerenciamento de Crise	Q-405	Conhecer as noções básicas de Gerenciamento de Crise.
	6. Escoltas de Comboios	Q-406	Conhecer o Planejamento de uma Escolta de Comboio.
		Q-407	Integrar uma Escolta de Comboio.
3. Policiamento de Pessoal	1. Polícia do Exército	Q-401	Apontar as missões da PE.
		Q-402	Identificar os tipos de U de PE que apoiam as diferentes GU.
	2. Patrulhamento	Q-403	Realizar patrulhamento a pé.
		Q-404	Realizar patrulhamento motorizado.
		Q-405	Indicar as situações em que o PE poderá, ou não, fazer uso de sua arma de fogo.
		Q-406	Abordar uma pessoa.
		Q-407	Revistar um suspeito.
		Q-408	Abordar uma casa.
		Q-409	Abordar e revistar um veículo.
	3. Cassetete e tonfa	Q-410	Demonstrar as posições previstas para o cassetete/tonfa obedecendo o comando.
		Q-411	Apontar os pontos do corpo humano mais sensíveis aos golpes de cassetete/tonfa.
		Q-412	Aplicar golpes de cassetete/tonfa.

MATÉRIA	ASSUNTO	OII	TAREFA
3. Policiamento de Pessoal (continuação)	3. Cassetete e tonfa (continuação)	Q-413	Empregando o cassetete/tonfa, impedir a fuga, defender-se de suspeito e ataca-lo como medida complementar de defesa.
		Q-414	Participar de um cordão de isolamento empregando o cassetete/tonfa.
		Q-415	Empurrar uma multidão empregando o cassetete/tonfa.
		Q-416	Conduzir um preso com o auxílio do cassetete/tonfa.
	4. Prisão	Q-417	Realizar os procedimentos corretos para cada situação apresentada.
		Q-418	Identificar a correta utilização e amparo legal do uso de algemas.
	5. Controle do Movimento de Pessoas	Q-419	Realizar a identificação de pessoas.
		Q-420	Descrever as características individuais de uma pessoa.
		Q-421	Fiscalizar a circulação dos elementos militares apresentados.
		Q-422	Identificar situações em que a PE possa ser empregada em cooperação com outros serviços de policiamento de pessoal.
4. Policiamento de Trânsito	6. Ordens de serviço interno e externo	Q-423	Obedecer os comandos por gestos para a entrada em formações especiais.
		Q-424	Identificar os deveres dos Cb/Sd nos diversos tipos de serviços internos e externos.
	1. Legislação	Q-401	Conhecer o código de Trânsito Brasileiro e demais legislações sobre o assunto.
	2. Trânsito militar e civil na paz e na guerra	Q-402	Identificar situações em que a PE possa ser empregada em cooperação com outros serviços de policiamento de pessoal.
		Q-403	Identificar os sinais de trânsito.
		Q-404	Usar apito.
		Q-405	Usar a sinalização manual de dia e de noite.
		Q-406	Controlar o trânsito num cruzamento.
	3. Regras gerais para circulação	Q-407	Apresentar as infrações mais comuns no trânsito.
	4. Meios Auxiliares de Sinalização Individual existentes de dia e de noite	Q-408	Identificar pelo nome os meios auxiliares para o controle de trânsito.

MATÉRIA	ASSUNTO	OII	TAREFA
4. Policiamento de Trânsito (continuação)	5. Identificação e Fiscalização	Q-409	Identificar viatura civil e os documentos necessários para conduzi-la.
		Q-410	Identificar viatura militar e o equipamento obrigatório.
		Q-411	Apontar os documentos que devem portar os motoristas militares.
		Q-412	Fiscalizar viaturas civis e militares.
	5. Acidente de Tráfego	Q-413	Indicar os casos de intervenção da PE.
		Q-414	Conduzir-se como um PE, face a um acidente de tráfego.
		Q-415	Prestar os primeiros socorros a uma vítima de acidente de tráfego
5. Investigações Criminais	1. Crimes Militares e Civis	Q-401	Identificar os crimes militares mais comuns.
		Q-402	Diferenciar um crime militar de um crime comum.
	2. Instrumento de Crime	Q-403	Identificar instrumento profissional assemelhado.
		Q-404	Descrever as características individuais de uma pessoa.
	3. Esboço e croqui	Q-405	Confeccionar o croqui de um local interno.
		Q-406	Confeccionar o croqui de um local externo.
	4. Tóxicos e Entorpecentes	Q-407	Grupar as drogas apresentadas segundo os seus efeitos.
6. Lutas	1. Objetividade do treinamento	Q-401	Conforme C 20-50.
7. Operações Tipo Polícia	1. Posto de Segurança Estático (PSE)	Q-401	Estabelecer e operar um PSE.
	2. Operações de Controle de Distúrbios	Q-402	Identificar a causa ou causas de um distúrbio civil.
		Q-403	Citar o nome de cada armamento e equipamento empregado na OCD.
		Q-404	Demonstrar as posições para conduzir o armamento e equipamento.
		Q-405	Mudar de formação e de frente dentro do grupo.
		Q-406	Marchar enquadrado num GP de OCD.
		Q-407	Marchar enquadrado num Pelotão de OCD.
		Q-408	Marchar enquadrado numa SU de OCD.
		Q-409	Dispersar uma turba, enquadrado numa SU de OCD.
	3. Posto de Bloqueio e Controle Vias Urbanas	Q-410	Montar e operar um PBCVU / PBCE.
	4. Operações de Busca e Apreensão	Q-411	Realizar Operações de Busca e Apreensão (OBA).

MATÉRIA	ASSUNTO	OII	TAREFA
8. Técnicas Especiais	1. Combate em área urbana	Q-401	Realizar técnicas de combate em área urbana.
	2. Combate em Localidade	Q-402	Realizar uma pista de combate em localidade.
9. Ordem Unida	1. OU com Mtr M	Q-401	Ordem Unida com a Mtr M Beretta.
10. Polícia do Exército em Campanha	1. Prisioneiro de Guerra	Q-401	Conhecer os direitos e a conduta a ser apresentada pelo PG.
		Q-402	Conduzir o PG pela retaguarda.
		Q-403	Revistar o PG.
		Q-404	Proceder corretamente em relação a documentos e material inimigo.
	2. Presos Militares	Q-405	Realizar procedimentos com relação aos presos militares das Forças Amigas.
	3. Instalações prisionais	Q-406	Operar as instalações necessárias e realizar o processamento de Prisioneiros.
	4. Controle de Civis	Q-407	Realizar o controle de civis internados e deslocados.
	5. Controle de estradas	Q-408	Realizar o controle de estradas.

A INSERÇÃO DE ELEMENTO DE GUERRA ELETRÔNICA NO 1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES DE SELVA EM APOIO AO COMANDO E CONTROLE DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM OPERAÇÕES

Thiago Silva Melo ¹
Carlos Henrique do Nascimento Barros ²

RESUMO

A Amazônia torna-se mais cobiçada com o passar do tempo por suas riquezas incalculáveis, material biológico e metais. A utilização de tropa de guerra eletrônica poderia auxiliar o poder decisório no planejamento e condução das operações.

Neste sentido, o presente artigo tem objetivo apresentar as possibilidades, as viabilidades e as possíveis vantagens quanto à implantação de elemento de guerra eletrônica no 1º Batalhão de Comunicações de Selva (1º B Com SI) em proveito do CMA quando em operações.

Pretendeu-se verificar qual elemento de guerra eletrônica (GE) teria mais condições técnicas e táticas para apoiar o 1º B Com SI no auxílio de comando controle (C²) ao CMA. A pesquisa demonstrou uma tendência ao elemento de GE d atividade passiva.

Palavras-chave: Comando e Controle. Guerra Eletrônica. Batalhão de Comunicações. Amazônia.

RESUMEN

La Amazonia se convierte en más deseable cada día por sus incalculables riquezas, material biológico y metales. El uso de tropas de guerra electrónica podría ayudar a los tomadores de decisiones en la planificación y ejecución de las operaciones.

En este sentido, el presente artículo es el estudio de las posibilidades, la viabilidad y las posibles ventajas en elemento de guerra electrónica subordinado en el Primero Batallón de Comunicaciones de la Selva a favor del Comando Militar de la Amazonia cuando en operaciones.

Se tenía la intención de encontrar qué elemento de guerra electrónica (GE) tiene condiciones más técnicas y tácticas para apoyar el Primero Batallón de

¹ Capitão de Comunicações da turma de 2006. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2015.

² Coronel da Arma de Comunicações. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 1985. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1993. Doutor em Ciências Militares pelo DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa) em 2003.

Comunicaciones de la Selva con la ayuda de mando y control (C²) para CMA. La investigación ha demostrado una tendencia a elemento de GE de actividad pasiva.

Palabras-clave: Mando y Control. Guerra Electrónica. Batallón Comunicaciones. Amazonia.

A INSERÇÃO DE ELEMENTO DE GUERRA ELETRÔNICA NO 1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES DE SELVA EM APOIO AO COMANDO E CONTROLE DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM OPERAÇÕES

1 INTRODUÇÃO

Na década de 70, a 1ª Companhia de Comunicações (1ª Cia Com) foi criada no Comando Militar da Amazônia (CMA), sendo a única Organização Militar (OM) de seu tipo neste Comando Militar. Nessa época, teve seu emprego bastante requisitado em operações de adestramento e operações reais.

Ao final de 2013, cria-se o 1º Batalhão de Comunicações de Selva em substituição à 1ª Cia Com SI.

O 1º B Com SI foi criado pela Portaria Nº 506 - Cmt Ex, de 25 de junho de 2013, visando atender o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército 2014 (PEREx - 2014), para contribuir com a estratégia da dissuasão, ampliar a capacidade operacional, rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Região Amazônica.

Conforme Brasil (2003), no contexto de emprego das comunicações (Com), o B Com é a unidade (U) onde se concentra o maior volume de meios em pessoal e material, os quais, por constituição, possibilitam cumprir os mais variados tipos de missões.

O emprego do batalhão de comunicações deve estar voltado para atender, com eficiência e eficácia, as diversas missões balizadas pelos parâmetros doutrinários vigentes.

O B Com é o elemento de apoio de Com orgânico de uma divisão de exército (DE) ou de uma força terrestre componente (FTC). O CMA é um comando militar que não possui divisões de exército, sendo-lhe subordinadas 4 (quatro) brigadas de infantaria de selva (Bda Inf SI).

O 1º B Com SI, segundo Brasil (2014a), apoia um provável teatro de operações (TO) quando acionado; isto pressupõe, em nível operacional, a realização de um conjunto de atividades relacionadas às funções de combate: Comando e Controle; Movimento e Manobra; Inteligência; Fogos; Proteção; e Logística.

A zona de ação do CMA é a Amazônia Legal; atualmente prioridade nacional de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), por abrigar uma diversidade biológica inestimável, além de uma enorme fonte de água doce. Essa região é detentora de exuberante fauna e flora. Suas riquezas minerais incalculáveis estão praticamente intocadas (ABREU, 2015).

Com importância estratégica, devido à sua posição geopolítica no centro da América do Sul, a Amazônia sofre influência de nações vizinhas ao Brasil. A convivência com esses países é problemática, caracterizada principalmente pela narcoguerrilha. Tal situação é agravada pelo vazio demográfico da região, aliado às dimensões de aproximadamente cinco milhões de km² de área, bem como à escassez de infraestrutura em geral.

A possibilidade da formação de grupos terroristas e/ ou da continuidade de grupos transnacionais, com ou sem apoio político e material de outros atores globais, ampliou o caráter disforme das ameaças a serem enfrentadas pelo Brasil com o emprego de forças de Defesa e Segurança.

No ambiente operacional contemporâneo, apesar de ainda ocorrerem alguns conflitos bélicos com o empenho de numerosos efetivos, a declaração formal de guerra entre Estados deixou de ser a regra (BRASIL, 2014a). Em um ambiente de incertezas, tem sido mais difícil a identificação do inimigo dominante, estatal ou não, regular ou irregular.

O Exército Brasileiro (EB) prossegue em sua missão de povoar a Amazônia e em integrá-la ao ambiente nacional. Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de estrutura para o desenvolvimento, este

trabalho silencioso é a parcela concreta de colaboração à evolução da Nação.

Por isso, o EB tem procurado proporcionar o aumento de diversas Unidades na região, para diminuir o vazio populacional. Essa ação sertanista permite ao Exército cumprir as missões de proteger as riquezas e dar credibilidade às ações do Ministério da Defesa na área, dissuadir e combater atividades ilícitas na faixa de fronteira e assegurar a soberania nas fronteiras terrestres.

O Exército se prepara para a manutenção de suas atribuições constitucionais desde a situação de paz estável quando se mantém atualizado com a evolução do ambiente operacional, na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e/ou na solução de conflitos armados.

A preparação do EB na manutenção de suas missões engloba a necessidade de informação desde o tempo de paz para apoio a decisão, que abrange onde e como as são obtidas, produzidas, armazenadas, protegidas e difundidas (BRASIL, 2014a).

As comunicações compreendem o conjunto de meios destinados a estabelecer as ligações entre os diversos escalões, com a finalidade de apoiar o exercício do comando e controle (BRASIL, 1997b). E chama-se guerra eletrônica ao conjunto de atividades que visam desenvolver e assegurar a capacidade de emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas (BRASIL, 2009, p. 2-1).

Estas são duas vertentes do Sistema Militar de Comando e Controle que possibilitam ao comandante a consciência situacional para o eficiente exercício da autoridade e direção sobre suas tropas (BRASIL, 2015).

O 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (9º B Com GE), subordinado ao Comando Militar do Oeste (CMO), é a única OM operacional no Exército Brasileiro que combina comunicações e guerra eletrônica.

Baseado, ainda, por Brasil (2014a), a obtenção, produção e difusão de informações relevantes, seletivas, oportunas e confiáveis têm relação direta com a qualidade e efetividade do processo decisório e com os meios e formas de lidar na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises ou na solução de conflitos.

Por isso, a atuação de tropa de GE é essencial à tomada de decisão no combate, pois ao tirar proveito das emissões inimigas auxilia com subsídios o processo decisório, reafirmando a importância de elementos, seja GE tática ou Inteligência do Sinal, capazes de atuar de forma eficaz em apoio ao comando (Cmdo) neste campo de atuação.

O presente artigo encontra-se inserido em um contexto de inovação e transformação doutrinária de Comando e Controle, Comunicações e Guerra Eletrônica para atender aos conceitos de Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), prevista na nova Concepção Estratégica do Exército.

O Exército Brasileiro, ao adquirir novos conceitos e aperfeiçoar os existentes, busca pelo estado da arte que permitirá o ajuste às necessidades das tarefas e missões que deverão ocorrer nas próximas décadas.

Alinhado com essa premissa, o Comando Militar da Amazônia necessita de um Sistema de Comunicações e Guerra Eletrônica eficiente, capaz de transmitir para o Comandante uma consciência situacional³ mais próxima da realidade vivenciada ou a ser vivenciada pelos militares de primeiro escalão, de maneira que se possa intervir com tempestividade nas operações em tela, ou seja, que o comandante (Cmt) possa exercer o pleno Comando e Controle sob suas tropas.

A fim de melhor analisar essa questão, o artigo será abordado de maneira a proporcionar uma reflexão sobre a implantação de um elemento de GE orgânico ao 1º B Com SI em apoio ao comando e controle do CMA em operações, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto e dar a resposta final, que requer maior debate e pode ser modificada com a constante evolução tecnológica.

2 METODOLOGIA

³ **Consciência Situacional**- ser capaz de proporcionar em todos os níveis de decisão, em tempo real, a compreensão, a interação do ambiente operacional e a percepção sobre a situação das tropas amigas e dos oponentes. É propiciada pela integração dos conhecimentos provenientes dos sistemas de informação, sistemas de armas e satélites, apoiados em infraestrutura de comunicações com o nível adequado de proteção.

Esta seção teve por finalidade apresentar o caminho percorrido para solucionar o problema levantado, especificando os procedimentos necessários para se chegar aos participantes da pesquisa, obter as informações de interesse e analisá-las.

Trata-se de um estudo bibliográfico que, para sua consecução, houve método da leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos.

De forma a consubstanciar um corpo de literatura atualizado e compreensível, somado com a experiência profissional de militares que serviram nos núcleos de excelência de Com e GE, no Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Oeste.

A seleção de fontes de pesquisa foi baseada em publicações militares nacionais. O delineamento de pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção de bibliografia, coleta dos dados, crítica dos dados, leitura analítica e fichamento das fontes, argumentação e análise estatística dos resultados.

Levantou-se, ainda, as condições ideais e resultados a serem obtidos com a inserção de Elm GE no B Com em apoio às operações no CMA.

Assim, a análise das variáveis envolvidas no presente estudo, “Inserção de Elm GE no 1º B Com SI” apresentou como variável independente, tendo em vista que se espera que a sua manipulação exerça efeito significativo sobre a variável dependente “Influência no Comando e Controle nas operações do Comando Militar da Amazônia”.

Por fim, descreveu como se processa o apoio em Comando e Controle ao Comando Militar da Amazônia realizado pelo 1º B Com SI.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo exibir e debater os resultados obtidos por meio dos instrumentos empregados para obtenção de dados. Os instrumentos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e documental, questionário e entrevistas.

A abordagem qualitativa de uma amostra provocou a seleção de uma

criteriosa amostragem objetiva. Os critérios para inclusão e exclusão dos sujeitos foram minuciosamente definidos, a fim de compor uma amostra capaz de respaldar os dados obtidos.

Os resultados apresentados, a partir de respostas do questionário, indicam que as percepções obtidas por meio do questionário são referentes, em sua maioria, às percepções dos Majores e Capitães da Arma de Comunicações, uma vez que o maior número de respostas pertence a esses postos.

Sendo assim, definiu-se que a amostra de oficiais, cujas características indicam que todos os sujeitos questionados são de Comunicações e possuem percepções com experiência adquirida no exercício de funções e capaz de respaldar e garantir a autenticidade dos dados utilizados para responder o problema proposto e alcançar o objetivo geral deste trabalho.

A fim de verificar se o Elm GE com finalidade específica para MPE pode integrar o 1º B Com SI melhorando o provimento de comando e controle ao CMA, foram analisados os resultados das indagações à amostra, o qual respondeu que concorda parcialmente que a inserção desse Elm GE auxiliaria o 1º B Com SI para o apoio de comando e controle ao CMA.

Esse consenso é ratificado pela literatura, pois possibilita um Elm GE de MPE orgânico ao 1º B Com SI contribuir sobremaneira com o C² através de planejamento, coordenação e supervisão do uso do espectro eletromagnético, de modo a evitar ou reduzir possíveis interferências (mútuas ou inimigas), sendo repassadas aos elementos do escalão considerado por meio de Instruções para Exploração das Comunicações e Eletrônica (IEComElt).

Alguns questionados fizeram comentários a respeito do Elm GE de MPE. A maioria desses comentários foi favorável, mas houve comentários que destacaram a não existência de doutrina de tropa de Elm GE de MPE orgânica à uma Organização Militar e destacou-se, ainda, a necessidade de outras tropas se preocuparem com as medidas de proteção eletrônica.

A fim de verificar se o Elm GE de MAE pode integrar o 1º B Com SI para melhorar o provimento de comando e controle ao CMA, foram analisados os resultados das indagações à amostra, o qual respondeu que concorda parcialmente que a inserção desse Elm GE auxiliaria o 1º B Com SI para o apoio de comando e

controle ao CMA.

A literatura faz alusão às possibilidades de Elm GE de MAE intervirem no processo de decisão do inimigo e, assim, ao desorientá-lo contribuir para a manutenção do apoio de C² ao CMA em condições de executar suas tarefas.

A literatura, ainda, cita trechos onde expõe a missão da MAE em apoio ao C² do CMA, quando esta degrada o sistema de comando e controle inimigo causando desordem e descontinuidade nas comunicações.

Alguns questionados fizeram comentários a respeito do Elm GE de MAE. Houve comentários que destacaram que a subordinação para o Elm GE de MAE deveria ser ao 1º BGE (especialista em MAE) e que deveria ser dada prioridade na Amazônia para os outros Elm GE (Atv preventiva e Atv passiva).

Por fim, uma consideração importante sobre os Elm GE de MAE, uma vez que suas ações demonstram a presença Elm GE atuando no sistema de C² inimigo e, assim, sendo contra indicada em algumas operações militares que necessitam do sigilo, uma vez que denunciam a posição e o valor do emissor.

A fim de verificar se o Elm GE de MAGE pode integrar o 1º B Com SI para melhorar o provimento de comando e controle ao CMA, foram analisados os resultados das indagações à amostra, o qual respondeu que concorda parcialmente que a inserção desse Elm GE auxiliaria o 1º B Com SI para o apoio de comando e controle ao CMA.

A literatura cita os tipos de ações que os Elm GE de MAGE podem realizar para, através destas, fornecerem subsídios ao Cmdo enquadrante. Utilizando a monitoração, a localização eletrônica e a análise dos dados, enriquecendo o arcabouço de informações para a decisão.

Ao mesmo tempo protegendo o processo decisório, visando, ainda, a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias no C².

A partir dessa discussão, concluiu-se parcialmente que o elemento de guerra eletrônica de medidas de apoio de guerra eletrônica pode ser empregado junto ao 1º B Com SI, pois reúne habilidades suficientes que o tornam capaz de influenciar positivamente no comando e controle do Comando Militar da Amazônia em operações.

Após apresentada reflexão que aponta para a comprovação da viabilidade da

inserção de elemento de guerra eletrônica de MAGE, prossegue sendo apresentada a indagação referente à influência do Elm GE sobre o comando e controle do CMA em operações.

A literatura mostra que o comando e controle tem como atividades: conduzir o processo de planejamento, operar posto de comando, realizar a gestão do conhecimento e da informação, participar da integração de esforços entre civis e militares, estabelecer e manter a disciplina, coordenar ações para informar e influenciar, e conduzir a gestão dos espaços cibernético e eletromagnético.

Para tal, as questões propostas à amostra foram organizadas com o objetivo de medir a possível influência da inserção do Elm GE ao 1º B Com SI em cada uma dessas atividades.

A amostra respondeu que o emprego de Elm GE orgânico ao 1º B Com SI aprimora o assessoramento à condução do processo de planejamento e condução das Op no CMA, mesmo que parcialmente, que o Elm GE é capacitado para a função de assessor ao processo de planejamento e condução das operações.

A literatura apresentou que o Elm GE de MAGE proporciona ao Cmdo enquadrante, através das informações em tempo oportuno sobre o inimigo, a iniciativa das ações. Deste modo, forçará os comandantes inimigos a abandonar as linhas de ação preferidas e, assim, cometer erros. Quebrará seu ciclo de decisão, portanto favorecerá o planejamento e condução das Op.

Alguns questionados fizeram comentários a respeito do Elm GE, segundo sua experiência profissional, o assessoramento ao planejamento e condução das operações é deficiente devido à ausência de informação. Em caso de existência de meios desdobrados, poderia ser prestado o apoio à decisão do comandante em tempo oportuno.

Percebe-se que, o emprego de um Elm GE de MAGE no planejamento de algumas operações permite uma flexibilidade de condução para antecipar-se a possíveis imprevistos previamente levantados.

Desses resultados, pode-se concluir de forma parcial que a designação de um cargo, cuja atribuição é prestar o assessoramento ao processo de planejamento e condução das operações, proporcionará ao Cmdo do CMA a presença efetiva de

um especialista em GE em tempo integral, influenciando positivamente o fluxo de informações pelo comando e controle.

Os questionados perguntados se a inserção de Elm GE ao 1º B Com SI influenciaria por ocasião da instalação e operação de posto de comando nas Op do CMA, responderam parcialmente que não há necessidade para tal.

A literatura evidenciou que a estrutura de um PC deve conter instalações que possibilitem ao Cmt a tomada de decisões e a difusão destas. Sendo de constituição variável e oferecendo continuidade nas comunicações.

Discutindo-se os resultados com os comentários dos questionados associados com a literatura, observa-se que a designação de missões específicas do Elm GE em auxílio à instalação e operação do posto de comando nas Op do CMA tem baixa carência, segundo a experiência da amostra.

Após discussão, esses resultados permitem concluir parcialmente que não se faz necessário inserir Elm GE ao 1º B Com SI para atribuições relativas à instalação e operação de posto de comando nas Op do CMA, a fim de influenciar positivamente o fluxo de informações pelo comando e controle.

O objetivo de levantar a percepção da amostra acerca da influência do Elm GE orgânico ao 1º B Com SI na coordenação das ações de informar e influenciar as Op do CMA resultou que a amostra concorda que o Elm GE orgânico ao 1º B Com SI pode auxiliar na coordenação das ações de informar e influenciar das Op do CMA.

A literatura apresentou o conceito de superioridade da informação que se faz presente nesta natureza de operações. Significado baseado na vantagem da capacidade de interceptar, monitorar e analisar as informações do oponente e/ou negar-lhe o trâmite de mensagens. E, ainda, difundir, explorar e proteger um fluxo de informações aos comandantes em todos os níveis.

Ao possuir superioridade de informações sobre o adversário no ambiente operacional, afeta-se o ciclo decisório do oponente, por este perder a iniciativa do combate. Entretanto, oferece-se a oportunidade das ações para a força superior.

Entretanto, confirmam que a escolha pela inserção de um Elm GE deve ser de natureza passiva (MAGE), pelas características de captação de informação, sendo capaz de auxiliar na coordenação das ações de informar e influenciar do

CMA.

Pode-se concluir de forma parcial que a inserção de Elm GE, cuja atribuição é auxiliar na coordenação das ações de informar e influenciar, proporcionará ao Cmdo do CMA a superioridade nas informações, influenciando positivamente o fluxo de informações do comando e controle.

A Questão de levantar a percepção da amostra acerca da influência do Elm GE orgânico do 1º B Com SI na gestão do conhecimento e da informação das Op do CMA indicam os indagados concordam que o Elm GE orgânico do 1º B Com SI é capacitado para o auxílio da gestão do conhecimento e da informação das Op do CMA.

A literatura cita a gestão do conhecimento e da informação como processos para alcançar a consciência situacional e a tomada de decisão. Para tal, necessita de um sistema de informação alimentando o poder decisório sempre que necessitar. Por isso, se faz necessário um Elm GE de MAGE que habite o local para conhecer as nuances regionais, tais como: dialeto, rotina e comportamento da comunidade.

Concluiu-se parcialmente que é possível definir, para o Elm GE orgânico do 1º B Com SI, atribuições relativas na gestão do conhecimento e da informação das Op do CMA, influenciando positivamente o fluxo de informações pelo comando e controle.

Levantou-se a percepção da amostra sobre a influência do elemento GE orgânico ao 1º B Com SI no apoio de comando e controle ao CMA em operações, na seguinte atividade de comando e controle: Estabelecimento e Manutenção da disciplina.

A amostra discorda que o elemento GE orgânico ao 1º B Com SI tem capacidade para auxiliar na atividade de comando e controle “Estabelecimento e Manutenção da Disciplina” quando o CMA estiver em operações.

A literatura apresentou as medidas de proteção eletrônica como uma salvaguarda ao sistema de informações contra ameaças, deste modo mantendo a ordem nas redes rádios e nos fluxos de mensagem, mas não aborda a MAGE como necessidade para tal atividade.

Havendo esse consenso, concluiu-se parcialmente que não é possível definir função para o Elm GE em correlação à sua participação no estabelecimento e manutenção da disciplina, a fim de influenciar a eficiência do fluxo de informações do comando e controle.

Sobre a influência do elemento GE orgânico ao 1º B Com SI nas Op do CMA, relacionada à participação da integração de esforços entre civis e militares.

A discussão indica que a amostra concorda de forma parcial que o elemento GE orgânico ao 1º B Com SI é capaz de auxiliar na participação da integração de esforços entre civis e militares nas Op do CMA.

A literatura apresenta as atividades de localizar e de identificar áreas humanizadas, como uma das tarefas da participação da integração de esforços militares e civis; deste modo, há a possibilidade de emprego de Elm GE para localizar eletronicamente o emissor de ondas eletromagnéticas.

Alguns integrantes da amostra também manifestaram suas respectivas opiniões sobre a utilização de um meio nobre para uma finalidade desconexa para a qual foi criada, operações militares.

Confrontando os pontos de vista, concluiu-se parcialmente que é possível definir atribuições ao Elm GE relativas à participação da integração de esforços entre civis e militares, a fim de influenciar a eficiência do fluxo de informações do comando e controle do CMA em operações.

Analisando a percepção da amostra acerca da finalidade da inserção do elemento guerra eletrônica orgânico ao 1º B Com SI, para a condução da gestão do espectro eletromagnético em Op do CMA indica que a amostra concorda que o Elm GE orgânico ao 1º B Com SI é habilitado para a função gestor do espaço eletromagnético nas operações do CMA.

A literatura referenciou BRASIL (2015) que, diferentemente de outras literaturas considera a Guerra Eletrônica atividade de Comando e Controle.

As ações de ataque, apoio e proteção se tornaram necessárias aos comandantes e seus EM para o sucesso do planejamento e condução das operações.

A reflexão leva a concluir parcialmente que a definição de atribuições para o Elm GE, relativas à gestão do espaço eletromagnético, influenciarão positivamente

no rendimento das ações, a fim de aumentar a eficiência do fluxo de informações do comando e controle do CMA em operações.

O resultado de todo esse processo foi parte integrante das conclusões deste trabalho.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa relacionada à inserção de elemento de guerra eletrônica no 1º Batalhão de Comunicações de Selva para apoiar o comando e controle do CMA constitui uma real necessidade para o Exército Brasileiro, haja vista que a Amazônia tem uma importância estratégica concreta balizada pela Estratégia Nacional de Defesa.

O principal propósito do presente trabalho foi concluir sobre o Comando e Controle, a integração de Comunicações e a Guerra Eletrônica, como formas de potencializar o fluxo de informações e, assim, aumentar o poder de combate. O desafio foi apresentar soluções que favoreçam a transmissão desses dados, influenciando diretamente na qualidade do conhecimento produzido e, conseqüentemente, fornecendo a consciência situacional.

O estudo pode contribuir para adequação da atual demanda do Exército Brasileiro na Amazônia, tendo sido capaz de levantar, dentre as atividades e competências do C² apresentadas pelo manual Comando e Controle (EB20-MC-10.205), aquelas em que o elemento de GE pode ser inserido naquele ambiente por meio de atribuições hábeis, para proporcionar ao CMA o aumento de capacidade para o desempenho de sua função.

A proposta do problema foi descobrir as possibilidades, as viabilidades e as vantagens que fazem com que a inserção de elemento de GE no 1º B Com SI influencie a eficiência no apoio de C² prestado ao CMA quando em operações. E em quais atividades de C², o Elm GE de Atv passiva pode atuar proporcionando uma melhora no fluxo de informações do CMA.

Os resultados obtidos neste estudo são significativos, claros e objetivos. O atendimento aos objetivos específicos permitiu a confirmação da hipótese de estudo que conduziu à resposta do problema da pesquisa.

Como resposta a esse problema, concluiu-se que a inserção de Elm GE no 1º B Com SI influencia na eficiência do apoio prestado ao comando e controle do CMA, desde que este especialista atue nas atividades de Condução do espaço eletromagnético, na Participação da integração de esforços civis e militares, na Realização da gestão do conhecimento e da informação, na Coordenação das ações de informar e influenciar e na Condução do processo de planejamento e de condução das operações.

Identificou-se que o Comando Militar da Amazônia é composto por quatro brigadas de infantaria de selva e que suas sedes são localizadas em Boa Vista-RR, São Gabriel da Cachoeira-AM, Tefé-AM e Porto Velho-RO. E que, devido à fronteira, tais Grandes Unidades vêm sendo empregadas frequentemente em apoio à política de segurança aos limites fronteiriços do Estado Brasileiro.

Identificou-se, ainda, que o Comando Militar da Amazônia tem como área de atuação a Amazônia Ocidental. Ele possui a missão de defender de ameaças os interesses nacionais, tendo como principal limitação o ambiente de selva, que o impossibilita do exercício da autoridade sobre as tropas para o cumprimento da missão designada.

Apresentou-se que, no Comando Militar da Amazônia, a atual doutrina empregada no apoio de comunicações e guerra eletrônica se baseia em enlace Rádio HF e ligações físicas, por mais dificuldades que estes sistemas sofram por ação do ambiente.

Em síntese, concluiu-se que é possível a inserção de elemento de GE no 1º B Com SI, para as atividades de planejamento, execução e supervisão das ações no CMA, objetivando a influenciar positivamente no fluxo de informações do Comando e Controle.

Constatou-se que o Elm GE de MAGE é a ferramenta que permite às Comunicações atuarem no espectro eletromagnético, fazendo deste um ambiente seguro para o trâmite de informações. Apoiando as fontes de dados que auxiliam na produção do conhecimento e assessoram a tomada de decisão dos comandantes em todos os níveis.

Verificou-se que o Elm GE de MAGE é o elemento melhor habilitado em GE para atuar como um elo integrador entre a GE e as Com, no apoio à decisão do

comando. Além disso, verificou-se que, segundo especialistas no assunto, a experiência profissional do militar, naquele ambiente, é um fator a ser considerado na determinação das missões.

Definiu-se que a integração da GE com as Com caracteriza-se pela coordenação de esforços dessas duas capacidades relacionadas à informação, visando à produção do conhecimento para apoiar a tomada de decisão.

Identificou-se que, no QO do 1º B Com SI não está prevista a estrutura de um especialista em GE com o encargo de assessorar o EM do B Com e que, devido à sua importância, a sugestão para a estrutura é compô-la, quando possível, por Intlg Sin e GE Tat.

Incontestavelmente, esta pesquisa foi beneficiada pela publicação do novo Manual de Comando e Controle (EB20-MC-10.205), que abarcou a Guerra Eletrônica na função de combate C².

O produto desta pesquisa caracteriza-se pela possibilidade de aplicação imediata, por se encontrar em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e, assim, favorecer o C² do CMA.

A aplicação a que se destina o produto deste trabalho é consequência de uma pergunta que delimitou a realidade a ser pesquisada e direcionou os esforços desta pesquisa, pois se acreditou que, assim, algo em prol da Doutrina Militar Terrestre seria feito.

Por fim, fruto das modificações propostas na presente pesquisa, o Comando Militar da Amazônia estará cada vez mais preparado para intervir com tempestividade nas operações, conforme citado na justificativa deste trabalho.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 03 Abr 2015.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 11-20**. Batalhão de Comunicações. 2a Edição. Brasília: EGGCF, 2003.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 11-61. Comunicações na Divisão de Exército.** 1a Edição. Brasília: EGGCF, 1995.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 34-1: Emprego da Guerra Eletrônica.** 2. ed. Brasília: EGGCF, 2009.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 34-10: A Companhia da Guerra Eletrônica.** 1. ed. Brasília: Anteprojeto, 2010.

_____. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha Comando e Controle.– EB20-MC-10.205.** Brasília, 2015.

_____. Estado-Maior do Exército. **Manual Campanha de Operações de Informação –EB20-MC-10.213.** Brasília, 2014e.

_____. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha Força Terrestre Componente – EB20-MC-10.202.** Brasília, 2014a.

_____. Estado-Maior do Exército. **Portaria Nº 178-EME, de 30 de agosto de 2013.** Brasília: 2013b.

_____. Estado-Maior do Exército. **Portaria Nº 216- EME, de 6 de novembro de 2013.** Brasília: 2013c.

O CONTROLE INTERNO DAS UNIDADES GESTORAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA SEÇÃO DE CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Marcelo Euclides Coelho Taveira Cendon do Nascimento^a
Luiz Carlos Enes de Oliveira^b

RESUMO

A implementação do controle interno no contexto da administração pública federal vem sofrendo constante evolução, adequando-se com maior efetividade contra o cometimento de erros e fraudes que deponham contra sua finalidade precípua: o bem comum. Atividade que busca compartilhar a responsabilidade pelo controle interno junto às Unidades Gestoras (UG) e proporcionar o assessoramento aos agentes executores responsáveis de forma apropriada, aproximada e contínua, a Conformidade dos Registros de Gestão configura a primária fiscalização da aplicação do erário em consonância com a legislação. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo avaliar a capacidade contributiva da Seção de Conformidade dos Registros de Gestão (Seç Conf Reg Ges) para o andamento da administração das UG do Exército Brasileiro, estabelecendo um paralelo entre a atual situação pesquisada e o seu potencial ideal de contribuição. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico, além de uma pesquisa de campo, constituída por questionários e entrevistas junto a agentes da administração ligados à Conformidade dos Registros de Gestão. Os resultados indicam a existência de uma relação contributiva entre a Conformidade dos Registros de Gestão e a Administração Militar, todavia, com um considerável potencial de expansão, rumo à eficiência e efetividade na gestão dos recursos públicos.

Palavras-chave: controle interno, auditoria, Conformidade dos Registros de Gestão, Administração Militar, administração pública.

ABSTRACT

The implementation of internal control in the context of the Federal Government been suffering constant evolution, adapting more effectively against errors and frauds committed which depose against its main purpose: the- common –good. Activity which seeks to share responsibility for internal control with “UG” and provide advice to the responsible executing agents by appropriate way mold; next and continuously, the Compliance Management of records form the primary supervision of the application of the treasury in accordance with the law. In this sense, this study had the purpose to analyze the enable of contribution of Records Compliance Section (Sec Conf Reg Ges) for the ongoing management of Management Units of the Brazilian Army, to establish a parallel between the current searched situation and its ideal potential contribution. It was conducted one literature search based on publications of authors of recognized importance in the academy middle, beyond a research field, consisting of questionnaires and interviews with the management agents linked to the Compliance Management Records. So, the results indicate the existence of a relation contribution between the Conformity of Management and Records Military management, however, with

^a Capitão de Intendência da turma de 2006. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2015. Foi Encarregado da Conformidade dos Registros de Gestão da 4ª Cia E Cmb Mec no biênio 2013-2014.

^b Coronel de Comunicações da turma de 1973. Bacharel em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Simonsen. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1983. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1992.

considerable potential for expansion, directing the efficiency and effectiveness in the management of public resources.

Keywords: internal control, audit, Compliance Management of Records, Military Administration, public administration.

O CONTROLE INTERNO DAS UNIDADES GESTORAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA SEÇÃO DE CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR

1. INTRODUÇÃO

A implementação do controle interno no contexto da administração pública federal, assim como a prática de tais atividades pelo Exército Brasileiro, teve início na primeira metade do século XIX^{1,3,4}. Desde então, o controle vem sofrendo constante evolução, adequando-se com maior eficácia contra o cometimento de erros e fraudes que deponham contra a finalidade precípua da administração: o bem comum².

Neste sentido, surge, no ano de 2007, a figura do Encarregado da Conformidade dos Registros de Gestão (Enc Conf Reg Ges) – agente que possui a missão de desenvolver nas Unidades Gestoras atividades de controle relativas à certificação dos registros de atos e fatos administrativos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)^{5,6}.

Tal implementação buscou o compartilhamento da responsabilidade pelo controle interno junto às UG, além de proporcionar o assessoramento aos agentes executores responsáveis de forma apropriada, aproximada e contínua. Contudo, o desconhecimento da existência e da importância dessa ferramenta de gestão, motivados pela pouca ocorrência de estudos aprofundados sobre o assunto, levou à consequente minimização das atividades por parte dos agentes da administração, culminando com a ausência de minúcia no controle e fiscalização, na incorreta certificação e arquivamento de documentações e, por conseguinte, no cometimento de impropriedades e irregularidades administrativas, muitas vezes passíveis de enquadramento nos conceitos de excesso de poder, desvio de finalidade ou outras condutas relacionadas, tanto na seara administrativa como penal.⁸

Buscando-se avaliar o alcance dos trabalhos da Seção de Conformidade dos Registros de Gestão sobre a administração militar das Unidades Gestoras do Exército, foi formulado o seguinte problema:

Em que medida os trabalhos de controle interno exercidos pela Seção de Conformidade de Registro de Gestão podem contribuir para com a administração de uma Unidade Gestora do Exército Brasileiro?

A resposta a tal questionamento foi o resultado da avaliação da capacidade contributiva da Seção de Conformidade dos Registros de Gestão (Seç Conf Reg Ges) para o andamento da administração das Unidades Gestoras do Exército Brasileiro, com o estabelecimento de um paralelo entre a atual situação pesquisada e o seu potencial ideal de contribuição.

Avaliou-se em que medida o pouco conhecimento das atividades de Conf Reg Ges, a omissão quanto à relevância do controle interno, a desqualificação dos trabalhos, a desproporcional distribuição dos trabalhos aos agentes, a falta de capacitação do encarregado, dentre outras dimensões passíveis de ocorrência na administração pública, poderiam constituir óbices desvalorizadores das atividades de controle interno, fazendo com que os agentes vislumbassem a Conf Reg Ges como um “peso” a mais na rotina administrativa, desperdiçando a oportunidade de constituir um elemento de primordial assessoramento nas questões que versassem sobre a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, além de um instrumento preventivo e corretivo contra erros e fraudes na UG.¹³

Ainda, buscou-se o levantamento de dados e informações que levassem ao estabelecimento de um paralelo entre o nível de contribuição atual e as possibilidades de melhoria para o futuro, com a proposição e recomendação de medidas que pudessem impactar positivamente no nível de eficiência e efetividade, de maneira a propiciar a inovação e a evolução administrativa do Exército Brasileiro, principal aspecto positivo da pesquisa.

Um dos principais desafios do estado moderno na administração pública é o efetivo controle dos atos e fatos que envolvem o orçamento, as finanças e o patrimônio, ideia que justificou o tema, pois a importância do controle interno foi evidenciada não somente na esfera administrativa, como medida preventiva e geradora de ação corretiva, mas também na esfera social, como um instrumento de exposição da responsabilidade dos gestores na administração de recursos providos pela sociedade.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho teve por finalidade avaliar o nível de atuação da Seç Conf Reg Ges nas UG, bem como a importância a ela atribuída pelos respectivos comandos de Organizações Militares, estabelecendo um paralelo conclusivo entre o presente e as possibilidades de melhoria para o futuro.

Buscou-se conhecer a intensidade da atuação das Seç Conf Reg Ges nas OM do Exército Brasileiro, por meio da análise doutrinária-normativa e da inquirição aos agentes da administração pública, tanto os que executam quanto os que dependem do trabalho.

A metodologia adotada partiu de uma revisão bibliográfica, a qual utilizou legislações, doutrinas e trabalhos relacionados ao tema “Controle Interno”, especialmente o realizado na administração pública e no âmbito do Exército Brasileiro, acerca da Conformidade dos Registros de Gestão, o que ofereceu subsídios para a identificação de procedimentos, vantagens e limitações ligados à temática.

Por meio de pesquisa documental, foram analisados o histórico do controle interno na Administração Pública, os procedimentos para a Auditoria no Exército Brasileiro e a sistemática das atividades da Seç Conf Reg Ges nas diversas Unidades Gestoras do EB, com vistas à posterior conclusão quanto ao grau de contribuição da seção para a administração militar.

Na pesquisa de campo, o estudo intentou colher respostas objetivas sobre questionamentos relacionados às ações previstas nas normas que amparam a atividade do Enc Conf Reg Ges, bem como às ações que um Encarregado plenamente capacitado poderia e deveria executar, no âmbito do controle interno, contribuindo para o bom andamento da administração na Organização Militar em que atua.⁷

Os agentes participantes da pesquisa de campo foram divididos em três grupos experimentais: o primeiro grupo (G1) foi composto por Ordenadores de Despesas de UG com autonomia administrativa do Exército Brasileiro, gestores primária e diretamente assessorados pelo trabalho do Enc Conf Reg Ges, que

coordenam toda a atividade administrativa de uma Organização Militar; o segundo (G2) composto somente de militares que exercem a função de Encarregado da Conformidade dos Registros de Gestão em Unidade Gestora do Exército Brasileiro; e o terceiro grupo (G3) foi composto pelo rol dos agentes da Administração Pública, cuja documentação produzida é certificada pelo Enc Conf Reg Ges, os quais, em tese, receberiam a contribuição deste para o aumento da eficiência dos seus próprios trabalhos, conforme a problemática e os questionamentos propostos.

Acreditou-se que a análise conjunta do coletado por meio das pesquisas de campo proporcionaria uma sólida conclusão acerca da temática, subsidiando a proposição de melhorias para o bom andamento da administração militar.

Além disso, foram realizadas entrevistas com militares relacionados às atividades de auditoria, cujo objetivo foi o de colher opiniões que respaldassem o resultado da pesquisa, enriquecendo a dissertação com a *expertise* daqueles que permeiam a seara dos auditores e fiscais da gestão pública.¹⁵

Com relação as variáveis envolvidas no estudo, os “trabalhos de controle interno exercidos pela Seção de Conformidade dos Registros de Gestão” apresentaram-se como variável independente, sendo esperado que a sua manipulação conseguisse exercer efeito significativo sobre a variável dependente que foi definida como “a administração de uma UG do Exército Brasileiro”.

Por fim, foi operacionalizada a análise dos dados obtidos, sendo os mesmos submetidos a um tratamento estatístico, e criticados, externa e internamente, antes de serem tabulados e apresentados de forma clara, objetiva e sintética.¹⁴

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica possibilitou:

- Descrever a evolução do controle interno na administração pública federal e na administração militar, compreendendo o contexto histórico no qual a atividade de Conf Reg Ges encontra-se inserida;^{10,11}
- Analisar as atividades atualmente desenvolvidas nas Seç Conf Reg Ges de um rol de Unidades Gestoras do Exército Brasileiro e os resultados até então obtidos;
- Concluir sobre a relevância do controle interno ora executado pela Seç Conf Reg Ges;

- Analisar as potencialidades de aplicação preventiva e corretiva dos conhecimentos reunidos na Seç Conf Reg Ges nas seções administrativas auditadas¹²; e
- Avaliar o nível de contribuição da Seç Conf Reg Ges para a administração militar, propondo recomendações para o aperfeiçoamento contínuo das atividades de controle interno.

Embora a “contribuição” da Seção de Conformidade dos Registros de Gestão para a Administração Militar seja algo eminentemente abstrato, acreditou-se que por meio da comunhão de opiniões e respostas coincidentes se poderia chegar a uma ideia comum de quanto e como esta ferramenta de controle atualmente influencia e – futuramente – poderá influenciar a administração militar de uma Unidade Gestora do Exército Brasileiro, com a propositura de medidas resultantes deste estudo científico.

A partir das ideias elencadas em toda a dissertação, buscou-se chegar a conclusões parciais que, ao final do trabalho, municiaram o pesquisador por ocasião da emissão de sua conclusão e do produto final do mestrado profissional: um rol de orientações práticas aos Ordenadores de Despesas, a título de assessoramento, sobre como a Seção de Conformidade de Registros de Gestão poderia contribuir para o aumento da eficiência, eficácia e efetividade da administração de sua respectiva Unidade Gestora.

Metodologicamente, os resultados foram subdivididos e concatenados para serem apresentados conforme as variáveis levantadas, bem como suas dimensões e indicadores elencados na pesquisa.

O estudo das ideias contidas na variável dependente serviu preponderantemente para evidenciar o atual panorama da administração militar, no tocante aos trabalhos e resultados que dependem do funcionamento da Seç Conf Reg Ges; enquanto o estudo dedutivo da variável independente e de suas dimensões foram esclarecedores no que versa à quebra de paradigmas e às possibilidades futuras de aperfeiçoamento dos trabalhos de controle interno da OM, representado pela Seç Conf Reg Ges.

Dessarte, o estudo da variável dependente enfocou a atual situação da administração militar, nos aspectos relacionados à sua ligação com a Conformidade dos Registros de Gestão das UG do Exército Brasileiro. Por haver relação de dependência, deduziu-se que tais aspectos modificar-se-iam com a mudança dos

indicadores contidos nas dimensões da variável independente. Por isso, fez-se necessário conhecer as atuais condições dos aspectos ligados a esta variável, a fim de compreender a real situação da administração militar, a relação desta com a Seção de Conf Reg Ges e as perspectivas evolutivas. A partir dessas análises, buscou-se avaliar o grau de influência da variável independente sobre a dependente.

A variável independente lançada foi caracterizada pelos trabalhos de controle interno exercidos pela Seção de Conformidade de Registro de Gestão. As dimensões a ela ligadas foram direcionadas à obtenção de informações acerca de indicadores relacionados com as condições que, alteradas por uma perspectiva futura, influenciariam a administração militar, lançada como variável dependente. O cerne do trabalho figurou na ideia de que, aperfeiçoando-se o controle interno exercido pela Conformidade dos Registros de Gestão, contribuir-se-ia para o aperfeiçoamento da administração militar das Unidades Gestoras do Exército Brasileiro. Assim, os aspectos quantitativos e qualitativos da Seç Conf Reg Ges, além da figura do Ordenador de Despesas como principal elemento externo influenciador, foram mensurados com o intuito de propiciar uma análise comparativa com as conclusões elencadas acerca da variável dependente.

Em vista de todas as ideias expostas acerca da variável dependente, pôde-se concluir que esta possui ligação direta com as atividades de Conformidade dos Registros de Gestão. Tal relação de dependência fica evidenciada com os resultados obtidos, os quais também externam uma incompletude no alcance da efetividade e na capacidade contributiva da Conf Reg Ges dentre as UG do Exército Brasileiro.

Da análise das entrevistas colhidas, concluiu-se que os especialistas convergem para a noção da importância da Conformidade dos Registros de Gestão e da sua contribuição para a administração militar, atribuindo-lhe a efetividade quando executada da forma prevista. Os entrevistados reconheceram que ainda há óbices na atividade, motivados tanto pelo desconhecimento dos procedimentos como pela negligência por parte dos agentes da administração, afetando, por vezes, a confiabilidade do trabalho. Também foi unânime a opinião de que há uma relação entre o nível de capacitação do Ordenador de Despesas e a valorização da atividade de conformidade, que, segundo eles, pode e deve configurar-se em uma ferramenta de assessoramento para toda a administração militar.

A análise dos dados obtidos deixou claro o reconhecimento quanto à relevância do assunto e à importância dessa ferramenta de controle interno para o bom andamento da administração pública, fazendo com que os objetivos propostos fossem plenamente atingidos. Todavia, verificou-se a existência de uma lacuna entre a situação ideal e a mensurada no trabalho científico, o que proporcionou um ambiente para o estudo de oportunidades de melhoria que pudessem aproximar os trabalhos da Conformidade dos Registros de Gestão atualmente desenvolvidos daquele tido como de excelência.

Fruto das avaliações, análises e discussões de seus resultados, elaborou-se uma proposta de rol de recomendações destinados aos Ordenadores de Despesas, gestores de UG, para que busquem, com os assessoramentos elencados, tornar a Conformidade dos Registros de Gestão cada vez mais eficiente e efetiva. Tal documento encontra-se em anexo à dissertação de mestrado e configura-se no “produto final” de todo o tempo e meios dispendidos no estudo.

4. CONCLUSÃO

A administração pública federal encontra-se em constante evolução, na busca por uma sistemática gerencial que priorize a eficiência como princípio basilar. Por serem as Organizações Militares do Exército Brasileiro Unidades Gestoras da administração direta, devem estas seguir em consonância com o preconizado nas normas previstas. Com o controle interno não é diferente: as UG têm a obrigação de desenvolver os instrumentos de auditoria previstos e necessários para a manutenção da segurança e do equilíbrio, imprescindíveis às boas práticas de gestão.

Uma das mais recentes ferramentas de controle previstas é a Conformidade dos Registros de Gestão, cuja previsão permeia todas as OM com autonomia administrativa do Exército. A respeito do assunto, a presente investigação buscou avaliar a capacidade contributiva da Seção de Conformidade dos Registros de Gestão (Seç Conf Reg Ges) para o andamento da administração das Unidades Gestoras do Exército Brasileiro, estabelecendo um paralelo entre a atual situação pesquisada e o seu potencial ideal de contribuição.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo, sob forma de questionários e entrevistas, instrumentos válidos que visaram:

compreender o contexto histórico-administrativo no qual está a Conformidade de Registros de Gestão inserida; analisar a potencial capacidade de contribuição da Conformidade dos Registros de Gestão para a administração de uma UG do Exército Brasileiro; e avaliar a atual contribuição das Seções de Conformidade dos Registros de Gestão para a administração das UG do Exército Brasileiro, bem como a visão dos militares relacionados às atividades administrativas das UG do Exército Brasileiro sobre a atuação do controle interno por meio das Seç Conf Reg Ges e as medidas de aperfeiçoamento do controle interno proporcionado pela Seç Conf Reg Ges que poderiam ser propostas e recomendadas para a melhoria contínua da administração militar.

As amostras colhidas responderam a um instrumento de coleta de dados e os resultados obtidos foram submetidos a um tratamento estatístico, o que aumentou a lisura e a relevância dos dados apresentados, fazendo com que as questões de estudo fossem respondidas a contento.

Assim, pôde-se concluir que à medida em que a Conformidade dos Registros de Gestão torna-se valorizada e confiável, suas atividades de controle interno passam a contribuir proporcionalmente para com a administração de uma Unidade Gestora do Exército Brasileiro.

Verificou-se também que, atualmente, os trabalhos ainda não se encontram sendo realizados em uma situação considerada “ideal”, havendo, portanto, oportunidades de melhoria entre a pretensão normativa e o praticado na atualidade, o que possibilita um estudo científico futuro, voltado à inserção de novas práticas, assim como a modificação de outras em execução.⁹

Por derradeiro, ressalta-se que este estudo, pelos resultados apresentados, e considerando o dinamismo evolutivo da administração pública brasileira, merece ser continuado, a fim de que os processos possam sofrer aperfeiçoamentos constantes, sempre voltados à preservação do Exército Brasileiro como uma instituição respeitada pela retidão de procedimentos e pela correição dos valores cultuados, cernes do princípio da finalidade da administração pública.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Senado Federal, 1988.

2. _____. **Decreto n.º 3591 de 06 de setembro de 2000.** Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília - DF, Diário Oficial da União, Brasília, 08 set. 2000. Seção 1, p 113.
3. _____. **Decreto-Lei n.º 200 de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília - DF, Diário Oficial da União, 27 fev. 1967.
4. _____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília - DF, 17 mar. 64.
5. _____. **Manual SIAFI, Macrofunção nº 020314** – Conformidade de Registro de Gestão. Disponível em <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020314>. Acesso em: 1º de outubro de 2014, às 9h.
6. _____. **Manual SIAFI, Macrofunção nº 020315** – Conformidade Contábil. Disponível em: <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020315>. Acesso em: 1º de outubro de 2014, às 10h
7. _____. **Portaria nº 018-SEF, de 20 de dezembro de 2013.** Normas para Prestação de Contas dos Recursos Utilizados pelas Unidades Gestoras do Exército Brasileiro (EB90-N-08.002), 2ª Edição, 2013. Boletim do Exército. Brasília-DF, 10 de janeiro de 2014.
8. CANHA, C. A. **A estrutura do sistema de controle interno do Ministério da Defesa e sua influência na avaliação da gestão efetuada pelo TCU.** 2004. 84f. Monografia (Especialização em Controle Externo, Área Auditoria) – Curso de pós graduação, Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2004.
9. CASTRO, R. P. A. **Controle interno da administração pública: uma perspectiva do modelo de gestão administrativa.** 2007. 213f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Curso de Mestrado, Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
10. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993.
11. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
12. JUNIOR, W. P. M. **Transparência administrativa.** São Paulo: Saraiva, 2004.
13. MATOS, M. R. G. **O limite da improbidade administrativa: o direito dos administradores dentro da Lei 8.429/92.** Rio de Janeiro. Atlas, 2004.

14. SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: [27 de julho de 2015.].

15. SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2007.